

Degração do 4º Simpósio Nacional do Cebes

1ª Parte

Ana Costa

Bom dia a todos e todas. Bem-vindos ao 4º Simpósio Nacional do Cebes, que acontece a cada final de gestão do Cebes e que tem o objetivo de construir, como nós dissemos, ontem, a tese política que irá iluminar os próximos dois anos do Cebes. O Cebes é uma entidade de luta pela democracia, pela saúde e pelos direitos sociais e nós estamos, aqui, na vida política nacional, há quase 40 anos, exatamente 39 anos, e nós temos, nesse momento de Simpósio, desse simpósio, especificamente, uma novidade que é nos instalarmos como uma pré-conferência livre da 15ª Conferência Nacional de Saúde. Portanto, além da tese, esse simpósio, também, leva o fruto desse debate à 15ª Conferência Nacional de Saúde, tal como nós já temos feito com todos os debates desenvolvidos nas fases municipais e estaduais da Conferência, a partir da tese que o Cebes ofereceu para a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Então, esse é um evento também associado à 15ª Conferência Nacional de Saúde, além de ser o simpósio clássico do Cebes. Nesse sentido, nós tínhamos convidado a presidenta do Conselho Nacional de Saúde, que, até o momento, não apareceu. Ela havia confirmado, mas deve ter acontecido algum problema de voo, alguma coisa. No momento que ela chegue, ela fará um pronunciamento, uma saudação. Esse simpósio, de hoje, está dividido em dois momentos. A primeira mesa e, conseqüente, debate, será para responder a uma pergunta que o Cebes lança aos convidados. Como classicamente a gente faz, nós trazemos convidados, parceiros de luta, que têm contribuído e instigado o nosso debate. E, nós vamos fazer a primeira pergunta da manhã: nesse contexto dessa conjuntura política econômica e social, como garantir e preservar os direitos sociais, os direitos constitucionais, que nós conquistamos na Constituição, enquanto políticas sociais, que ali estão inscritas? Então, essa é a primeira pergunta, que nós iremos debater pela manhã. Como iremos avançar nesse contexto da conjuntura política econômica e social. Para isso, nós convidamos algumas pessoas, que, daqui a pouco, eu vou chamar e alguns debatedores, que irão provocar o debate, que, naturalmente, na sequência, irá prosseguir para todo o conjunto dos participantes do Simpósio. Entre esses debatedores, nós pedimos que os núcleos do Cebes, previamente, preparassem debates sobre cada uma dessas mesas, para que eles trouxessem, aqui, também, as suas contribuições sistematizadas, como extensões, como partes essenciais do Cebes, que também têm participado desse debate nas suas localidades. Então, esses núcleos vão ser convidados, também, a participarem formalmente, aqui da mesa, como debatedores, e o pessoal, a coordenação, a articulação dos núcleos estão organizando como é que isso vai se dar. Naturalmente que os núcleos que fizeram esse debate e têm o que trazer sobre esse tema. Então, vocês vão ter uma decisão entre vocês, quem é que viria fazer essa participação. Naturalmente, que depois do debate, no debate, todos os núcleos, todas as pessoas e todos os cebianos, aqui, presentes, irão participar. No segundo momento, nós vamos entrar em uma discussão mais estratégica, mais setorial, e a nossa pergunta já é mais direcionada à construção dessa estratégia por uma nova hegemonia, como atuar, como articular em torno das reformas que o Brasil precisa e,

particularmente, em relação ao setor da saúde. Para não alongar mais, nós vamos começar a primeira mesa (mudança de clipe) 2

...Integra essa frente como todos vocês sabem. Nós chamamos para discutir conosco também o Eduardo Fagnani, que é nosso velho companheiro de luta, parceiro, que sempre está conosco, nesses momentos. O Fagnani vem discutir conosco, ele também é da Frente e é professor da Unicamp. Nosso amigo querido do Cebes e ele vem apresentar justamente... Então, o Eduardo Fagnani vem falar sobre a construção da agenda da Frente Por um Brasil Justo e Democrático. E a gente chamou também da Frente Brasil Popular, o Ronaldo Pagotto. A Frente Brasil Popular é outro grupo que tem também articulado conosco. E ele vem discutir com a gente sobre a conjuntura política e o tamanho da crise. E, além disso, nos chamamos também outro parceiro. Nós tivemos o prazer de participar, recentemente, de uma movimentação discutindo o tema da saúde. O Cebes foi o parceiro convidado pelo IBASE e é por isso que nos chamamos, aqui, o IBASE, o Chico Menezes, para discutir sobre os movimentos sociais e populares mediante a crise, hoje, vigente no País. Então, aqui estamos: temas, desafios, perguntas e questões importantíssimas, que estarão em debate, aqui, nesse tempo. Eu vou pedir que cada um tenha 20, extensível para 25 minutos cada um. Fica bom? Para que a gente possa sistematizar a nossa organização aqui. Eu passo, imediatamente, ao Pedro Rossi, que vai falar sem apresentação, para que ele discuta conosco se, dentro desse cenário, há políticas econômicas alternativas no cenário da crise.

Pedro Rossi

Muito obrigado! Eu queria começar dizendo que é um prazer enorme estar aqui, nessa manhã de sábado, no Rio de Janeiro. Agradeço muito o convite do Cebes por essa oportunidade. Imediatamente, respondendo a pergunta, eu digo que sim, há alternativas, e essas alternativas estão inclusive materializadas nesse documento, que a gente está propondo, e, inclusive, será distribuído um para cada núcleo, que é um documento por um Brasil justo e democrático. São dois volumes. O primeiro fala *O Brasil que queremos, subsídios para um projeto nacional*, e o outro, *Mudar para sair da crise, alternativas para o Brasil voltar a crescer*. Esse documento é uma iniciativa de várias instituições. Está aqui representada a plataforma social, que o Eduardo Fagnani é o coordenador. Está aqui representado o Le Monde Diplomatique, que o Silvio Caccia Brava é o editor, mas também outras instituições, como o Brasil Debate, que eu coordeno, que é um site de discussão de projetos de desenvolvimento, o Centro Celso Furtado, o Fórum 21 a Fundação Percecu Abramo e a Rede Desenvolvimentista. Então, essas são as instituições que ajudaram na elaboração desse documento, mas esse documento é um produto de uma discussão coletiva, de várias reuniões de vários pesquisadores, professores, que se reuniram para materializar, vamos dizer assim, uma proposta para o Brasil. E é um pouco disso que eu vou falar, aqui, e que responde a pergunta que me foi proposta. Esse documento, primeiramente, é uma reação ao período político que a gente vive. A direção das políticas que estão sendo implementadas; a ofensiva liberal que está sendo proposta no debate público; e todas as agendas, que estão sendo colocadas, vão na direção contrária do que a gente propõe. Elas vão contra os valores básicos que a gente defende entre eles o valor da solidariedade, que é um valor que tem que ser mais discutido do que está sendo no debate

público. Nós não queremos como está sendo proposto de forma sistemática a flexibilização das leis trabalhistas, por exemplo, ou a desnacionalização do pré-sal e a privatização da Petrobrás. Nós não queremos flexibilizar o gasto social, atropelar a Constituição de 88, a Previdência Social. Nós não queremos desconstruir o SUS. Mas não basta dizer que a gente não quer. A gente tem que ser propositivo. Tem que afinar o discurso. Tem que dialogar e construir alguma coisa. Organizar as ideias. E esse é o espírito desse documento que eu mostrei para vocês. É o que está por trás da nossa discussão. Então, a gente tenta consolidar, primeiramente, um projeto de país, que é um país onde a distribuição de renda e riqueza é fundamental. Que é um país onde a expansão da oferta de bens públicos é fundamental. Em segundo lugar, é um documento que faz a crítica das políticas econômicas e sociais, que estão em curso agora, no sentido de dizer que essas políticas vão na contramão do nosso projeto, que a gente está propondo de longo prazo. Em terceiro lugar, esse documento faz proposições. Ele é também propositivo. Ele tenta propor uma agenda para ser discutida em âmbito nacional. Nós fizemos um lançamento em São Paulo, que teve muita recepção. Fomos criticados como era de se esperar, sinal de que fizemos muito barulho. Foi um bom sinal. O Jornal Nacional dedicou três minutos para criticar a gente. Convite ao caos. Disseram que o documento era um convite ao caos, da boca do ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola. Mas nós entramos na discussão. Isso é o fato importante. E nós quebramos uma certeza, que estava no debate público, que essas políticas eram absolutamente necessárias. Hoje, os articulistas estão em dúvida, principalmente, sobre as políticas econômicas. E nós dissemos o seguinte: essas políticas estão jogando o país no buraco. E cada vez mais, a gente percebe que isso é verdade. Esse documento, ele começa com uma interpretação do Brasil, nos últimos anos, e das políticas econômicas, que foram elaboradas, para propor uma narrativa e se contrapor ao discurso dominante, digamos assim, que tenta atribuir culpas. A culpa da recessão atual é do experimento desenvolvimentista. A culpa é da nova matriz macroeconômica. A culpa é do excesso de gasto social. A culpa é do excesso de aumento do salário mínimo. Esse é o discurso dominante. E a gente não compartilha desse discurso dominante. A gente propõe outra narrativa para mostrar como nós chegamos até aqui, nessa situação de crise, e como essas políticas, que estão sendo implementadas, não estão corretas. Então, falando um pouco dos antecedentes dessa crise que a gente vive, o Brasil viveu, entre 2005 e 2011, um modelo de crescimento virtuoso, apoiado no mercado de consumo de massas, que foi uma criação de um processo de distribuição de renda e um processo de inclusão da população no mercado de crédito. Essa distribuição de renda não foi, fundamentalmente, Bolsa Família, pelo contrário, principalmente, foi salário mínimo, a política que incluiu a população no mercado consumidor e essa inclusão teve efeitos dinâmicos. Foi importante para explicar o crescimento que a gente viveu. Os efeitos dinâmicos, a gente pode explicar da seguinte forma: aumento do mercado consumidor, as empresas ganham escala, têm mais mercado, portanto, podem se ampliar e, assim, aumentar a sua produtividade e aumentar suas vendas e expandir o lado da oferta. O que eu estou dizendo, que a expansão da demanda, pela inclusão da parcela mais pobre no mercado consumidor, teve efeitos dinâmicos de crescimento econômico. E, ao contrário do que dizem alguns, o aumento do salário mínimo reduziu o desemprego e foi bom para a economia. Não gerou desemprego, como diz a teoria tradicional que a gente estuda nos livros textos de economia. Não foi também um crescimento artificial, digamos assim. Não foi só puxado pelo consumo, como é muito martelado pelos meios de comunicação. A taxa de investimento, nesse período de 2005 a 2011, ela foi

sistematicamente superior ao crescimento do consumo e ao crescimento do PIB, com exceção do ano de 2009, que foi um ano atípico por conta da crise internacional. Mas, a gente entrava, no final de 2008, em um ciclo de crescimento e de investimento fantástico. O investimento cresceu 12% em 2008. Aliás, em 2007, já tinha crescido mais de 10%. Em 2009, caiu, e, em 2011, volta a crescer acima do PIB, ou seja, o que eu estou dizendo para vocês, houve uma expansão da demanda, pelo mercado consumidor, e houve também uma expansão da oferta, pelo aumento do investimento brasileiro. Foi um ciclo virtuoso, vamos dizer assim, que promoveu um crescimento razoável, com uma distribuição de renda razoável e uma forte redução da pobreza. Também não foi um ciclo de commodities, não foi só o ciclo de commodities que explica isso. O setor externo brasileiro contribuiu pouco para o nosso crescimento. É claro que as commodities ajudaram, principalmente, para reduzir a nossa restrição externa ao crescimento, mas o que explica o crescimento brasileiro foi o mercado interno. Aí, o investimento e o consumo. É claro que esse modelo teve lagunas, em particular, na inclusão pelos bens privados, vamos dizer assim, pelo mercado de consumo de bens privados e menos pelos direitos sociais, ou seja, pelos bens públicos. A gente poderia ter construído, no Brasil, um mercado de consumo de massa de bens públicos, mas a gente não fez isso. A gente construiu um mercado de consumo de massa de bens privados, ou seja, você inclui pelo consumo e não pelos direitos. O modelo teve também deslizos. Em particular, uma falta de coordenação entre as políticas que olhavam para a estrutura produtiva. Ao mesmo tempo que se recuperaram algumas das políticas industriais, se recuperou o papel dos bancos públicos, a gente não teve uma articulação com a política macroeconômica. O câmbio se apreciava, os juros subiam e, com isso, a estrutura produtiva brasileira aos poucos foi se fragilizando. E essa fragilização apareceu com força depois da crise de 2008 e, em particular, em 2011, quando as coisas se agravam muito. Essa crise internacional é, assim, muito importante para explicar o ambiente que a gente vive hoje. O que a crise internacional fez? Ela mudou completamente as estruturas de comércio internacional e o estado de competição que vigora no comércio internacional. Ampliou muito as disputas por mercados internacionais. Uma imagem que é ilustrativa é a gente dizer “olha, a China tinha superávits enormes comerciais e exportava para os EUA e Europa. De uma hora para outra EUA e Europa, entraram em recessão, deixaram de demandar esses produtos chineses.” O que a China fez? Redirecionou essas exportações para mercado onde ainda tinha crescimento, onde ainda estavam aquecidos, como o mercado brasileiro. A gente viveu uma enxurrada de exportações chinesas entrando e corroendo a nossa estrutura produtiva. O empresário brasileiro foi se tornando cada vez mais um importador. Ele continua vendendo o bem final, mas os bens intermediários, que ele usa para produzir o produto dele, são cada vez mais importados. A gente fala que isso é o aumento do coeficiente de importação da economia brasileira. Você vai corroendo as cadeias produtivas, por dentro, e isso implica na queda do emprego industrial, na queda do emprego urbano. E esse processo foi se acelerando depois da crise. E aí mostrou a fragilidade do modelo. Se a gente quiser usar o termo do Celso Furtado, o Brasil fez, entre 2005 e 2011, uma modernização dos padrões de consumo da população brasileira, mas não fez uma modernização da estrutura produtiva. E isso se tornou um problema. E a gente está encarando esse problema nesse momento. Mas não é a crise internacional, sozinha, que explica todos os problemas de hoje. E a gente fala isso no documento, que as políticas econômicas, no primeiro governo Dilma, foram equivocadas. Tiveram vários problemas, em particular, a condução da política fiscal. A Dilma começou o Governo fazendo um arrocho fiscal, em 2011, e depois

começou a afrouxar a política fiscal, mas pelo lado ruim, pelo lado da tributação. Implementou uma política de desonerações, 2012, 2013, 2014, que foi um tiro no pé. Ela atendeu a agenda da Fiesp. Vamos desonerar. Vamos tirar impostos do setor produtivo de uma forma generalizada. O que os empresários fizeram com essa redução de impostos? Engordaram suas margens de lucro. O que se esperava? Que eles investissem e que o Brasil retomasse o investimento e voltasse a crescer. Essa era a aposta do Ministério da Fazenda, mas isso não aconteceu. Eles engordaram as margens de lucro e o crescimento não veio. A gente faz essa discussão entre os economistas, uma questão muito técnica, que é o papel da política fiscal e o efeito sobre o crescimento. Quando o estado gasta, isso tem um efeito multiplicador. Quando o estado gasta com investimento, isso multiplica o PIB, e a arrecadação cresce depois no futuro. Quando o estado gasta com política social, em uma população mais carente, essa população consome todo esse gasto e tem um efeito multiplicador grande também. Agora, quando o estado desonera, o que acontece? Depende do que o setor privado fizer. Se o setor privado gastar com investimento essa desoneração, ótimo, a gente vai crescer. Agora, se o setor privado acumular poupança, colocar seus recursos em títulos públicos, não tem crescimento. Foi isso que aconteceu no Brasil. Você fez uma política violenta de desonerações e a gente não teve crescimento por conta disso. Mas, além disso, o crescimento não veio, e as contas públicas se deterioraram por conta dessas desonerações. A gente chegou no final de 2014, com déficit fiscal. Um déficit de 0,6 no superávit primário. Isso serviu de pretexto para uma campanha violenta, que o estado estava quebrado, que havia no Brasil uma catástrofe fiscal, que era necessária uma mudança urgente na política fiscal e uma reorientação urgente da política econômica. Essa era a campanha pós-eleição de 2014, que veio de forma muito violenta sobre o pretexto de que o estado estava falido. Vejam o que eu estou dizendo para vocês: uma política equivocada de desonerações, que junto com baixo crescimento gerou um problema fiscal, foi usada como pretexto para uma revolução na política econômica e uma virada neoliberal, que é isso que estava colocado, e a gente percebeu, desde o início. O Eduardo Fagnani é uma das pessoas que eu me guio. Eu sou um jovem professor e o Edu é um exemplo de acadêmico militante, engajado, e ele nos propôs o seguinte ...a beira de um ataque de nervos... ele nos propôs o seguinte... em janeiro desse ano, de 2015, a gente lançou uma revista da plataforma política social, que dizia: a virada neoliberal de Dilma. Nós fomos atacados por todo mundo, pelo pessoal de direita e pela esquerda. O pessoal do governo nos ligava e dizia: vocês estão malucos? O governo acabou de começar, vocês já estão falando isso? Mas a gente estava certa. Essa virada aconteceu. E essa virada estava baseada em argumentos falaciosos. A verdade é essa: falaciosos. Um déficit de 0,6 primário não é nada muito grave. Eu vou ler para vocês de quanto foi o déficit primário nos EUA. Déficit primário, EUA, 3% do PIB, maior do que o brasileiro. No Japão, 7% do PIB. No Chile, 0,7 o déficit, maior do que o brasileiro. A nossa dívida bruta cresceu, é verdade. Mas está longe do patamar de 2002, que era em torno de 80% do PIB. Hoje, depois do agravamento fiscal, a gente está em torno de 70, quase chegando a 70. E a dívida líquida, que é um indicador mais importante, porque é um indicador de solvência, que considera os ativos do Estado, que são as reservas cambiais, ela caiu. Ela estava no patamar histórico da sua mínima histórica, em torno de 35% do PIB. E, hoje, continua em torno de 35% do PIB. Que catástrofe fiscal é essa? Não existe catástrofe fiscal. Se houvesse uma catástrofe fiscal, a gente estaria como nas crises no passado, com o FMI na nossa porta, empurrando uma agenda. Cada o efeito FMI na crise atual? O FMI não está aqui, por quê? Porque a gente tem ativo em dólar. A gente tem uma

situação de solvência muito melhor do que no passado. Então, essa crise fiscal foi inventada. Foi inventada para quê? Para reinventar o modelo econômico. E foi isso que aconteceu. A gente vive no Brasil, hoje, uma virada na política econômica, em torno de uma ideia que é a ideia de choque liberal. O que é um choque liberal? É um choque fiscal, que visa reduzir imediatamente o papel do estado e cortar gastos. É um choque de preços administrados, que aumentou de uma hora para outra o preço, que o setor público controla, que é o preço da energia, o preço da gasolina. A gente teve um aumento enorme do preço da energia no começo do ano. Mais de 30% e isso explica a inflação que a gente está vivendo hoje. A alta inflação que a gente tem, hoje, no Brasil, que vai chegar aos 9, talvez 10%, esse ano, foi o estado que criou, com a ideia de choque liberal, ou seja, você jogar, aumentar o preço, que o setor público administra, para fazer caixa, para ter mais espaço fiscal. E, isso é uma irresponsabilidade porque um país que nem o Brasil, que tem uma economia ainda muito indexada, cuja a formação de preços depende de oligopólios, você dá um choque na energia, isso vai espalhar por tudo quanto é preço. A energia sozinha explica 30% da inflação que a gente vive, hoje, diretamente, fora o efeito indireto. Se eu aumentar o preço da energia, a padaria vai aumentar o preço do pão e os setores econômicos vão aumentar os preços. Agora, eles fizeram esse choque. Por que você faz um choque desses? Eles não estão preocupados que a inflação vai ser 10%, pelo contrário, eles estão felizes que os salários reais, o poder de compra da população, vai reduzir com esse choque de preços e vai aumentar o espaço fiscal das empresas estatais para engordar o superávit. Essa é a ideia que está por trás. Além disso, um choque monetário, que é o aumento das taxas de juros, que passou de 11% em 2014. Em outubro de 2014, ela estava a 11% e chegou a 14,25%. O resultado disso, desse choque liberal, é um desajuste na economia brasileira, um aumento do desemprego, um aumento da recessão e um aumento da inflação. Tem um gráfico, que eu gosto de usar, inclusive eu publiquei um artigo no jornal com esse gráfico, que mostra a inflação e o desemprego no Brasil. O desemprego flutuava e fez a sua mínima. Em dezembro de 2014, o desemprego estava em 4,5%, que é a mínima histórica também da série do IBGE. Hoje, o desemprego está 7,6, esse é o dado de agosto. Oito e pouco é o novo dado, 8,4. E o risco é o desemprego chegar a 10% no fim do ano e chegar a 13% em março, seguindo o movimento cíclico do desemprego. A inflação acumulada, no final de 2014, era de 6,41%. Hoje, é de 9,5%, a Inflação acumulada nos 12 meses, ou seja, esse ajuste desajustou a economia. No fim de 2014, a gente esperava que esse ano fosse um ano de crescimento de 1%. Hoje, as previsões do mercado, do próprio governo, aponta para um crescimento negativo de 3% do PIB esse ano. Além disso, de todo esse resultado negativo, desse desajuste, a situação fiscal, que era o propósito inicial do ajuste, piorou, ou seja, o ajuste foi contraproducente no seu objetivo que era equilibrar as contas públicas. A dívida bruta subiu. O déficit público está aumentando. Por quê? Simples, porque se você não promove o crescimento, você não arrecada. Se você afunda a economia, não tem ajuste fiscal possível. A lógica está equivocada. Você não faz ajuste fiscal para ter crescimento. Você tem que ter crescimento para poder equilibrar as contas públicas. A gente está pior do que no final de 2014, quando a gente começou o ajuste, e dizia-se que o ajuste iria recuperar a confiança dos agentes privados e, essa confiança, iria fazer a economia andar e crescer. Os agentes iriam investir e etc. etc. A confiança despencou de lá para cá. O que tem um erro de diagnóstico. A confiança, que de fato é uma coisa importante para o economista, mas não é uma coisa metafísica, não é algo que mora no imaginário. Tem a história da fadinha da confiança, que um economista prêmio Nobel fala sobre a fadinha da confiança. Tem

economistas que acreditam nela. O ajuste fiscal melhora a confiança, mas essa relação não é verdadeira, porque o empresário não investe porque o governo fez ajuste fiscal. Ele investe porque tem demanda lá na frente, porque tem lucro. Se ele olha para economia e vê: “olha esta tudo desabando, os juros estão subindo. Por que eu vou investir? Não vou investir, eu vou botar o meu dinheiro em juros.” E é isso que tem acontecido. Tem um economista que acredita na fadinha da confiança, que é basicamente o discurso do Levy. Esse é o discurso do Levy. O discurso da confiança. Um discurso que está totalmente desgastado. Eu acho que esse documento contribuiu para desgastar esse discurso. Tem outro tipo de economista, que defende o ajuste que é o seguinte: ele admite que esse ajuste está jogando a economia para o buraco, está aumentando o desemprego, mas ele diz “é isso mesmo que a gente quer. A gente quer um aumento do desemprego, a gente quer uma redução do salário real da população, porque assim a economia vai se equilibrar e no futuro vai ter uma trajetória de crescimento sustentável.” São os chamados professores do desemprego. E, a inflação ajuda a reduzir o salário real, em um primeiro momento, e, depois, a inflação vai convergir para a meta, de uma forma mágica, automática. Isso não é brincadeira. Eu fiz uma palestra na PUC com economista de mercado que as reuniões do Banco Central, e as discussões do Banco Central, no início do ano, era quanto de recessão que a gente precisa para fazer com que a inflação convirja para a meta. Eles estão promovendo a recessão. A recessão não foi uma coisa lá de trás das políticas erradas, lá de trás, do desenvolvimentismo. A recessão está sendo provocada por eles. E um professor do desemprego, que era ex-assessor do Aécio Neves, falou, publicamente, em uma palestra, que ele ficou feliz com a redução do salário real e com o aumento do desemprego. Ele ficou feliz com isso. Nós não ficamos felizes com isso. Se esse for o objetivo do ajuste do governo, a gente tem que reverter o ajuste imediatamente. Então, esse documento, ele é fundamental para isso e ele está sendo ouvido. Apesar das críticas, ele tem entrado no debate público e tem promovido essa discussão. Muito bem, eu vou me encaminhar para o final, fazendo uma espécie de síntese, nessa discussão, e dizer o seguinte: essa terapia de choque liberal, fiscal, monetária, de preços administrados já fracassou e é muito fácil dizer que já fracassou porque a gente tem os números. Quando a gente lançou a nossa revista da virada neoliberal não tinha número, mas a gente já dizia. Inclusive, fizemos um manifesto, logo depois que a Dilma tinha sido eleita, que a gente viu um movimento estranho e que iriam colocar um sujeito neoliberal na Fazenda. Fizemos um manifesto dizendo que as políticas de austeridade levariam o país para uma crise. É exatamente isso que aconteceu. É preciso rever essa estratégia. Esse documento não pede a volta das políticas do passado, como a imprensa coloca. Ele olha para o futuro. E ele propõe coisas novas. Essas proposições vão na direção de dizer o seguinte: é o crescimento que a gente precisa. É a defesa do emprego que a gente precisa. O ajuste fiscal é um problema de longo prazo por definição e virá com o aumento do crescimento. A gente não pode inverter essa relação, porque, se a gente inverter essa relação, todas as reformas, que eles querem, vão entrar no ajuste fiscal. Eles vão desvincular o gasto social constitucional. Eles vão flexibilizar o mercado de trabalho. Eles vão reformar a Previdência, se a gente não se mobilizar. E eu acho que a gente está acumulando força para isso. E cada vez mais os atores sociais estão se olhando, estão se unindo. As frentes de esquerda, as frentes políticas têm que se unir e eu acho que esse documento, que vai ser distribuído daqui a pouco, inicia uma discussão, inicia um horizonte e dá muito pano para manga para a gente discutir daqui para frente. Muito obrigado.

Ana Costa

Obrigada Pedro. Pode passar para o Eduardo imediatamente. Então, você vai ter o mesmo tempo que o Pedro Rossi para nos apresentar com mais detalhe essa agenda Por um Brasil Justo e Democrático. Obrigada Fagnani.

Eduardo Fagnani

Bom dia a todos. Obrigada pelo convite, Ana. É sempre um prazer estar aqui. Eu gostaria de fazer uma reflexão, aqui, sobre o seguinte ponto. A Ana fez a pergunta sobre a questão social. Qual o futuro da questão social, não é isso? Então, vou fazer uma provocação. Do meu ponto de vista, a cidadania social, assegurado pela Constituição de 88, que é o marco do processo civilizatório brasileiro, eu faço a seguinte pergunta: ela não seria um ponto fora da curva do capitalismo brasileiro? Então, é uma reflexão que eu cada vez mais me tenho feito. Fica uma pergunta aí. Por que eu digo isso? Porque a Constituição é fruto de um movimento social extraordinário, que surgiu nos anos 70, 80, onde o fundamental era a democracia. Essa era a questão central: democracia. Nós conseguimos engatar nesse processo reformas da proteção social inspiradas em alguns valores do Estado, do bem-estar social europeu. Mas, foi meio no embalo. Isso começou nos anos 70, onde ainda o Estado e bem-estar social, as experiências da social-democracia europeia ainda não tinham sido contestadas. Mas a Constituição só foi aprovada em 88. Em 88, o paradigma no mundo era outro. Era o paradigma neoliberal, enquanto nós estávamos acertando as contas com a ditadura. Mas, o Chile, em 82, já privatizou tudo. O Chile, desde 1982, passou a ser o paradigma liberal dos países subdesenvolvidos e foi seguido por quase todos os países da América Latina, grande parte dos países da América Latina. Nós conseguimos levar esse processo até 88. Aí pelos anos de 88, quando você olha 88, 80% dos projetos reformistas dos anos 70 está na Constituição, só que o mundo mudou. Então, o que acontece? Acontece que nós vamos ter uma revolta enorme de... a partir de 90, no Brasil, a Constituição passa a ser um problema. E, talvez, nós não estivéssemos discutindo aqui, isso, hoje, Ana, se, em 1993, uma disposição constitucional transitória tivesse sido levado a cabo, que é o seguinte. A Constituição dizia assim: daqui a cinco anos essa Constituição vai ser revista por maioria simples. Isso seria em 1993 e não aconteceu por conta do impeachment do Collor. O primeiro governo eleito, após 20 e tantos anos de regime de ditadura militar. Não havia condições políticas, então, se formou uma frente para levar até o próximo governo, eleições de 1994. E a Constituição não aconteceu em 1993. Eu pergunto: se tivesse acontecido, o que teria acontecido? A minha suspeita: teríamos nos transformado em um Chile. Por quê? Porque aquele movimento social dos anos 70 já era. Ele se... O MDB de 1982 tinha um documento chamado *Esperança e Mudança*. Era um excelente documento. O de 2015, *Construir as Pontes para o Futuro*, quer construir as pontes para o século XIX, mas tudo bem, isso é uma outra questão. Mas o *Esperança e Mudança*, era esperança e mudança, e o que foi a transição democrática? Foi desesperança e continuidade. Então, aquele movimento social, em 90, votou no Collor, porque não podia votar nos líderes, que foram os líderes da transição democrática, porque estavam desesperançados. Está certo? Então, voltando, se tivesse tido a reforma em 93, eu acho que poderiam ter acabado com aquilo lá. Em 93, Roberto Freire dizia “ a Constituição de 88 é um convite à preguiça, ao ócio”

e por aí vai. O Sarney dizia “ com essa constituição o País vai se tornar ingovernável”. O Delfim Netto dizia “esse negócio de benefício de prestação continuada, que dá um salário mínimo para uma pessoa portadora de deficiência, vai fazer com que as pessoas comecem a se automutilar. Enfim, mais ou menos é esse o debate no começo dos anos 90. Muito bem, não teve a revisão, mas o retrocesso foi sendo feito a conta gotas de 94 até 2002. Digo, na área econômica eles conseguiram fazer tudo. Tudo. Mudaram tudo. Não vou ter tempo para falar sobre isso, mas fizeram tudo, culminando com o chamado tripé macroeconômico em 1999. E na área social, você vai ter um retrocesso, sim, em várias áreas, em vários campos. Cito aqui como dois exemplos as leis trabalhistas e a reforma da Previdência. A reforma da Previdência já foi feita em 1998. Em 1998 nos impusemos. É mentira que o Brasil não tenha idade mínima. É mentira. Desde 1998, a emenda constitucional número 20 coloca que para se aposentar, no Brasil, você tem aposentadoria por idade. Sessenta e cinco anos homem e 60 mulher mais 15 anos de contribuição. Está lá. Só um lembrete: 65 anos de idade para homem e 60 de idade para mulher é maior do que na maior parte dos países da OCDE, e nos temos isso desde 1988. Eles querem fazer nova reforma da Previdência. Vão fazer o quê? Vão passar para 70 anos? Vão ser campeão mundial de idade mínima? É o que falta. Mas, enfim, essas reformas foram feitas. Lula 1, o que vai acontecer Lula 1. Lula 1 é o seguinte: leiam um documento chamado agenda perdida. Façam um Google aí. É uma instituição aqui do Rio chamada IETS, financiada pelo Banco Mundial. Dezesete economistas liberais, entre os quais o senhor Joaquim Levy, Samuel Pessoa, todos esses, acho que o Samuel não, mas o Marcos Lisboa, todos esses economistas que estão, aqui, escrevendo um documento chamado agenda perdida. Ofereceram para o Ciro Gomes nas eleições de 2002. Ciro Gomes falou que era neoliberal demais. O que acontece depois da Carta aos Brasileiros. Vem o Palocci . O Palocci... Esses economistas vão conversar com o Palocci. E os economistas da agenda perdida, grande parte deles, passam a integrar o primeiro escalão do governo. Lembro aqui do Marcos Lisboa, foi secretário de Política Econômica do Palocci. O mesmo Marcos Lisboa, que, hoje, diz que nós só vamos acertar a dívida pública se nós revermos o contrato da redemocratização. O problema são os gastos sociais obrigatórios. Não escreve uma linha sobre juros. Então, o que eu estou querendo dizer para vocês? Fizemos uma constituição na contramão do mundo. Era para ser revista em 93 e não foi. Passamos a fazer as reformas de 94 a 2002. Dois mil e três a 2005 esse pessoal vai para o Ministério da Fazenda e continua a tentar fazer as reformas. O Levy foi secretário de Tesouro do Palocci. O Marcos Lisboa foi secretário de Política Econômica do Palocci. Em 2005, outubro de 2005, eles queriam fazer o que estão querendo fazer, hoje, que era um programa chamado Déficit Nominal Zero. O que era o Déficit Nominal Zero? Era, durante 10 anos, nos vamos fazer um superávit nominal, que é um superávit que inclui inclusive os juros de 7% ao ano. Vamos fazer uma economia de 7% ao ano. Vão aumentar tudo para 40%. E onde ia repousar o ajuste? Onde ia repousar? Na Seguridade Social. O que se propunha na época? O mesmo que estão propondo agora. Aumentar a idade, acabar com a vinculação do salário mínimo do piso. Não só para Previdência, mas também para a Previdência Rural, mas também para a assistência médica, para a assistência social. É igualzinho! É idêntico! Não tem novidade. Eu não fico assustado com o que está acontecendo hoje. É só mais um capítulo daquilo. Aconteceu um fato extraordinário em outubro de 2005. A Dilma Rousseff, que era ministra da Casa Civil, foi para o jornal deu uma entrevista, (?), Estadão, outubro de 2005, ela disse o seguinte: “esse Plano do Déficit Nominal Zero é um plano rudimentar. O que não adianta eu cortar despesas se eu não enfrento a questão dos

juros. Se eu não enfrentar a questão dos juros”, que na época a Selic deveria estar em torno de 18, 19%, não muito semelhante do que é hoje, dizia ela, “se eu não enfrentar a questão dos juros, eu fico enxugando gelo. Eu corto do lado da despesa da saúde, mas a despesa financeira aumenta. Vocês têm que combinar com os russos”, dizia ela. E quem são os russos? Os russos são os aposentados, os doentes, os idosos, as crianças e etc. E esse plano foi abortado, porque se a gente estava em um ano pré-eleitoral, 2006, você tinha um ano eleitoral, e se não houvesse mudança o governo Lula não seria reeleito. E por diversas outras razões você tem uma inflexão a partir de 2006, em grande parte por conta da eleição, e, depois, com a queda do Palocci. E aí você tem um período que é 2007, 2014, onde, como o Pedro falou, você tem crescimento. Você tem melhoria das condições de vida da população etc. e essas tensões arrefeceram. Mas o que acontece em 2014? Em 2014 tem eleição. E o que vai acontecer? Vai acontecer o seguinte... se vocês forem um pouquinho para trás, em 2013, antes das manifestações populares de junho, a popularidade da Dilma era de 90% e, em 2014, tinha eleição, e a Dilma iria levar fácil. Então, já teve 12 anos de governos do PT e tinha possibilidade de ter mais 12, porque se ela ganha, em 2014, com popularidade alta, depois poderia vir o Lula, uma vez, duas vezes etc. Então, o que acontece em 2014, do meu ponto de vista, modéstia a parte, é isso: você tinha que desconstruir esse governo. Então, você passa a ver uma contaminação da questão política com a econômica. O Pedro mencionou aqui um dado interessante, mas eu quero mostrar para vocês porque é impressionante o que está acontecendo no Brasil. Impressionante o que está acontecendo no Brasil, em 2014, porque a crise em 2014 foi fabricada. Esse gráfico mostra o seguinte: a primeira coluna é resultado primário. O que é resultado primário? É o que o governo gasta ou o que o governo economiza nas despesas não financeiras: saúde, educação, investimentos, economia que ele faz. Vocês vão ver aqui que nós tivemos, durante mais de 12 anos, uma média de superávit primário de 3% do PIB, durante todos esses anos. Vocês estão vendo aí. Em 2014, nos tivemos um déficit de 0.6% do PIB. Meu Deus do céu! Virou o Brasil quebrou! O Brasil quebrou com 0.6% do PIB. Aí vocês dão uma olhada, aqui, nesse gráfico. Que país do mundo que faz superávit primário, me conta? Aqui estão os países desenvolvidos, lá em cima, menos 7... o Brasil, é uma coluna aqui de baixo, fez superávit em todos esses anos, exceto 2014. Vamos ver os países lá em cima. EUA, em 2009, menos 11, menos 9, menos 7, menos 6, menos 3, menos 2. O Japão, menos 9, menos 8, menos 7, menos... Eu estava dando aula terça-feira e falei para uma menina que era japonesa, se o Brasil com 0.6 quebrou, eu acho que o Japão acabou. Liga para o pessoal lá para ver se eles estão vivos, porque eu acho que não tem mais ninguém lá. Tudo bem, vamos ver os emergentes. Chile, que é o queridinho deles, menos 2%, menos 1.4. Índia, menos 2.6. Como um déficit primário pode ser um fator para crise, por favor. Mas a narrativa, como o Pedro colocou, a narrativa vitoriosa foi essa. E aí tem um problema sério, que é um dos grandes problemas do PT, que não faz disputa de ideias, não se comunica, não se defende. Certo? E prevaleceu esse diagnóstico de que o Brasil está em uma crise cavalgar. Coisa absurda. Eu quero mostrar só mais um dado para vocês. O Pedro fez referência a isso aqui. Dívida bruta e líquida no Brasil. Veja essa dívida líquida. Ela passa de 30%, em 95, para 60, em 2002. A linha vermelha, A nossa dívida líquida em relação ao PIB dobrou em oito anos. E em 2002 para cá, muito por conta do crescimento, ela caiu, como o Pedro falou, para patamares historicamente mais baixos. Em 2013, 33%. O País está quebrado? Está quebrado o Brasil com base nesses dados? Eu posso mostrar diversos outros dados para vocês, mas vou fugir do tema, aqui, da minha questão. Eu quero só chamar a atenção para vocês, hoje, é o seguinte, nós vivemos, o

que aconteceu em 2014, certamente foi contaminado pela questão eleitoral. Era necessário, porque é muito complicado você... um país, um país... como é que você vai... se você não... aqui é a taxa desemprego. Em 2014 a taxa desemprego no Brasil era 4.8%. Como é que eu vou ganhar uma eleição com uma taxa de desemprego de 4.8 %? Eu tenho que desconstruir isso de algum jeito e eu desconstruí com déficit nominal de 0.6 %. Isso virou um mantra. Muito bem, o que eu quero dizer com isso, o que está em jogo, hoje, é retomar... são as mesmas forças que disseram que a Constituição de 88 seria ingovernável; que iriam fazer a reforma da Constituição em 93; que continuaram tentando fazer essas mudanças até 2002, depois de 2003 a 2005; e deram um refresco de 2007 até agora; e esse pessoal volta de novo, inclusive são os mesmos nomes, os mesmos personagens. O que está em jogo hoje? Está em jogo hoje é mercado, não é Estado. É privatização É terminar de fazer o serviço. Precisa privatizar a Petrobrás, precisa acabar com os bancos públicos. As elites no caso da Seguridade Social, da questão social, as elites brasileiras jamais aceitaram que os movimentos sociais de 88 pegassem 10% do PIB federal e falassem esses 10% do PIB é nosso. Eles nunca aceitaram isso. É isso que está em jogo. Como que uma pessoa pode dizer que eu só vou enfrentar a questão, resolver o problema fiscal brasileiro se eu rever o contrato social da democratização. Muito bem, o que é o grande demônio. A Previdência. Por quê? A Previdência gasta 7.5 % do PIB. E eu pergunto, e juros? Nós vamos gastar esse ano 9% do PIB. A Previdência beneficia, rural e urbana, 25, 30 milhões de pessoas. E dois terços da Previdência são bancados ou pelo trabalhador ou pela empresa. E os juros? Beneficia quantas pessoas? Eu também acho que não dá. Não dá para você pagar 9% de juros e 8% de Previdência, não dá. Um dos dois não pode. Agora, qual que é a opção que está sendo feita? Demoniza os direitos sociais. E esse é que nos vamos destruir. Nós vamos pegar. Vamos botar a mão nesse dinheiro. Esse é que é o projeto novamente. Isso que está em curso no Brasil, com todas as comunicações, os apoios e etc. Muito bem, como reagir a esse cenário? Difícil. Esse documento que nos fizemos foi um pouco para tentar problematizar essas coisas, nós, como a maior parte de nós oriunda da universidade, enfim, tentar contribuir com ação dos movimentos sociais. Nós saudamos com entusiasmo a formação da Frente Brasil Popular, a outra Frente Brasil Sem Medo. Eu acho que esse é o momento que está em jogo, não é a criminalização do PT, é a criminalização da esquerda. Eu acho que, hoje, do meu ponto de vista, não há nenhum partido político que possa ser protagonista de qualquer processo. Eu acho que se a esquerda não se unir nós vamos sumir do mapa. A estratégia toda é vamos criar... a questão central é a seguinte é o que o Pedro falou mesmo, tem economista que escreveu isso. Vários escreveram isso. Eu só vou fazer a inflação ir para o centro da meta... isso não é possível com o pleno emprego, com desemprego de 4.8%, não é possível. Os caras escreveram "é preciso demitir sim". Então, a recessão é parte do processo de fazer a inflação ir para o centro da meta. Agora, o que acontece do ponto de vista político, se eu criar um desemprego de 13, 14%, que é o ponto de vista que vai acontecer em março do ano que vem. Você destrói todo o capital político que foi acumulado pelo PT e as forças que o apoiam nos últimos dois anos. Você destrói. O que vai acontecer em 2018? Não sei, mas a chance de você ter um governo conservador, e que apoia esse projeto ultraconservador, que vem sendo gestado, desde os anos 80, como eu mencionei, são enormes. Muito bem. Já falei demais e não falei do tema que a Ana me falou. Dois minutos? Dois e meio. A gente discute, não vou conseguir falar. Vou ao ponto central aqui. É o seguinte. A gente em um curto prazo tem que reagir, tem que resistir. É um pouco do que a gente está fazendo aqui. É um pouco do que as mulheres fizeram, enfim, que todos os

movimentos sociais estão fazendo sobre essas pautas absurdas e etc. Isso nos temos que fazer em curto prazo. Tem que ter ciência de que esse processo que está em curso. Temos que resistir a isso. Agora, nós também temos que pensar, eu digo nós os movimentos sociais de esquerda e etc. etc., mas que Brasil que a gente quer? O que a gente quer no longo prazo? Porque o longo prazo é que tem que definir as políticas de curto prazo. Por exemplo, eu acho que um projeto de Nação, um projeto de Brasil para o século XXI é enfrentar as desigualdades sociais. O que está sendo feito a curto prazo vai aumentar as desigualdades sociais. Então, minha gente, eu acho que uma forma da gente tentar enfrentar isso, porque o que aconteceu foi o seguinte... Deixa eu só dizer uma coisa, é difícil enfrentar a direita, o mercado financeiro, o capital financeiro, porque o projeto de desenvolvimento deles é um só. É só um: a inflação tem que voltar para o centro da meta. Ponto. A qualquer custo. Se a inflação sobe, se aumenta não sei o que...Qualquer pessoa que proponha alguma coisa que não faça a inflação ir para o centro da meta é populista, é irresponsável, é sabotador. Agora, qual que é o nosso projeto? O nosso projeto... E o que eu vejo também é o seguinte: na década de 50, de 60, nós discutíamos um projeto nacional, depois, nos deixamos de fazer isso. Mais recentemente, pós-redemocratização, os movimentos sociais se fragmentaram muito, o que é positivo os diversos movimentos sociais que nos temos, mas cada um pensa muito na sua questão específica. Nós deixamos de pensar o País como um todo. Isso se cumulado, os movimentos sociais tem um a força política importante, do ponto de vista de se pensar um projeto nacional, isso fragiliza. Muitas vezes nós brigamos uns com os outros, dentro do nosso campo. Eu acho que talvez esse seja um desafio. O documento que muitos chamam de manifesto. Eu nunca vi um manifesto com 180 páginas. Ele tem o volume II que chama *O Brasil que Queremos*. Esse *Brasil que Queremos* tem três itens: 1) Diretrizes para uma sociedade justa. Diretrizes para uma sociedade justa. Do nosso ponto de vista, se eu tivesse que dizer qual o principal desafio do Brasil para o século XXI? É enfrentar as desigualdades sociais. É a desigualdade na propriedade urbana e rural. É a desigualdade no mercado de trabalho. É a desigualdade na oferta de serviços públicos de qualidade, como saúde por exemplo. Como é que eu faço isso? Primeiro, eu tenho que ter uma economia que convirja para esse objetivo. Eu não posso ter uma economia cujo objetivo é criar recessão e desemprego. E aí um tema central, que se vocês quiserem a gente pode discutir, é essa questão do tripé macroeconômico. O tripé macroeconômico tem o objetivo único que é preservar a riqueza. Ponto. A riqueza financeira. Ponto. Entre outras coisas, está certo? Tem a questão da indústria, tem várias questões aqui que você tem que ver, mas o fundamental é que você tenha uma macroeconômica que convirja. E, finalmente, para terminar: eu tenho que ter uma democracia consolidada. Consolidar a democracia. Jamais imaginei que, hoje em dia, nessa altura da minha vida, tivesse que defender a democracia e a legalidade. Mas entre várias questões que nós temos que resolver, é a questão da reforma política. E dentro da reforma política, uma coisa fundamental que é o tal de financiamento público de campanha. O Silvio Cacia, que vai falar hoje à tarde, escreveu um artigo brilhante, que ele mostra o seguinte: você não tem 34 partidos no Brasil. Imagina! Você tem 10. É o partido do... o Agronegócio é um dos partidos. Tem 250, ele fez as contas todas lá. Mas tem mais ou menos 250 parlamentares de 22 partidos ou 19 partidos. Você acha que a gente vai fazer reforma agrária com essa base parlamentar? Enfim, tem essa questão política. O documento já está disponível na internet etc. A gente apresenta diretrizes sobre a questão social, a questão da desigualdade, dizendo, assim: "olha, para fazer isso nós temos que ter mudanças na condução macroeconômica". E também isso só não basta. Temos

que pensar também a questão política, em uma democracia, realmente, representativa. E o documento, depois, vai analisar a questão do curto prazo, que é o que o Pedro falou, diz o seguinte: “olha essa política econômica de curto prazo não caminha nesse objetivo, muito pelo contrário”. E, finalmente, o documento vai apontar as reformas todas que estão sendo feitas, muitas delas, essa pauta Agenda Brasil, muitas e outras, que, além de não caminhar nesse sentido, vão cortar as pontes para você ter um projeto de desenvolvimento. Desculpe pelo excesso de tempo. Muito obrigado.

Ana Costa

Obrigada você Fagnani, a você e ao Pedro por terem trazido para todos nós aqui essa desconstrução disso que é o pensamento hegemônico da economia nacional nesse momento. E eu acho que a contribuição que vocês trazem aqui é essencial para o nosso debate e de construção de novas estratégias e de novos caminhos e está absolutamente conectado com o pensamento do Cebes, com o que nós temos construído ao longo da nossa história, como projeto de Estado, como projeto de democracia para o País. Eu passo, imediatamente, então, para o Chico. Fizemos aqui um acordo para o Chico falar primeiro. E o desafio que o Chico tem, nessa mesa, que discute os desafios, que estão postos, para garantir a preservação dos direitos sociais e constitucionais e da democracia e do desenvolvimento social, em um contexto atual, é trazer, exatamente, um estímulo, uma provocação ao debate sobre o papel dos movimentos sócias, dos movimentos populares nesse contexto. Então, Chico, você tem, igualmente, o mesmo tempo e nós estaremos atentos te ouvindo.

Chico Menezes

Muito obrigado Ana. Eu quero agradecer muito esse convite. Para nós é uma honra muito grande poder participar desse evento promovido pelo Cebes e também cumprimentar a todos e todas vocês. É uma mesa tão brilhante. Eu queria começar dizendo que eu não posso falar em nome dos movimentos sociais e populares, respondendo a sua pergunta. Seria muita arrogância. Eu posso, sim, procurar conversar com vocês um pouco à respeito do que os movimentos estão se defrontando e saídas possíveis que a gente precisa identificar para prosseguir. Eu sou economista também, mas os mestres que eu tenho aqui ao meu lado, eu vou me abster bastante de falar de economia. Eu estava aqui anotando sofregamente para levar tudo que vocês passaram. Eu acho que a contribuição, hoje, dada do documento Para um Brasil Justo e Democrático, que eu tive até oportunidade de participar aqui no Rio de Janeiro, que é claro nos seus objetivos e, por isso, pode trazer uma enorme contribuição para superação dessa situação de crise, de crise grave, que eu acho que nós vivemos. E aí, não fazendo o papel do economista, eu quero trabalhar mais a partir do ponto que o Eduardo terminou em relação à política estado e democracia, dentro de uma compreensão de que se a crise é grave, se a crise é grande, evidentemente, existe uma série de fatores que se combinam e que levam a essa gravidade da crise, mas existe uma questão de fundo, que eu acho que precisamos, apesar de toda a dificuldade no enfrentamento dela, de conseguir ter uma estratégia e conseguir levar a cabo o enfrentamento em relação a elas, que é aquilo que eu

chamaria de uma profunda falência do sistema político que, hoje, a gente tem aqui no Brasil. Eu tenho costumado dizer, e eu acho que não é surpresa para ninguém, se esse sistema está esgotado da forma como se dá, isso não é um sintoma só dentro do Brasil. Existem muitas evidências, em diferentes partes do mundo, países desenvolvidos, países em desenvolvimento, que mostra que hoje o sistema disponível, no caso brasileiro, com heranças claras do tempo do autoritarismo, um processo de redemocratização, que não se completou, leva, então, a situações como, hoje, a gente se defronta e que a partir do que Pedro e Eduardo colocavam, assim, traz empodera, traz forças desmedidas, para grupos que são absolutamente minoritários na sociedade. Então, esse é um quadro da nossa democracia, hoje. Talvez, democracia, entre aspas, que temos, não é? Esse sistema não dá conta do aspecto que, aliás, está colocado na Constituição de 88, da participação mais direta da sociedade. Ele é absolutamente precário nesse aspecto. Não é à toa que quando procuramos compreender o tanto que, por exemplo, a juventude já não vê mais uma possibilidade de participação na disputa política, é porque tem um sistema absolutamente falido e que não abre as portas para uma participação mais direta. Houve tentativas, e avançamos, não podemos deixar de reconhecer, nos últimos 12, 13 anos em termos participativos, a partir de conselhos, conferências. Não vamos esquecer esse aspecto, mas o fato é que, quando se encontra a decisão do poder, o sistema não responde. Então, questões que, por exemplo, o Pedro, o Eduardo, apresentavam da política econômica, as soluções, de certa maneira, estão algemadas diante desse sistema. E aí o que temos? Vocês mesmos já referiram. Nós temos a bancada ruralista, em uma desproporção total do que representa o agronegócio, a grande propriedade em relação à realidade até do campo no Brasil. Nós temos a bancada da Bíblia, hoje, ou a bancada da bala, e depois a gente vai falar um pouco mais o que isso está levando e a gente tem ausências grandes, por exemplo, do número de mulheres no Congresso Nacional. A gente tem ausência grande de negros no Congresso Nacional. A gente tem ausência significativa, e pior, crescente, de sindicalistas dentro do Congresso Nacional. Então, a gente vive uma anomalia nesse ponto da política. Eu diria que o período de 2003, 2010, que, com todas as dificuldades, a gente pode chamar de um período virtuoso, ainda assim, a falência do sistema político já estava em curso. Existia já claros sinais nesse sentido. E obrigou, isso explica em grande medida os percalços que teve, inclusive equívocos que cometeu, da forma como o sistema político preservava uma correlação de força absolutamente favorável, obrigou alianças a um presidencialismo montado em cima de uma proposta não programática, mas de acordos e de interesses e a gente se defrontou e se defronta, cada vez mais com isso. Agora o que eu acho, e não é uma discussão fácil, que a gente precisa enfrentar é que o tempo da conciliação está terminando. Quero dizer, o André Singer, acho que alguns de vocês conheceram o estudo que ele do lulismo e eu acho que isso é verdadeiro, que as classes populares brasileiras não gostam do confronto. Elas evitam o confronto. Mas o confronto que se apresenta não é o confronto trazido pelas classes populares. O confronto é um confronto, hoje, anunciado pelas elites e suas representações, inclusive da mídia, que podemos depois também falar um pouco mais. Essa excelente plataforma político-social, que o Eduardo coordena, eu sou leitor diário de tudo que sai dela, ontem, tinha um artigo do Paulo Arantes, cujo título era *A Fórmula Mágica da Paz Social se Esgotou*. Doa em nós. Talvez, não quiséssemos estar vivendo isso, mas esse é o fato. E o que eram choques, que ocorreram, e se a gente ver, no período até 2010, 2011, esses choques ocorriam, eu por exemplo trabalhei muito com a questão da implementação do Bolsa Família, mas todos vão se lembrar do que se dizia, que as elites

falavam do Bolsa Família. Eu me lembro que uma secretária do Bolsa Família uma vez me disse o seguinte: “olha nós pesquisamos como, por exemplo, a mídia reage em relação a programas de transferência de renda e tudo isso que é dito, aqui, no Brasil, em diferentes países do mundo é dito a mesma coisa”. Ai ela mostrou: “Olha, isso não nasceu inclusive aqui, esse discurso é dito e é o sentimento das elites, de rejeição ao programa, a partir desses mitos, que vão construindo, que transferir renda faz o beneficiado virar um preguiçoso, não quer trabalhar, querer ter muito filho.” Estava lá nas críticas ao programa do México. Estava nas críticas a outros programas, aqui, na América Latina, em diferentes partes do mundo, o mesmo discurso. Só vai comprar bobagem com o dinheiro transferido e esse tipo de coisa. Eu acho que tem um ponto que é importante nesse balanço também e, no sentido, que precisa haver o reconhecimento, que pese toda a força que representa essa grande mídia. Eu acho que faltou coragem e faltou muitas vezes disposição mesmo de enfrentamento. O Silvio depois pode falar bem sobre isso, vivendo, inclusive na carne, o que é manter uma imprensa, que seja autêntica e autônoma, distante dos interesses das elites. Mas, eu acho que faltou, portanto, esse aspecto de enfrentamento. Acredito que, em determinado momento, se viveu a ilusão que, com nossas boas iniciativas no campo social, nós sempre ficaríamos livres desse ataque, desmedido, que é feito, diariamente, contra políticas distributivas, políticas que buscam a justiça social. E outro ponto importante foi a renúncia a um processo de politização das camadas mais, acho que vocês já falaram um pouco sobre isso também, das camadas que inclusive tiveram uma mobilidade social ascendente nesse sentido. Eu não sei se todos sabem, o próprio governo um pouco antes da eleição de 2014, fez uma pesquisa de opinião com esses grupos e os resultados foram bastante desagradáveis, no sentido que se colocava que aqueles que tinham ascendido socialmente, achavam, em primeiro lugar, que era pelo mérito próprio. O segundo ponto era pela força que as opções religiosas deram. E as políticas públicas ficavam lá no final da fila. Então, faltou o aspecto da politização. Eu acho que no afã de tocar, inclusive, os programas, em uma velocidade que era necessária, para a escala que precisava, não se juntou esse aspecto da politização. Eu creio e, talvez, depois no debate o Eduardo e o Pedro podem me corrigir, que os dois primeiros anos do mandato da presidenta Dilma, o Pedro colocou bem caracterizado o ajuste, sobretudo no primeiro ano, mas houve, e me parece que isso é importante discutir, houve, ao lado disso, tentativas de enfrentamento e de ruptura de um determinado caminho. Vocês vão lembrar do ensaio de tentativas em relação aos juros, e, portanto, do sistema financeiro com resultados, inclusive, por um período que foi curto, mas concreto, de redução desses juros, e, ao lado disso, me recordo, inclusive, do discurso da presidenta, no dia da posse dela, em 2011, aonde ela diz que o principal objetivo para o próximo período, dos próximos quatro anos, era reforma política e ousar nesses dois pontos, fez com que aquela burguesia, que estava até feliz, embora contrariada com as políticas, estava até feliz com os lucros, que já vinha obtendo, aí houve um tipo de reação e acredito que, possivelmente, a presidenta não soube conduzir esse tipo de ruptura. Por que não soube? Porque já havia uma característica desse terceiro governo de que as coisas poderiam ser feitas, sem a mobilização da sociedade. Rupturas poderiam se dar sem esse tipo de mobilização. E acho que 2013 já falou alto sobre esse tipo de coisa. Então, nesse aspecto, acho que até a intertenção foi novamente muito virtuosa, de enfrentamento desses dois pilares, mas seja o sistema financeiro, seja a questão do esgotamento do sistema político, da reforma política, mas não se soube fazer. Essas rupturas, não se consegue chegar ao fim delas, sem uma forte mobilização social. E aí houve essa dessincronização. Como disse, os governos Lula e Dilma não

proferiram grandes ameaças ao capital, mas um outro lado, acho que também já foi dito aqui, é que as elites brasileiras são insaciáveis, essa é uma característica. Hoje, o que explica a virulência desse movimento, e acho que foi provado inclusive em números aqui, é esse apetite que não se satisfaz e os 10%, que eu acho que foi o Eduardo que falava, que querem abocanhar das políticas sociais é porque querem tudo. Agora, eu queria chamar a atenção para vocês e trazer a discussão, que acho que é bastante relevante, é que o reacionarismo não se limita a esse embate entre o capital e o trabalho e a gente precisa estar atenta nesse aspecto. Eu acho que ele se expressa, hoje, em todas as esferas. O que a gente assiste, hoje, é uma investida do retrocesso se dar em todas as esferas. Se a gente vê o que se configurou diante disso, e eu acho muito em função, como resultado dessa falência do sistema político. Você tem um executivo, hoje, que só se sustenta a partir de alianças espúrias. Tem que dar esse nome. Eu acho que está sitiado dentro desse quadro político. Eu acho que, por outro lado, temos um Judiciário que, em inúmeras de suas instâncias, toma, como tarefa principal, a proteção do privilégio. E temos um legislativo. Eu só vou lembrar a vocês, como exemplo, essa última semana, se a gente pudesse apagar da história, faríamos, aonde de um lado você teve a discussão. O Eduardo Cunha, ele cria várias comissões especiais, para tocar aceleradamente as medidas, que são, inclusive, compromissos com os financiadores de campanha dele. Esse crime que é a redução de 25 anos para 21 anos na autorização de porte de arma. A gente tem o estatuto da família da forma como está sendo revisto, com todos os descabros, eu sei que felizmente teve manifestações, em diferentes cidades do Brasil, expressando a não tolerância com essas aberrações. A gente teve, ao mesmo tempo, outra comissão do Eduardo Cunha, já com o texto da PEC 215, que é a que legisla sobre as terras indígenas, trazendo para o Legislativo, a atribuição que, antes, era do Executivo. Então, em uma semana, você teve retrocessos colossais. E sem falar em tudo que já tinha sido praticado antes, inclusive, na saúde. É o que se monta contra o SUS. O que se articula em favor da privatização completa da saúde. E o que observamos, a partir das famílias, não sei se são três ou quatro famílias que controlam a mídia, comandam as empresas de comunicação de uma forma articulada, trabalham em uma destruição de valores, permanentemente, e de criminalizações, inclusive, de movimentos sociais, esse é um ponto que a gente não pode deixar escapar, que isso não é uma coisa nova. Os movimentos sociais veem sendo, sistematicamente, criminalizados, tanto assim que, hoje, muitas pessoas entendem o MST como perigo e não como uma possibilidade de reversão, dessas desigualdades no campo, tal como existem contra o MST PST e tantos mais outros que aparecerem se movimentando. Tudo dentro de um jogo de chantagens que tem usado, mais recentemente, a ameaça do impeachment, como uma forma de anular e fazer naufragar o governo. Eu queria, e já vou me aproximando mais do final... um ponto que a gente não pode deixar de mencionar e acho que também está pleno de evidências é que o que a gente assiste, aqui, hoje, dessa movimentação e, sobretudo, em relação à política econômica, vamos dizer, essa orientação não está confinada aos limites do Brasil, quer dizer, eu acho que o Brasil na geopolítica mundial ocupa uma posição de grande importância. Também na geoeconomia é um país de possibilidades e grande expressão. E, nós, eu acho que podemos ver muito claramente, por exemplo, em relação ao que, hoje, se trama contra a Petrobras, sobre o pré-sal, as movimentações que estão sendo feitas e o que está por trás disso. Então, isso dá também a dimensão do tamanho dos nossos inimigos. E aí perguntando... eu também fugi um pouco, Ana, da tua pergunta, mas tentando responder sobre os movimentos sociais e populares, primeiro, eu acho que, se olhar nesse período mais longo,

talvez, a gente precisasse começar por uma autocrítica houve uma certa conformação e os movimentos sociais, durante um bom período, acreditaram que o somatório de suas lutas particulares poderiam garantir avanços e abandonaram um tanto as grandes questões nacionais. Foi, vamos dizer assim, um tempo de conforto, em que cada um se dedicava, especificamente, as suas lutas. Eu acho que, de alguma maneira, se paga o preço por isso. Eu acho que também, em função disso, teve toda uma não articulação sobre questões que começaram a se mostrar centrais, sem dúvida nenhuma, e em 2013 mostrou isso, as manifestações de 2013, que pelo menos a gente deve considerar como sinalizadoras para o futuro, é de que a questão, o Eduardo falou isso, do acesso aos serviços públicos de qualidade se coloca como a agenda, que se obriga o País para os próximos anos. E digo para vocês porque esse é um aspecto que temos que considerar, talvez, a paciência da população, em relação a esses serviços como estão sendo ofertados, vai novamente manifestar sua explosão. Isso não vai demorar muito porque a vida, sobretudo da população mais pobre, é infernal, nesse sentido. Eu tenho colegas, que moram na Baixada Fluminense, que gastam, por dia, para chegar ao centro da cidade, três horas de ida e três horas de volta em média normal. Então, são seis horas, além do tempo de trabalho, nesse deslocamento. Eu acho que é a questão, também, descuidamos do aspecto ou não demos a força necessária ao aspecto da democratização da mídia. Talvez, menos discursos longos e mais campanhas visíveis, mais campanhas que mostrassem claramente as nossas inteligências acorrentadas. Evidentemente, a questão da reforma política houve toda uma articulação de organizações, mas pouco se conseguiu sair para fora dessa discussão. E oportunidades, inclusive, não faltaram, porque no episódio, que foi chamado, por exemplo, de Mensalão, era uma oportunidade de se mostrar como o sistema político, obrigatoriamente, funciona e funciona para todos, para alguém que queira, por exemplo, se eleger. Bem como, e aí acho que vai ser falado, em seguida, o aspecto da construção de um campo progressista, que vai mais além dos partidos políticos. Eu acho que, então, nesse sentido, e estou concluindo, tem uma agenda para já. Falei assim: a questão central é a falência do sistema político e vamos ter que resolver isso. A gente não pode abandonar questões porque se não enfrenta-las, agora, elas comprometem, inclusive, esse enfrentamento maior, mais estrutural. Para ser bastante explícito eu diria: cassação e prisão de Eduardo Cunha. Acho que não pode haver qualquer tipo de recuo nesse tipo de coisa. E eu acho que isso, é claro, teria que prender outros tantos que estão lá dentro, mas isso deve ser exemplar e isso precisa acontecer brevemente. Eu acho que o outro lado, os movimentos sociais, precisam desencadear um verdadeiro cerco ao Congresso Nacional em relação a essa movimentação toda do retrocesso que se empreende lá. Garantir a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à proibição do financiamento empresarial de campanha. Eu acho que a defesa do mandato eleito da Dilma, sim, mas uma crítica e uma oposição tenaz em relação à política econômica que está sendo praticada. Se vamos defender o impeachment da Dilma, que não aconteça agora, ela mesma está praticando seu impeachment para os próximos anos de governo, com essa política econômica. E acabar com a ilusão. Eu acho que, não se deve dar guarida a isso: se submeter à agenda dos adversários é a melhor forma de se livrar dos ataques deles. Isso é uma grande ilusão. Eu acho que os últimos meses demonstraram isso e não há nada que justifique, por isso, esse documento é fundamental, também, politicamente nesse momento. Eu vou terminar só com dois pontos. Eu acho que outro ponto que exige atenção e cuidado é os rumos das investigações que estão se procedendo sobre o justo pretexto do combate à corrupção. Eu acho que o grau de

manipulação que está ocorrendo, absolutamente coberto e articulado pela mídia, não pode ser tolerado e tem que ser denunciado. Existem vários juristas, eu assisti a pouco uma entrevista do Dalmo Dallari. Com a Constituição na mão, ele mostra todas as inconstitucionalidades que estão sendo praticadas, dia a dia, nesse processo, que é, inclusive, a melhor forma, e, isso, está sendo praticado, de acabar com qualquer possibilidade de combate à corrupção no Brasil. E, por fim, a agenda de fundo, que continua na luta pela reforma do sistema político. Eu acho que queria transmitir isso para vocês e vejo possibilidades, seja na formação das frentes, da Frente Brasil Popular e demais frentes, que eu também espero que tenham um movimento de aproximação, de lutarem juntas, mas acho que é esse saber, que esse sistema político precisa ser repensado e precisa ser fortemente revisto, é que é uma perspectiva que não podemos perder e deve nos orientar, inclusive, para as lutas de todos os dias. Obrigado.

Ana Costa

Obrigada Chico por essa grande varredura de análise e trazendo temas e propostas tão importantes. Acho que contribuiu muito para essa mesa. Eu queria só lembrar que esse simpósio produz ao seu final a nossa tese política, com a contribuição de todos vocês e de todos os debates que vão ocorrer aqui. Então, tudo que vocês tiverem, por favor, anotado, escrito, as suas falas, que passem à relatoria que está aqui do lado trabalhando, a Maria Lucia, Gabriela, que estão trabalhando, anotando o que está rolando por aqui. Então, eu passo imediatamente ao último integrante desse momento que é o nosso convidado da Frente Brasil Popular, o Ronaldo Pagotto que vai também falar da Frente e analisar (falando fora do microfone)... na sequência nos vamos fazer o debate. A nossa integrante da diretoria, eu pediria que já me apresentasse os núcleos que irão participar depois durante a fala do Ronaldo, está bem? Então Ronaldo, seu tempo.

Ronaldo Pagotto

Bom Dia Ana, coordenadora do Cebes, bom dia a todos, todas as companheiras que são maioria, aqui, nesse espaço, e companheiros. O convite, inicial, foi feito ao João Pedro, que tem uma agenda em Santa Catarina, e o convite não foi para o João Pedro fazer uma análise do ponto de vista do campo. Foi para trazer um pouco da capacidade de síntese, então, imbuído desse espírito, também farei um esforço, aqui, de sistematização, por isso, até fiquei por último, porque ajuda, deixando só o que caberia mais de complemento e, também, aquilo que é acordo dentro da Frente Brasil Popular. Ficaria em torno de uma análise mais consensuada e, também, alguns acordos no interior da Frente Brasil Popular, para apresentar para vocês, aqui, muitos de vocês já conhecem, o Eduardo acompanha, talvez, muitos de vocês já tenham acompanhado a Frente, aqui, no Rio e nos seus estados. A primeira questão é que na militância, no geral, a gente tem percebido que a conjuntura se aqueceu e se complexificou muito. As análises estão muito variadas, muito diversas e, esse tipo de espaço, que ajuda a construir análises mais unitárias, é essencial sempre, mas, em um momento como esse, sobretudo, com a hegemonia midiática pautando o debate, sempre, desde um ponto de vista

conservador, o papel das forças populares é de construir espaços de, digamos assim, de contra-hegemonia, são essenciais. Então, alguns pontos da nossa avaliação, aqui, coletiva, digamos assim. Esse foi o esforço. A primeira observação é a do ponto de vista internacional. O que nós temos avaliado é que, internacionalmente, há uma mudança na geopolítica e essa mudança é significativa. Nós podemos dizer, mas a geopolítica internacional sempre tem mudanças de lá para cá. É guerra. É ocupação. É ações militares e etc. Poderia dizer, assim, qualquer pessoa que subisse, aqui, para fazer uma análise, em qualquer ano da história, poderia começar falando isso. Mas, o que a gente quer destacar é que essas mudanças são bastantes relevantes para o nosso país, para a esquerda brasileira, sobretudo. Que diz respeito a uma mudança de qualidade da ação imperialista na política nacional. Essa mudança de qualidade, ela tem um diferencial em relação, por exemplo, a década passada, que os EUA, se a gente for memorizar, estavam lá atolados na guerra do Iraque, na ação no Afeganistão, na ação do Iraque, consumindo energia militar, econômica, política. É claro que guerra para os EUA é negócio, não foi um prejuízo, mas isso drenou uma energia política, que foi pauta das campanhas eleitorais e etc. Nos últimos anos, não é mais assim. Segundo fator, a crise econômica que se eclodiu, principalmente, nos EUA, tem dado ares de recuperação. Os economistas, professores, aqui, os três, poderiam apresentar mais elementos, o foco é nacional, mas ela vem apresentando sinais de recuperação e, esses sinais, veem dando mais fôlego para os EUA recuperar o seu papel na América Latina. O golpe em Honduras, o golpe chamado golpe branco, no Paraguai, com o envolvimento direto das forças do Estado americano, conduzindo, coordenando, orientando, patrocinando, como dois entrepostos, tanto na América Central, dado o avanço na Nicarágua, El Salvador, de mudanças importantes na própria Honduras, como no entreposto, aqui, na América do Sul, cumprindo um papel estratégico bem importante. Isso precisa ser levado em consideração. A direita brasileira está em um nível distinto, e isso é um elemento que ajuda a entender esse nível distinto. O papel do imperialismo não é só fazer guerra, mandar a quarta frota, ele tem mecanismos variados de incitar, de estimular, de orientar a direita, os setores conservadores. Não é à toa que, na Venezuela, a direita tem conseguido manter um nível de atividade bastante intenso, orientado, desde o Pentágono. Washington não manda nada nisso. O Pentágono é que orienta, na Argentina e no Brasil. É financiamento. É trabalho ideológico. Enfim, isso é importante a gente observar. No Brasil, como já foi apresentado, aqui, os analistas progressistas tem avaliado que há uma crise do chamado neodesenvolvimentismo. A diferença de análise desses, diz respeito a se essa crise é um esgotamento, ou seja, um encerramento desse tipo de conciliação de classe e de programa econômico político ou se está passando por uma crise, que pode ser temporária, que pode se recuperar. Isso é uma divergência no interior da esquerda, mas há um consenso: há uma crise do neodesenvolvimentismo. E essa crise se estende à política, se estende à economia e se estende à crise social, também. No ponto de vista econômico, se observarmos os dados dos últimos três anos, principalmente, os setores produtivos, com grande investimento em setor chamado rentismo, que não é o termo preciso, mas deslocando investimento para o setor rentista, o setor público com uma capacidade de investimento mais reduzida, isso tem tornado... mas aqui já foi apresentado, para nós, elementos importantes sobre isso, mas um consenso no interior desse debate é que há uma crise econômica. Não é a crise implantada pela direita, no sentido de recuperação, digamos assim, de métricas econômicas lá do neoliberalismo, no interior da esquerda, no interior do debate da Frente. Segunda crise, e essa eu queria dar mais ênfase, é a crise social. Essa, talvez,

seja a menos divulgada. No debate que a gente tem feito, nos espaços coletivos, nos temos duas opiniões para ela, porque ela tem sido menos divulgada. Primeiro, porque os setores conservadores, que dominam os meios de comunicação, têm centrado fogo na bandeira da corrupção, não dando espaço para apresentar a crise social como mais uma crise nacional. A segunda, é que essa crise pode gerar revolta. Anunciar e apresentar os elementos dessa crise pode gerar algum tipo de reação popular. Então, essas seriam as duas explicações do porque que essa crise não aparece nos jornais. Equacionar. A geração de emprego no último período foi bastante interessante e importante. Tirou da condição de miséria e da condição de empregabilidade, bastante volúvel, uma geração inteira, mas a maioria até dois salários mínimos. Essa maioria de até dois salários mínimos continua em uma instabilidade econômica que é mãe parreira da instabilidade política. Esse sujeito de até dois salários mínimos tem um temor danado de voltar a sua condição anterior e, facilmente, esse sujeito, certamente, não está inserido no sindicato. O nível de sindicalização, no Brasil, segue sendo o das taxas anteriores 17, 18%, taxas baixas, mas, historicamente, é a taxa brasileira. Não tem nenhuma surpresa ainda. Não teve redução. O dado, que até foi trazido aqui pelo Eduardo, pelo Francisco e também pelo Pedro, o nível de desemprego, hoje, na casa dos oito, indicando, para janeiro, fevereiro, foi apresentado março, com 14 %, vai intensificar a evidência dessa crise social. Terceiro elemento, até o próprio programa de moradia, de certa forma grandioso, em relação ao período anterior. Foram entregues, segundo dados que a gente tem, 2,5 milhões de casas. Um milhão e duzentas contratadas. O Brasil tem um déficit real. Isso é explicitado, no Rio de Janeiro é uma realidade bastante forte disso. Em São Paulo, de onde eu venho também, monumental. O movimento de moradias fala em oito milhões. Isso é problema social latente. E segue sendo latente. O problema do transporte público segue sendo uma sina. Nós temos trabalhadores, nas grandes capitais, que estão condenados a ter quatro horas, por dia, de deslocamento em lata de sardinha. Não é um deslocamento igual a TV divulga, bacaninha, os meios modernos sobre trilhos etc., que não resolvem. O problema que gerou, em 2013, segue latente. Um problema na educação, os dados que a gente tem pode ter algum ajuste, mas cerca de quatro quintos, 80% de quem presta o Enem, que é uma conquista importante, ficam fora da universidade, ficam para o próximo ano, mas, incrementam com mais jovens, que entram na idade de fazer o vestibular. Quer dizer, isso não está resolvido. Esses jovens não estão entrando na universidade. Tem uma grande gama do Enem que fica fora mesmo. Um problema bastante ... Último, sobre o problema social: a violência. O Brasil é campeão de morte por armas de fogo e de crimes de outra ordem no interior desse país. Os dados recentes, do Ministério da Justiça, 64 mil mortes por ano. Isso é coisa para desesperar qualquer sociedade. E nós, aqui, estamos passando por um processo de naturalização. Como se fossem todos problemas de altos criminosos em meramente uma reação. A grande maioria é crime contra o patrimônio, de menor potencial ofensivo e são executados. Isso é um verdadeiro genocídio como tem sido tratado na campanha. São aspectos de uma crise social que a gente não tem visto nos jornais. É nossa opinião, por aquelas duas causas. Os jornais... a direita brasileira tem centrado na corrupção e a direita brasileira esconde isso porque isso tem potencial mobilizador. Peraí, o debate não é corrupção, o debate é o meu problema aqui. Mas vai mudar o tom. Vai perder a capacidade de ... Terceira crise, é a crise política, que o Chico já apresentou. E foi feito um debate extenso, na sociedade, no último período. Só se resumi a crise política, eu digo que ela tem dois defeitos estruturais, de fábrica, um é a democracia, como apresentou o Chico. Uma democracia de baixa intensidade, sem participação. O sujeito é

convidado a participar a cada dois anos, para dar a sua opinião lá e em uma lista de nomes, que, também, não ajudou a escolher, dada a baixa participação nos partidos. Baixa participação para controlar o eleito. A única forma de controlar é não votando nele na próxima eleição. É um controle ridículo, insuficiente. Terceiro elemento, não opina sobre nada de relevância nacional, orçamento, nada passa pela opinião da sociedade. Só passa pela opinião pública o que é opinião publicada, aquela coisa da velha imprensa. Esse é um primeiro vértice, talvez, do defeito estrutural da democracia brasileira, que só uma reforma profunda pode enfrentar. Segundo, o predomínio do poder econômico na política, naturalizado também. As bancadas econômicas, que são maiorias, estão naturalizadas e, abertamente, seus deputados e senadores, falam isso, representam os interesses de seus grupos econômicos, sem vergonha mais, sem dúvida, falam abertamente na imprensa. Essas são as crises que a gente tem avaliado. Do ponto de vista das forças sociais, também é importante para a gente, antes de entrar nos desdobramentos da Frente. Nossa avaliação: tem um setor da burguesia rentista e das transacionais que pregam a volta do neoliberalismo, querem o programa lá do consenso de Washington tão combatido, tão derrotado ideologicamente, mas é isso que eles propõem. Se pegar lá os nove ou dez pontos do consenso de Washington, mais o câmbio associado ao dólar, é esse o programa das grandes transacionais e do setor rentista. Qual é o problema desse setor? Eles não têm condição, nesse momento, de defender, isso, abertamente. Eles defendem isso, via critérios, para avaliar a crise brasileira, via indiretamente. Não propõem, “nós aqui queremos o neoliberalismo”, como esse setor propôs lá em 90. A Fiesp propôs lá em 90. Tão grande a hegemonia ideológica que esse setor tinha. Hoje, eles ainda estão encontrando uma forma ideológica de defender isso. Não podem, ainda. Eu não sei quanto tempo isso vai levar. Tem setores, é claro, que já expressam isso abertamente. Mas em termos de esse campo mais amplo, não tem apresentado, não tem defendido esse programa. Tanto é que o programa, que defenderam do Aécio, tinha um monte de conteúdo chamado neodesenvolvimentismo. Ele teve que colocar programas de conteúdo concreto associado ao neodesenvolvimentismo. Segundo, essa chamada burguesia interna ou a burguesia mais ligada a produção. Essa burguesia é dependente do mercado interno. Ela é dependente da produção, apesar de ser toda imbricada com o capital financeiro, com o setor primeiro, que aponte. Essa burguesia está em um impasse, sem programa político. Sem resposta. Sem capacidade de reação. Ela fica reagindo no pontual. A Fiesp vai lá e reage contra a CPMF. Depois aprova uma medida do Governo, enfim, está variando. Na verdade, isso aqui é um problema histórico. Essa burguesia, produtiva nacional, nunca teve projeto. Nunca teve programa para o País, então, não é uma novidade desse tempo. É uma característica dela. Os setores médios, vamos falar dos setores médios, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, os proletários de altos salários em nível de controle da produção. Esse é o setor que está sendo estimulado e manipulado pelos setores conservadores. É o setor que, até esse momento, tem ido às ruas. É quem tem ocupado, aqui, a orla de Copacabana. Ocupado a Avenida Paulista, em São Paulo. E não é à toa, esses setores médios são historicamente os setores que o pensamento conservador, o pensamento nazifascista sempre encontrou eco. Esse setor tem explicações econômicas para isso. É um setor que vive... ele não é o bam bam bam da produção, não é a grande burguesia e também não tem a condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Ele teme em cair e sonha em subir. Ele sempre teve essa instabilidade econômica. Qualquer mudança na política econômica; redução dos créditos; mudança à respeito da taxa de câmbio; questões da política econômica; alteram a vida desse setor. Esse setor vive permanentemente

temeroso de cair e esse setor é manipulado. Ele não tem expressão política clara. Não dá para dizer esse setor é representado pelos partidos de centro, não. Ele tem uma posição política bastante oscilante. Tem horas que ele vota com setores progressistas, tem horas que ele vota com os setores conservadores. Tem uma posição política muito instável, porque a situação econômica dele é muito instável. Então, esse setor, aqui, é quem está sendo manipulado, hoje. Até hoje, é quem a direita golpista tem conseguido manipular e colocar nas ruas. Ainda não conseguiu fazer isso com os setores da classe trabalhadora, mas está fazendo um esforço para isso, porque, aqui, companheiros e companheiras, se é verdade que na política a direita brasileira, dividida, sem programa, e uma parte no programa neoliberal concreto, como eu apresentei, aqui, tem força no Parlamento, alguns dizem que tem maioria no Parlamento, tem expressão no Judiciário, como um campo de ação importante, na sociedade, não tem maioria. Tanto é que faz um ato com 200 mil, nós conseguimos fazer ato grande. Não vai para a rua com um parceiro. Ela tem dificuldade de mobilizar a expressão dessa força, politicamente, não há uma hegemonia ou um domínio. Há um impasse. Alguns até chegam a dizer que há certo empate político. A expressão de voto 54, 49, 51% verso... é uma expressão desse tipo de posição, de empate. Agora do ponto de vista ideológico, esse empate não existe. É onde ela tem hegemonia total e completa. E, aqui, é verdade, cabe uma autocrítica. Eu acho que extensiva ao conjunto da esquerda. A esquerda brasileira no seu conjunto, e, aqui, sendo generoso. O campo progressista, como um todo, não tem um veículo diário de comunicação. Qualquer um que estuda a história do PCB, a história da esquerda no interior, eram vários veículos diários de comunicação, de diálogo de desconstrução da visão hegemônica pelo setor conservador, no seio das faces trabalhadoras, nos setores populares. Então, há uma necessidade latente e um problema histórico que a esquerda brasileira tem que enfrentar e fazer a sua autocrítica, como disse o companheiro. Então, esse disparate do ponto de vista político na ideologia, em que ela tem domínio total, gera uma percepção de que as coisas estão quase perdidas, ou não é assim que muita gente está vendo a situação? Bom, está dominado. Assim é a visão. Mas eu queria aqui trazer uma visão que não é otimista, mas sempre teve esse domínio ideológico. Ela está fazendo um esforço de mobilização. Há esse impasse do programa. E eu diria mais se fôssemos adentrar aqui. A direita brasileira tem um impasse no programa, tem um impasse na mensagem. Qual a mensagem que ela expressa hoje? Contra a corrupção. Mas essa mensagem volta-se contra ela. Ela tem pé de barro. Não consegue sustentar essa mensagem. Quem é a expressão política que é identificada como a liderança da direita brasileira. Não tem. Tem um sujeito mineiro carioca que não é essa expressão. Estão resgatando até o Fernando Henrique que estava lá quase que enterrado politicamente, que vivia só fazendo seus diários de memória, agora, está voltando a ter opinião política, porque há uma carência, mas isso é momentânea. Mas, isso é para ajudar a gente a ter uma análise mais acurada desse processo. A direita está crescendo, tem esse processo internacional, mas ela ainda não resolveu problemas importantes, que ela tem que resolver. Agora, isso não se aplica aos meios de comunicação. Nos meios de comunicação, ela pinta, borda e samba. E isso gera uma percepção na militância, no conjunto da sociedade que a esquerda acabou no Brasil. A esquerda está acuadinha. A esquerda não tem voz. Essa percepção é distorcida por conta que, nesse espaço, nesse loco, digamos assim, da comunicação, ela tem total domínio e hegemonia. Bom, e do nosso lado falando politicamente, o que a gente tem percebido... Bom, última observação ainda sobre essa ofensiva ideológica que eu anotei aqui e não quero deixar, ela utiliza-se da velha propaganda

anticomunista. Veja, a propaganda anticomunista, que a direita faz, não tem base, não tem lastro com a realidade. Mas, isso não é um problema, nunca teve, ou o plano Cohen, que lá atrás sugeriu um movimento internacional... ela não precisa de base real para fazer um trabalho de proselitismo político do anticomunismo. É dizer o seguinte, se você disser, em uma versão mais popular, não é gato escaldado que tem medo de água fria, esse gato não foi escaldado e nem a água é o que...ele tem medo é de torneira. Ele tem medo é de tubo Tigre. Não tem base real. E ela projeta isso. Isso é um veio principal da propaganda. Agora, isso aí encontra eco nas velhas tradições conservadoras. Sabe o que é. Então, isso é muito forte. E um segundo veio da disputa ideológica, que a direita vem fazendo, é plantar um profundo ceticismo. Profundo ceticismo. Veja a propaganda conservadora não aponta nada. Não aponta liderança, não tem mensagem, não aponta saída. O que ela faz é uma desconstrução, alimentando um ceticismo. Bom, alguém pode dizer “mas o ceticismo é praticamente um empate. Um impasse”. O ceticismo sempre foi funcional para a dominação ideológica e política. Sempre foi funcional. O sujeito que não acredita em nada pode ser manipulado, facilmente, com soluções simplistas, com identificação dos inimigos de fala simplista, assim aconteceu na história em países com alto nível educacional. Eu não estou querendo, aqui, implantar que estamos vivendo um processo de fascização e tal, mas é o mesmo processo em termos ideológicos. Usar o ceticismo e o anticomunismo como mensagens principais do ponto de vista da disputa ideológica da sociedade. E ela planta essas ideias de forma inconsequente, mas sabendo que têm um papel na dominação política e ideológica, e que nos cabe desconstruir esse ceticismo, esse nada presta, esse nada dá certo, que é nacional, com a tal da síndrome do vira-lata, tão falada, aqui, pelo autor, mas é mais do que isso. É uma descrença total e esse sujeito descrente, totalmente, algumas mensagens muito simplistas, ele se mobiliza. Como é a resposta, quem quiser ver como é isso é só ver os vídeos das manifestações conservadoras em São Paulo, no Rio, o que eles verbalizam. Eles verbalizam as coisas das catacumbas, que não tem nexos com nada. Não tem nexos. As pessoas falam abertamente que nós estamos vivendo o comunismo. Só dá exemplo. Não tem nexos nenhum, ou seja, a direita tem uma parte dela que tem autonomia econômica, quer dizer, o plano econômico, o Brasil está aplicando um programa conservador, mas ela não se satisfaz. Ela não está só preocupada com os resultados do rentismo, 14 bilhões, a cada ponto dos juros. Ela não está preocupada. Está ganhando, mas ela tem certa autonomia e ela lasca o debate independente... gera muito um debate no próprio contexto da esquerda, dizendo o seguinte: mas para que essa direita vai continuar na ofensiva, se o governo está aplicando o programa com traços neoliberais, para alguns neoliberais, para outros, até mais do que neoliberalismo, sem entrar nessa necessidade de fechar posição, porque ela tem uma relativa autonomia. Ela responde á questões mais profundas do que, meramente, resolver o problema da Dilma ou enfrentar o problema 2018. Ela tem um programa, aqui, que é enfrentar a esquerda. Por isso, é que não dá para tratar, aqui, como uma ofensiva contra o PT, contra o sindicalismo petista ou o sindicalismo brasileiro ou contra a Dilma. É muito maior. Talvez, essa seja a mais aparente. A ofensiva contra o governo. É a mais aparente. Mas, essa ofensiva, como eu disse, aqui, ela é contra os setores populares brasileiros. E as suas consequências, companheiros e companheiras, não vamos nem entrar em uma avaliação aqui. Podemos ter as avaliações otimistas, mas elas também podem ser bastante pessimistas. Por isso que a nossa responsabilidade, nesse momento, não é, meramente, saber se em 2018 está de pé ou não. É conter uma ofensiva dessa envergadura. Bom, e o nosso lado como está? Aí eu já vou para os finalmente. Nós estamos assistindo a essa

crise da frente neodesenvolvimentista que, aqui, as causas e consequências se misturam como qualquer fenômeno social. Há uma profunda, um acirramento, uma polarização da sociedade. O que é essa polarização? Uma polarização é como se puxasse para os extremos. A resposta intermediária, a resposta de consenso, a resposta conciliadora vai perdendo espaço. Claro, que não dura indefinidamente, mas, nesse momento, a capacidade de resposta conciliadora, de voltar aos patamares, de certa estabilidade, não tem eco. Agora, o discurso está mais radicalizado. Os setores que se colocavam no centrão estão implodindo, ou não é assim? Não implodiu e rachou o PSB, que se posicionava no centrão? Ou não é assim com o PMDB, que rachou quase... é claro que o racha não é desigual. Mas teve que se posicionar. No período anterior não teve que se posicionar desse jeito. Levava no banho-maria. Essa polarização tem três reações da esquerda. Eu queria tratar delas para abrir o tema da Frente e finalizar. Tem um setor da esquerda que acha que essa polarização é a causa da crise política e para isso é preciso conter essa polarização. Segurar a polarização. Frear a polarização. Portanto, as nossas bandeiras não podem incitar o outro lado. Nós temos que medir o passo. Nós temos que adotar uma proposta defensiva. Nós temos que defender, e bandeiras defensivas, bandeiras que não incitam e mobilizam os setores conservadores. Essa é uma resposta. Essa resposta, quando nós fomos fazer o 13 de março foi dizer o seguinte: “olha, melhor não fazer o 13 de março, porque vai animar a direita”. É esse pensamento. Esse pensamento tem perdido força na esquerda brasileira, porque a realidade esta se impondo. Não tem como conter essa polarização com concessão. Você dá 10 ministérios, você não vai fazer a mobilização, eles pedem outros 10. Eles fazem a mobilização. Não é, meramente, com bandeiras defensivas ou com o esforço de tentar voltar aos patamares anteriores de governabilidade ou de estabilidade política. Essa é uma resposta. Esse campo esta se desidratando, como a gente usa esse termo na política. Esse campo esta perdendo força porque a realidade esta se impondo. Um segundo campo, trata essa ofensiva, e esse processo, como um problema de governo. O problema no âmbito da Dilma e do PT, ou seja, não toca numa parte da esquerda. Como se essa parte da esquerda ficasse incólume, diante dessa ofensiva. Como se essa ofensiva fosse conflitos, que até chamam conflitos intraburgueses, conflito no interior de projetos que não são os projetos nossos. E esse setor tem se posicionado, de certa forma, com certo distanciamento. Uma posição de observador. Muitas vezes até de endosso as críticas feitas ao petismo e à própria presidenta Dilma. Essa posição não leva em conta que a ofensiva é muito maior do que tirar a Dilma, agora, e não deixar o Lula ser candidato em 2018. Não percebe que o Brasil sempre foi líder de colocar a direita, aqui, para revolucionar a direita latino-americana. Tem um papel central na esquerda latino-americana, ou seja, não leva em conta a dimensão da ofensiva, não leva em conta o aspecto internacional da ofensiva e não leva nem em conta as consequências dessa ofensiva. Então, esse segundo setor também está... de certa forma, ele é obrigado a silenciar ante a ofensiva contra o governo, mas ele também está vivendo um impasse. O que ele defende não tem eco na sociedade. Esse setor gostaria que a contradição central se desse entre projeto de radicalização no campo econômico, talvez, em direção ao socialismo, versus esse projeto de conciliação,. Mas não é essa contradição que se coloca. Nós, de vontade, gostaríamos que estivéssemos diante de uma crise entre dois projetos: um projeto de avanço social em direção a um projeto socialista de igualdade, enfim, um projeto nesse contorno versus um projeto de conciliação de classes. Mas não é essa contradição. Nós estamos vivendo uma contradição que se coloca na economia entre neodesenvolvimentismo e neoliberalismo. A nossa vontade predominou? Não. Nós temos que lidar com a realidade. Então, esse segundo

setor da esquerda tem uma dificuldade porque, essa contradição não se colocando, ele muitas vezes até entra nas críticas que são as mesmas críticas que os setores conservadores fazem e eles serão avaliados pelo povo. Então, aqui, eu não quero ser duro. Eles não estão representados, aqui, então, é difícil fazer um debate sem...então, eu não quero entrar...mas esse setor também tem perdido força. Um terceiro, que eu acho que o da Frente Brasileira Popular, e outros campos para além da Frente, que é a defesa da legalidade e a defesa das conquistas, defende uma posição ativa. Não é com concessão, não é com a tentativa de conter a polarização, porque para nós a polarização é um processo bom, porque na polarização, o professor Florestan Fernandes, nosso mestre dizia: “na polarização os verdadeiros projetos veem à tona”. Quem é quem no jogo fica evidente. Eles são obrigados a defenderem as bandeiras antipopulares. Não podem mais usar do proselitismo político. As coisas vão ficando claras. E é nesse contexto que os setores populares podem crescer sua capacidade de mobilização, ou seja, não dá para olhar para o futuro como uma fotografia do presente. No presente, a ofensiva conservadora tem sido grande, considerável, mas essa polarização nos interessa, porque permite construir força social, ampliar a força social. Eles não têm resposta para a crise econômica. Eles não têm resposta para a crise social. Isso vai ficando evidente. Nesse período de aquecimento da luta de classe, esses discursos, proselitismo político, vai deixando de ter a sua carapuça popular, porque ele tem que falar a verdade. Ele é obrigado, em crise, a dizer nós defendemos um projeto de regressão ao neoliberalismo. Ponto. Essas coisas vão ficando claras. Então, nos interessa a polarização. Nós queremos polarizar a sociedade, porque nos permite mais mobilização. Por isso, que nós temos uma leitura de é preciso derrotar a política econômica nesses termos apresentados, aqui, que o documento faz um diagnóstico preciso. Derrotar essa política econômica não se confunde com fazer coro com os setores conservadores. Isso é uma posição que nós entendemos que é a posição desse primeiro campo que diz “nada que vá ajudar a direita”. Não. É a condição para a gente continuar inclusive sustentando esse processo. Então, derrotar essa política econômica. Segundo, construir uma agenda positiva, vou dizer assim, uma agenda afirmativa para além da defesa. Quero dizer agenda positiva não ficou bom é muito palavra da moda. Mas, para além de defender “não mexa nisso, não mexa naquilo”. Não é só resistência “não mexa no SUS”, “não mexa no orçamento público”, “não mexa na Previdência Rural” porque o que está, não está bom. Não mexa é uma condição, mas nós também queremos pautar as condições estruturais. Seguir pautando a reforma agrária, seguir pautando o SUS mais amplo possível, com mais subsídios, que é a especialidade de vocês, que nem vou entrar. Portanto, é a defesa da legalidade, contra o golpismo, portanto, contra qualquer tipo de golpismo. Se colocar em pé de mobilização para isso. Defesa contra a política econômica. Defesa das conquistas nacionais, como é o SUS, como é a Petrobras, em específico, mas com um programa de reformas, que é o caminho para enfrentar os problemas estruturais e essas crises. A reforma política segue na agenda, a reforma agrária, a própria reforma urbana que democratize o acesso a habitação. São bandeiras que seguem na agenda e que nós temos que manter como... e para isso a Frente Brasil Popular é uma expressão desse campo. Não é a única. Bom, a Frente Brasil Popular vocês já conhecem. Ela vem de um processo de debate anterior, de um grupo de reflexões, de um campo mais amplo, um campo amplo da esquerda brasileira. O que a Frente... bom, antes uma observação. O problema da Frente, as questões colocadas, nesse momento, o desafio de construção de uma frente, em nosso país, sempre esteve no debate da esquerda brasileira. Sempre esteve. Se pegar os documentos, de todas as décadas anteriores,

o tema da Frente Popular, o tema da Frente Ampla, o tema da Frente Antifascista, que são três formas de se manifestarem distintos contextos, de concretizar essas frentes, sempre esteve nos debates, mas, ao mesmo tempo, nós temos uma característica própria. Nós nunca conseguimos construir uma frente que não tivesse sido, meramente, eleitoral. Esse é um problema brasileiro. É uma característica brasileira. Claro, que outros povos do mundo também comungam esse problema. Portanto, afirmar a necessidade da frente já é um processo bastante avançado nesse momento. Isso vai lidar com as diferenças todas de método, de ideologia, digamos assim, do campo mais dogmático, que cada setor tem. Lidar com a diferença de ação de leitura da realidade, enfim, lidar com a diferença, porque a unidade é a condição para ter processos vitoriosos. Sem unidade nós vamos continuar fragmentados. A fragmentação ajuda a manter os processos sobre controle e a hegemonia dos setores conservadores. Então, nós temos que lidar com esse processo com todo o carinho e, talvez, seja o melhor problema que nós temos, nesse momento, é viabilizar a Frente Brasil Popular, com todos os seus limites. Isso se estende para quem está empreendendo esforços para viabilizar a Frente Povo sem Medo, eu não tiraria, eu não faria exclusão, mas como eu estou aqui falando pela Frente Brasil Popular e é onde eu estou dedicando a minha militância, eu vou defender a Frente Brasil Popular, mas com respeito às outras iniciativas, que existem e que existirão. O que a Frente tem de consenso, não é eleitoral. Essa Frente não é uma frente que está pensando ou está se pautando pela agenda eleitoral. Isso já é uma conquista. Conseguir congregar tantas forças em torno dessa afirmação, porque as frentes eleitorais têm durabilidade distinta, tem outra forma de composição e seguem acontecendo. Não é o problema. O problema, aqui, é construir um processo para intervir na luta de classe, no Brasil, mais amplamente do que olhar a luta de classe como eleitoral. Quais são os requisitos para compor a frente? É o debate. Até na segunda-feira tivemos uma reunião nacional e foi apresentado um pouco desse debate. Defesa da legalidade. Então, quem defende a legalidade? Quem é contra ou a favor do ajuste fiscal e essa proposta de formas econômica? Defesa da Petrobras. Defesa das reformas estruturais. Esses são os programas que unificam a Frente. Quem couber nesse programa pode estar dentro da Frente. Ele tem um leque amplo. Não precisam estar restritos aos setores do socialismo, do campo socialista. Não. É mais consensuar esses quatro pontos. Eu consensuo nesses quatro pontos, mas eu queria incluir outro. Esse é um debate. A Frente tem um processo. Para incluir lá dentro vai ter que ter um convencimento. O critério do consenso define um recorte para esse processo. A disputa Lá dentro vai ter que ser de uma forma muito tranquila para que ela não seja comprometida. Qual a linha que nós tivemos no último período? Que a Frente tem que ser lançada. Lá foi indicado, talvez, nas 100 ou até as 200 maiores cidades desse país. Fazer um lançamento nesses próximos meses. Então, onde nós estamos? Fazer o lançamento da Frente Brasil Popular. A Frente tem que estimular processos de disputa ideológica. O exemplo é o Brasil de Fato que tem aqui no Rio. O jornal Brasil de Fato que sai toda segunda e quinta ou segunda e sexta. Esse tipo de iniciativa concreta e onde não tem, buscar esforços para construir, para fazer o embate ideológico. Reunir para debater o documento dos economistas. Ele foi feito para a população. Ele foi feito com um esforço todo de não ficar um debate restrito aos economistas. O economês está bem lapidado para que todo o mundo entenda. Se deixar no economês, vai complicar. O esforço de fazer esse debate para ter um bom diagnóstico da situação econômica. Essa é uma sugestão e uma orientação política que a Frente deu nessa semana. Então, lançar a Frente, estimular processos de disputa ideológica via, como Brasil de

Fato é um exemplo, mas construir jornais, assim, amplos, maiores do que os jornais do sindicato ou jornal da corrente, ou jornal da Central. Maior do que isso, dentro do bojo da Frente. Articular parlamentares, nível municipal, que tenham unidade com esses pontos da Frente. conformar grupos de parlamentares da Frente Brasil Popular. E, isso, não se confunde com a afirmação que fiz, aqui, de que a Frente não vai se meter na luta eleitoral. Não tem nada a ver. É lidar com a luta, onde ela tem os seus polos acontecendo. Se puder acontecer na universidade, vamos conformar grupo da Frente na universidade, nos movimentos, em todos os espaços. Uma indicação. Lutar contra a Lei Antiterrorismo, essa é uma proposta nefasta que tem um monte de letrinhas, ali, que permite a criminalização dos movimentos sociais para além do que já acontece. Então, são essas as questões que a Frente tem debatido. E, a resposta, aqui, à pergunta que a Ana Costa fez, como garantir e preservar direito? A condição de garantir e preservar direitos é lutar pela ampliação dos direitos sociais no Brasil. Tem problemas sociais que não faltam. Nós precisamos lutar para garantir, lutar para preservar, mas nós precisamos prosseguir lutando e preservando o amplo campo que paute a luta pelas reformas estruturais tão necessárias para o desenvolvimento nacional e para enfrentar os problemas sociais concretos de cada lugar desse país. Então, são essas as afirmações da Frente Brasil Popular que eu trago, aqui, talvez, depois com o complemento de quem participa nos seus espaço, estados, o próprio Eduardo. Obrigado

Ana Costa

Eu quero também agradecer o Ronaldo, demais da conta, por ter vindo trazer essa reflexão tão consequente e também dizer que eu estou muito contente com essa mesa porque ela recupera a base do Movimento da Reforma Sanitária, a base da Reforma Sanitária Brasileira, que é, exatamente, essa intervenção sobre uma perspectiva de melhor qualidade de vida para o povo brasileiro, de mais igualdade, de mais saúde. Portanto, a saúde eu quero dizer, aqui, para os companheiros que não são particularmente da saúde, a saúde para nós é muito mais do que a assistência médica. É muito mais do que serviço, mas é fundamentalmente esse conjunto das políticas sociais, dos direitos sociais, que produzem, que acumulam a saúde em uma sociedade. Portanto, nós estamos muito distantes de um grupo... O Cebes está muito distante de um grupo que só defende o SUS. Nós defendemos o SUS em um contexto muito mais ampliado, como um conjunto de serviços, que deve ser oferecido à população, mas em um contexto muito mais ampliado de que a saúde representa um projeto de desenvolvimento, um projeto de Estado e é por isso que a gente defende a centralidade da saúde em um projeto de desenvolvimento social no Brasil. Então, isso, eu estou dizendo muito para os nossos núcleos, o sentido dessa mesa, que não é de jeito nenhum pensando na defesa irrestrita do SUS ou um pouco nessa linha de resguardar o que a gente ainda tem, mas de perseguir um ideário real de conquistas de democracia, de igualdade e de saúde no Brasil. Dentro dessa dinâmica, agora a gente convida a Lucia Souto para fazer o primeiro debate dessa mesa. Já tem gente inscrita para prosseguir os debates. Já tem duas pessoas inscritas e estava prevista a participação dos núcleos, que deveriam ter feito um dever de casa, mas que, talvez, isso não tenha ficado claro. Então, o dever de casa era trazer elementos dos seus núcleos para discutir e dialogar com o tema da mesa, mas, naturalmente, as pessoas dos núcleos, que estão, aqui, vão poder participar e se inscrever não de uma forma sistematizada, como, inicialmente,

estava previsto, mas da forma livre como esse debate vai começar a acontecer. Então, primeiro eu chamo a Lucia, que vai ter um tempo maior, como também estava previsto para os núcleos, inicialmente. Então, Lucia venha para cá e fale aqui conosco.

Lucia Souto

Primeiro bom dia para todo mundo, para essa mesa, que eu acho que foi assim, a Ana colocou muito bem, o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira foi um dos movimentos, e eu tenho colocado isso muitas vezes porque eu acho que a gente precisa fazer o giro de volta aos valores fundantes do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Compreende-lo, não como uma reforma tecnocrática, administrativa, burocrática, como acabou sendo feito na década de 90, do neoliberalismo, mas como um projeto civilizatório, como todos nós colocávamos naquele período. Um projeto civilizatório com coisas assim fantásticas que foram inventadas por nós do Brasil. Eu vou colocar isso porque eu acho que nós estamos em um momento de invenção e, portanto, é importante resgatar experiências reais brasileiras, que não são importadas, que não são nada disso. Como diz, um deles é o Boaventura, não podemos desperdiçar experiências que ocorreram na sociedade brasileira e uma delas foi o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, com três dimensões, que eu acho que são dimensões extraordinárias. Primeiro, a dimensão civilizatória, que é isso que a Ana chamou a atenção, e, portanto, essa mesa está completamente sincronizada, sintonizada com esses valores de construir outro projeto de sociedade, inclusive, solidária, essa palavra que foi colocada aqui, essa ideia de solidariedade. Outra dimensão é a democrática participativa. Foi um movimento cujo todo o ideário, que foi aprovado na Constituição de 88, veio de uma Conferência, a oitava, que foi marcante não por uma coisa genérica. Foi marcante porque foi uma Constituinte Popular da Saúde, com mais de cinco mil delegados, e havia pessoas, naquela época, só para dizer como as tensões não são novas, são processuais e estão aí contidas na construção das sociedades, no caso a nossa. Mas, havia pessoas que diziam que fazer uma discussão sobre política pública em uma conferência com cinco mil delegados iria ser uma bagunça, uma zona, uma coisa insuportável, que não iria levar a lugar nenhum. Não só não foi isso como produziu todo o texto da Constituição que foi levado...ficar agora atrelado a essa...Primeiro é essa clareza. Chegamos a essa clareza, porque está claro que o projeto existe, que há alternativa, que nós não precisamos ficar enlouquecidos com meio por cento de déficit fiscal. Não podemos ficar com isso e algumas coisas estão começando a esclarecer na sociedade brasileira. Essa polarização odienta. Estou dizendo odienta porque é ódio mesmo. As pessoas estão com ódio. Não conseguem... Em muitos ambientes, você não consegue discutir porque as pessoas estão impregnadas de um ódio que não se sabe de onde esta caixa de condor abriu para tirar tanto ódio incrustado nessa coisa. Mas uma das coisas é essa desconstrução da Constituição de 88. O que está em curso, hoje, no Congresso Nacional é a desconstrução da Constituição de 88. Então, eu acho que nessa coisa de mais direitos e mais democracia, que uma das coisas importantes, que a gente tem que hoje organizar e, nessa coisa do enfrentamento da desigualdade, só para concluir, só em 2015, a Receita federal divulgou os dados da desigualdade, da concentração de renda e de que rico e super rico não paga imposto no Brasil, são informações preciosas, porque se a gente está discutindo ajuste disso e daquilo, tem que saber onde vai ajustar, como e para quê. Quer dizer, em cima de quê? Como é que

você enfrenta o conflito distributivo no Brasil, fazendo realmente esse enfrentamento da desigualdade. Eu acho que é uma agenda complexa, nada está dado, mas eu acho que está o instigamento da sociedade para reuniões como essa. Não é à toa que a gente tem uma mesa com esse grau de maturidade política e com esse grau de clareza. E eu acho que cabe, agora, nesse simpósio, nesse processo, como a Ana falou de um fórum... é construção da tese e uma parte da construção da XV Conferência Nacional de Saúde também. Essa conferência livre que, hoje, nós estamos organizando aqui. Então, são pequenas reflexões assim. Ana, só para quem falou da coisa geopolítica, porque eu acho que o Brasil, realmente, tem um papel importante geopolítico. Só lembrar que nos EUA, hoje, um dos candidatos democrata, que está movendo multidões, pode até não ganhar na convenção democrática, mas é um cara inacreditável. Um cara chamado Bernie Sanders, que é um cara com uma agenda socialista. Quer dizer, o mundo se mexe. Nós estamos em uma mudança de época e a gente tem que estar à altura dela.

Ana Costa

Obrigada Lucia por ter aberto esse debate. Eu quero só fazer uma conferência, aqui, das pessoas que estão inscritas por ordem do que eu anotei e já pedi ajuda para a Cristina conferir. É o Paulo Henrique, o Ronaldo, a Lilian, a Marília, o Thiago, a Larissa e a Liz. Dollie, Gabriela., Iris, Liu, Rogério, Enaura.

Encerramos as inscrições, vamos então agora, garantindo o término às 13 horas, e o retorno depois de três minutos de reação da mesa. Três minutos para cada. A gente vai ser rigorosa no tempo de todo mundo. Paulo Henrique primeiro

Paulo Henrique

Eu queria registrar primeiro, que nos tivemos uma reunião, que eu considero muito importante, em março, do ano passado, com a presença de outras entidades. Uma reunião do Cebes, em Brasília, e eu quero registrar um avanço grande em relação as posições trazidas, hoje, em relação as posições trazidas em março. Mas, eu quero trazer também algumas diferenças, pontos que a gente tem que enfrentar para construir uma unidade política. A questão central, hoje, me parece, é que nós estamos vivendo um momento de aceleração do tempo histórico, um momento de acirramento da luta de classe, no cenário internacional e no cenário nacional. Eu não tenho dúvida que nós estamos sobre uma panela de pressão, porque a política, que a direita vem conduzindo, no Brasil, de desemprego, de redução da proteção social não vai ser aceita, simplesmente. O que ela propõe para população é uma piora crescente da situação. Nós temos a obrigação de ser capazes de desmascarar. Nós precisamos ir para a rua. Nós temos que estar preparados para enfrentar o crescimento de movimento de massa. No plano internacional, eu quero lembrar, e não foi tocado aqui, além da questão dos Brics, que, hoje, o vice-presidente do banco dos Brics, que é um brasileiro, o Paulo Nogueira Batista Júnior, e a equipe do BNDES foi deslocada, para construir esse banco. Nós estamos na construção do banco, e temos que radicalizar, porque os Brics são elemento, totalmente, novo

na história internacional. Nós temos outra situação (inaudível) que ninguém fala. E nós não podemos estar fora dela e que faz parte do profundo anticomunismo, que penetrou na esquerda brasileira, nos últimos anos (inaudível), da Guerra Fria. Eu vou voltar nesse ponto. Existe no mundo, Organização de Cooperação Xangai que reúne, simplesmente, a Rússia, a China, a Índia o Paquistão, o Irã, a maior parte dos países da Ásia Central. Hoje, se a Rússia no passado em uma reunião que nós fizemos, foi muito bem apontado pelo Aquilas Mendes, a Rússia se defendeu na Geórgia, em 2008, e impediu que a Geórgia entrasse na OTAN, o mesmo que aconteceu com a Ucrânia. Hoje, a Rússia está intervindo, sem nenhuma resposta militar norte-americana, no Oriente Médio. Construiu uma unidade nova, lá dentro e, sem resposta, o mundo volta a ser multipolar. Toda a vez que o mundo foi multipolar, abriu espaço para a luta de classe, abriu espaço para o avanço da luta popular. É isso que está sendo colocado, agora, ou nós reconhecemos isso no cenário internacional e no cenário nacional ou nós não vamos ser capazes de estar à frente do movimento de massa. E a direita vai levar. Esse é um desafio imenso que está colocado, hoje, no Brasil. Para isso, nós vamos ter que construir uma unidade em cima, inclusive, de pontos que eu acho que nos não podemos deixar de fazer uma autocrítica. A derrota da esquerda, a aparente derrota da esquerda, hoje, não é só por nossos méritos. É por nossos erros. É por nossos erros. O modelo econômico imposto ao Brasil no momento da dívida foi mantido. Foi mantido nos últimos anos. Nós não tivemos nenhum modelo neodesenvolvimentista, essa é a minha diferença. Acho que o documento é um imenso avanço de mudança de postura. Eu cumprimento o documento. Eu me somo a ele, mas tenho divergências. Nós precisamos mudar radicalmente o modelo econômico brasileiro, que foi um modelo imposto lá atrás. Um modelo que beneficia quem? Além das oligarquias mais atrasadas do Brasil, o capital financeiro internacional e a população não tem espaço. Tivemos um breve espaço, no momento que as commodities estavam valorizadas, e a gente pode melhorar. Esse é um ponto que a gente vai precisar avançar. Nós vamos ter que ter um modelo radicalmente diferente da política econômica levada, recentemente, levada adiante, recentemente. Ela é insuficiente. Ela não gera emprego. Ela não gera riqueza, não permite uma distribuição maior. Nós temos que avançar nesse ponto. É outro ponto que nós vamos ter que enfrentar na esquerda brasileira... A esquerda brasileira foi profundamente influenciada pelo anticomunismo, concordo inteiramente e, inclusive, nós vamos ter que fazer um balanço, que vai ser lento, demorado e difícil, mas temos que ter coragem de enfrentar, senão não construímos uma unidade. Parte do anticomunismo, foi o anti-stalinismo que penetrou profundamente. A esquerda brasileira apoiou posições da direita, como foi o Solidariedade na Polônia, com vários movimentos. Nós vamos ter que ajustar conta com isso. A ofensiva que eles estão falando agora, dizendo que tudo é culpa do comunismo, não é à toa. É porque a situação está se acirrando novamente. A possibilidade é imensa. Eles têm um medo que nós consigamos defender e levantar posições efetivamente radicais. Eles já estão se antecipando, mas para nós podermos fazer isso, nós vamos ter que ajustar contas com a nossa posição interna. Não podemos ser uma esquerda sem passado, uma esquerda sem pecado. A esquerda, a sociedade, cada pessoa tem uma história. A nossa história é a história do socialismo e nós vamos ter que passar a limpo essa história do socialismo, sem vergonha. Sem vergonha. Nós não vamos ser o lado esquerdo sem passado. Isso é uma coisa que a direita plantou na Guerra Fria e foi vitoriosa ideologicamente, naquele momento. Não podemos permitir que seja vitoriosa novamente, senão seremos derrotados como fomos anteriormente.

Ana Costa

Paulo, obrigada ao Paulo. Eu só queria dizer o seguinte, nós temos 13 pessoas inscritas. Nós tínhamos feito uma distribuição de três minutos para cada. Paulo ultrapassou dois minutos. Eu vou pedir para todo mundo que, por favor, vamos ser democráticos, permitindo e garantindo a fala dos 13, nos limitando aos três minutos. Já reduzimos o tempo de retorno da mesa, embora a mesa já tenha sido provocada. Ronaldo por favor.

Ronaldo Gomes

Oi Bom dia. Eu sou Ronaldo Gomes, já me apresentei, mas rapidamente, sou especialista em Gestão de Saúde da Secretaria de Estado e Saúde e também economista. Eu acho que fui economista. Não sou mais. Muitos anos atrás. Na verdade eu quero apenas pontuar duas outras coisas que me parecem, extremamente, importantes, se nós estamos querendo construir uma alternativa, de esquerda, uma alternativa progressista, para esse país. Em primeiro lugar, quero cumprimentar esse debate, que realmente foi extremamente rico, está sendo extremamente rico. E quero partir tomando um ponto, que foi colocado pelo Fagnani e pelo Pedro, a questão da virada neoliberal e, nesse sentido, embora a análise que eles apresentaram foi excelente, realmente excelente a análise do documento, um documento que eu acho que é importantíssimo, embora isso, nós temos algumas diferenças de percepção, talvez, no seguinte sentido, eu prefiro ver a sociedade brasileira, acho importante ver esse desenvolvimento político da sociedade brasileira em um ciclo longo de luta entre o conservadorismo e o progresso, do qual, como o Fagnani disse, a Constituição de 88 e as políticas sociais foram um ponto fora da curva, absolutamente fora da curva. Na verdade, precedidos por um apse do conservadorismo, que foi a Ditadura Militar, e por uma democratização conduzida por cima. É importante a gente ter isso muito claro, estar sempre lembrando isso. Eu sei que todos sabem disso, mas é importante estar sempre lembrando disso, porque, depois desse apse, depois desse ponto fora da curva, o que nós tivemos foi a retomada dessa luta sem tréguas entre o conservadorismo e progresso, na qual o progresso vem sendo derrotado, apesar de aparentes vitórias, pequenos ganhos. E aí, já caminhando para o fim, eu acho que é importante que se perceba que na verdade esse apse, esse ponto fora da curva, eu acho que está dentro da noção de revolução passiva, que é certa constante na sociedade brasileira, de tal maneira que, o governo do PT, por exemplo, o governo do PT, sempre esteve, na minha opinião, sempre esteve tomado e sempre foi subsumido à hegemonia neoliberal. A questão não é ser contra Lula, contra Dilma. Nesse momento, eu estou muito pouco preocupado em discutir pessoas. Estou discutindo história e estou discutindo o desenvolvimento político. Então, queria assinalar isso. Não houve uma virada neoliberal de 2015 para 2014, houve na verdade uma retomada explícita do controle dos setores hegemônicos, setores hegemônicos neoliberais e que, na verdade, impuseram essa política econômica, a qual se referiu o Paulo Henrique, uma política que, nesses últimos quatro governos petistas, na verdade, trouxeram coisas extremamente importantes, porque foram importantes, dado o fosso social na sociedade brasileira, mas que, na verdade, não passaram, vamos dizer assim, das aparências, do mínimo necessário, da coisa, meramente,

compensatória. E, as políticas efetivamente sociais, universais equânimes não foram enfrentadas, não se plantaram raízes, nesse sentido. Então, essa é a situação atual e eu acho que nós temos que buscar uma terceira via que, na verdade, é entre o pior, que é o neoliberalismo, e o que eu, caricaturalmente, vou chamar de menos pior, que foram as políticas econômicas dos últimos anos. Nós temos que buscar uma terceira via, na verdade, um novo projeto, uma nova proposta para a sociedade brasileira em que se aprofunde, como disse o Ronaldo, se aprofunde efetivamente os ganhos já obtidos.

Ana Costa

Obrigada Ronaldo, também ultrapassou o tempo. Eu estou sendo rigorosa, mais ou menos. Agora, eu serei mais rigorosa ainda, pedindo a todo mundo que seja sintético, que se restrinja aos três minutos. Lívia. Depois Marília vai se aproximando.

Lívia do núcleo Bahia

Eu acho que esse debate trás a centralidade, a importância que tem da gente fazer essa análise e, principalmente, entendendo o papel que o Cebes cumpre, enquanto entidade suprapartidária, enquanto... que aí onde a gente tem que repensar e pensar nesse papel cotidianamente para a gente poder estar analisando. Então, eu acho que tem coisa que é importante estar sendo colocada. A gente está nesse momento todo, a gente tem a polarização entre o extremismo do conservadorismo, mas também, digamos assim, uma defensiva da classe trabalhadora. Mas a gente também, dentro da esquerda, é importante que a gente faça reflexão, porque dentro da esquerda, também, acaba polarizando, e é onde o risco acontece da gente estar também dando mais espaço para esse conservadorismo que está se expressando. Mas também não é por um ou por outro... é, digamos, que me preocupa, quanto a questão da Frente, porque a gente precisa continuar na esquerda. A gente precisa construir força popular. E, a gente fica dentro da esquerda entre um grupo que acusa o outro de blindar o governo. O outro também acusa do extremismo do outro lado e a gente cai em um processo, e a gente não pode, enquanto Cebes, cair nisso, porque a gente precisa fazer a análise, que às vezes é menos confortável para gente. E a gente não pode fazer aquela análise só pelo fato de ser mais confortável. Não, às vezes a gente vai precisar fazer a autocrítica e às vezes ela é dura mesmo. Ela é dura porque a autocrítica às vezes faz a gente repensar coisas que não são agradáveis, mas também a gente não pode fazer a análise pura e simples e como se tivessem soluções mágicas e também ficar elegendo o governo como inimigo principal. É esse ponto, talvez, que alguém já colocou aqui, de uma via, que a gente consiga congrega e fazer uma crítica ao que está acontecendo, inclusive, ao governo, naquilo que é necessário e que precisa ser feito, mas de uma forma que a gente faça a crítica dentro do projeto de esquerda, que a gente defende. E não, fazendo a crítica daquela forma igualzinha a que a direita está fazendo. Agora, também é importante que os setores governistas, e que hoje tem muita dificuldade de aceitar a crítica, e eu não falo só do nível federal, dos estados e municípios governados por partidos de esquerda, que tem muita dificuldade de fazer a crítica. E é aonde a gente fala. A gente precisa fazer um movimento para dentro, que é esse

movimento de autocrítica de reflexão para a gente reconstruir a esquerda em unidade dentro da esquerda, mas também fazer um movimento para fora, que aí sim, a gente tem que gastar força, porque a gente tem que gastar força não é batendo entre si dentro da esquerda. É gastar força batendo na direita, mas precisa de um movimento para dentro que nos faça autocrítica e que nos permita essa unidade. Então, assim, eu acho que é esse o ponto para que a gente não fique, porque eu fico preocupada com a questão das frentes, onde a gente fica competindo quem faz o maior ato público. E eu acho que se a gente não construir força popular, também não adianta criticar o governo sem construir força popular, que leve a um projeto mais a esquerda. Então, se a gente não fizer isso, e, me preocupa nas construções das frentes, quando a gente não fala em trabalho de base. A gente não vai construir frente, apenas para competir ato público e, sim, para a gente construir força popular por meio do trabalho de base.

Marília

Vou tentar ser bem rápida. Sou Marília Louvison. Sou médica sanitária, docente na Faculdade de Saúde Pública da USP, atualmente presidente da Associação Paulista de Saúde Pública. Cebiana de nascimento, enquanto sanitária, e, atualmente, também do conselho da Abrasco. Então, a reforma Sanitária faz parte do DNA e me mobiliza muito fortemente. Queria cumprimentar muito carinhosamente a mesa. Acho que esse debate é fundamental, porque a Ana fala, e o próprio debate que a Ana e a Lúcia já trouxeram, da importância da radicalidade das bases fundantes do Movimento da Reforma Sanitária. Eu sou forjada nele. Muito das pessoas que constroem políticas públicas sociais, e o SUS na sua essência, nascem e bebem e se alimentaram e se alimentam desse movimento, que acima de tudo foi extremamente corajoso. Eu acho que nós estamos no momento de retomar a coragem. Eu acho que nem é retomar as bases fundantes da Reforma Sanitária porque nós nunca as abandonamos. Por dentro do governo, por fora do governo, nós não a abandonamos. Eu acho que a gente tem é que radicalizar e radicalizar no contexto político atual, que realmente não é simples. E para quem está produzindo militância política, no início da sua vida, nesse momento, é extremamente confuso. Na época que se produziu o Movimento da Reforma Sanitária e se conseguiu colocar na Constituição, que a gente tanto defende, e que só foi assim, porque teve um movimento social, que a potencializou para ser assim, também o momento político não era fácil. Fácil nunca é. Eu acho que a gente precisa ter coragem para essa radicalidade. Acho que a gente tem que ter coragem no sentido de olhar para aquilo que a gente vem fazendo, para as inovações, para as invenções. A gente está cuidando, sim, melhor, de muita gente, hoje. Pensar de novo é impossível não pensar no Arouca, na tal abertura da 8ª Conferência, que fica ecoando, assim. A gente precisa, acima de tudo, não esquecer o projeto, que as pessoas vivam mais, que as crianças nasçam e consigam comer e que a gente, acima de tudo, tenha liberdade e não tenha medo. Infelizmente, a sociedade brasileira, hoje, tem muito medo. Então, nós vamos ter que enfrentar isso. E o Movimento da Reforma Sanitária tem um compromisso e responsabilidade e eu acho que o Cebes está se colocando nesse papel. Na semana passada, viria só trazer essa notícia, muitos de nós participou, o Movimento da Reforma Sanitária e seus expoentes, no sentido de serem protagonistas importantes, desde o início da sua construção, se reuniram, aqui, no Rio, umas 40 pessoas, juntando várias entidades, entre elas a que hoje se

juntam. Nelsão está aqui (?) AMPASA, (?), Abrasco e Cebes, que nascem quase que juntas, naquele momento, mais a Rede Unida, a Sociedade Brasileira de Bioética, ou seja, isso é um conjuntinho de entidades. Nós temos um conjunto grande, hoje, de movimentos sociais que se aliam junto à esquerda, que se aliam em defesa de um projeto civilizatório, democrático e que, absolutamente, está alinhado com as bases fundantes da Reforma Sanitária. Acho que a gente tem que ter coragem, nesse momento, para compor isso e olhar o que do SUS que a gente esta construindo, o que a gente não está construindo e enfrentar o subfinanciamento, a segmentação, a disputa do mercado e do biopoder, que a gente, talvez, não tenha enfrentado, nesse período todo, se foi porque não conseguimos perceber a polarização ou a disputa, a disputa está posta agora. Quem sabe isso nos ajuda a caminhar melhor. Obrigada. Parabéns.

Thiago/ Cebes São Paulo

Eu sou Thiago do Cebes São Paulo. Eu queria lembrar que, semana passada, o Delfim Neto escreveu uma coluna para o Valor Econômico, não sei se vocês acompanham o jornal sempre. O Delfim colocou que está na hora de repensarmos a Constituição Brasileira. É bem na linha do que vocês colocaram, aqui, recentemente. O Delfim está falando isso. Vejam só. Olha só, companheirada, a gente está diante de um cenário, que eu acho que o Ronaldo, ele pintou esses três campos de como a esquerda está se posicionando. A esquerda brasileira está tendo um aprendizado. Um aprendizado doloroso. Um aprendizado difícil, mas um aprendizado de que o pacto de não agressão, feito pelo PT, com setores da burguesia, com a burguesia, no começo do governo, com a carta aos brasileiros, que aquilo, ali, foi uma assinatura de um pacto de não agressão, está nos levando a isso, ao fim, ao cabo. Então, esse pacto de não agressão com o nosso adversário político principal, que é a burguesia brasileira, isso tem que ficar claro. Isso tem que ficar colocado. E, está sendo doloroso, para a gente, aprender isso. E quando o Pedro traz para a gente de que a fração burguesa, que era aliada do governo, inicialmente, que recebeu desoneração, e que tinha promessa de investir para retomar o crescimento e não o fez, inclusive, essa fração, não tem nem como a gente estar confiando. É aquela coisa da gente estar confiando no inimigo. Pedro colocou isso na fala dele e eu achei brilhante. É estar confiando, que o inimigo vai estar jogando o nosso jogo ou seja, companheirada, eu acho que, pegando gancho no que o Ronaldo coloca no final, a polarização nos interessa e interessa muito, mas nós temos que polarizar com o setor privado da saúde pesado. Nós temos que polarizar com as organizações sociais, pesadamente. Nós temos que identificar e deixar claro qual é a polarização de projeto que a gente quer para defender o SUS constitucional. Isso tem que ficar claríssimo. E eu acho que essa é a tarefa do Movimento Sanitário. Nós temos que defender a Constituição e muito mais. Nós temos que defender o texto constitucional, o SUS de hoje, e mais do que o SUS de hoje, porque o SUS de hoje tem um monte de problema. O SUS de hoje é insuficiente. O SUS de hoje é subfinanciado, é desfinanciado e tomado pela iniciativa privada há muito tempo. Boa parte dos leitos de média e alta complexidade nós compramos do setor privado. Nós somos dependentes da produção de farmoquímicos do estrangeiro, Então, esse tipo de questão que eu acho que nós temos que polarizar e nós temos que ganhar o discurso. Nós vamos ter que aprender a discutir nos nossos grupos de whatsapp com a família, agora, no final do ano. Nós vamos ter que aprender a discutir com a hegemonia. Nós vamos ter que aprender a discutir que essa retórica

hegemônica de que ajuste fiscal é possível está errada. Nós temos obrigação de pegar esse documento, estudar (inaudível) e saber traduzir para o povo. Como essa mesa traduziu para a gente. Obrigado.

Larissa /Núcleo Pará

Oi. Eu sou Larissa. Eu sou do Pará. do núcleo Pará. A fala do Ronaldo, antes da fala do Ronaldo, eu estava bem angustiada já e com a fala do Ronaldo eu fiquei pior. Eu me sinto bastante contemplada com a fala da Lívia e com a fala do Thiago. Eu ainda não vejo a gente preparada para essa unidade. As mesas que eu tenho acompanhado da saúde tem problematizado bastante essa questão da unidade, só que ainda sem apontar, de fato, o que é essa unidade. Então, eu estava pensando, como sugestão mesmo, da gente problematizar muito mais essa unidade, porque essa unidade para mim não é clara. Eu não sei ainda que unidade é essa. É uma unidade de apoio ao PT. O que é? É uma unidade... Quando a gente vai para a saúde... a reforma sanitária... tem sanitarista falando da **Ebserh**, apoiando a **Ebserh**. Tem sanitarista apoiando a OS. Eu tenho professores que falam bem da OS e são sanitaristas e construíram no Pará toda essa história da reforma sanitária. Eu fico completamente angustiada com isso. Então, eu não sei o que é essa unidade. Sinceramente, isso só me provoca mais angustia. E o que eu posso dizer, que eu venho para um evento e eu me deparo com o Nelsão, que é uma pessoa que eu sou muito fã. Eu sou muito fã do Nelsão, cara. O Nelsão me inspira. Os teus inscitos me inspiram. Tu vir aqui em um evento como esse é inspirador. E, hoje, eu olho a Isabela também no mesmo caminho. Então, sinceramente, gente, eu venho para esses debates, eu fico mais angustiada, porque eu ainda não vi essa unidade, de fato. Eu ainda não sei o que é essa unidade.

Liz / núcleo Sergipe

Bom dia, quase tarde, eu sou a Liz construindo, hoje, o núcleo lá em Sergipe. Uma das coisas que eu fiquei mais mexida, acho que muita gente, foi uma mesa que aconteceu, ontem, pela manhã, com a última fala, mais especificamente, e ouvindo a mesa de hoje, eu acho que, com o sentimento de pessimismo de ontem, a gente é retomado pelo otimismo de hoje. Aí eu confronto aquela coisa, nem o pessimismo da razão, nem o otimismo da prática. Como é que a gente consegue encontrar um caminho intermediário, para que a gente consiga, racionalmente, construir os desafios, que são colocados na luta cotidiana. E eu acho que o ceticismo é uma questão muito importante para a gente discutir, porque a gente vive uma guerra ideológica. A gente muitas vezes esquece, por exemplo, quando a gente coloca que os nossos pensamentos são extremamente homogêneos, e eles não são. Se a gente não consegue construir uma unidade ou um pensamento homogêneo, nem entre nós, imagina o que a gente vai ter de dificuldade para construir no todo da sociedade. Tem uma coisa que o Jairnilson fala, que eu acho muito interessante, que ele diz das bases sociais da Reforma Sanitária Brasileira, que foi o fenômeno das classes ausente. Eu acho que esse é o maior desafio que nós temos que superar, o Sistema Único de Saúde. A gente precisa vencer o isolamento no debate no setor saúde. A gente precisa conseguir construir unidades com setores populares, com os

movimentos sociais. A gente precisa estar no dia a dia, no campo, na rua, construindo junto com a sociedade, em um diálogo claro sem às vezes muitos vícios, que nós carregamos na nossa prática acadêmica, para que a gente consiga construir a hegemonia de outro projeto de sociedade, onde dele faz parte a construção do que a gente acredita para a saúde. E eu acho que essa mesa de hoje nos retoma esse otimismo, para a gente vencer o ceticismo e construir, na prática, a hegemonia de outro projeto de sociedade.

Dolli

Creio que há uma realidade concreta, um mal-estar generalizado, consequência de um modelo econômico, que responde um macrocontexto. E frente a isso, temos múltiplas saídas e vou fazer referência a duas. Uma, é formar rebeldes competentes como disse Boaventura de Souza ou como dizia Gramsci, os intelectuais orgânicos, que são os que têm que tomar decisões. Temos que parar esta onda neoliberal e a única maneira é chegar ao poder de decisão em nível interno. E temos que nos preparar para isso, para tomar o poder, com clareza, sobre um contexto político social e cultural muito completo. E creio que a outra saída, que acho que não tem discussão, é que temos que promover um movimento latino-americano para ir contra este modelo neoliberal, que causou tantos danos por todo o percurso da história. Temos que globalizar a solidariedade, como nos dizia, há 60 anos, um chefe de estado. Temos que pagar o tratado de livre comércio daqui pra frente, porque todos estão impregnados de política neoliberal. Acho que é hora de começar o nascimento da primavera latino-americana.

Ana costa

Só lembrar, dentro dessa provocação que a Dolli faz, eu, hoje, estou à frente da Associação Latino-Americana de Medicina Social e Saúde Coletiva e vamos fazer agora às vésperas da 15ª Conferência Nacional, o primeiro encontro latino-americano de movimentos sociais e Allames, envolvendo... sobre o direito à saúde e eu já estendo o convite para todo mundo aqui do Cebes que vai estar por lá, na Conferência, que esteja conosco, nesse evento, e todos os demais que queiram participar. Logo depois da Dolli, a Gabriela, depois Iris, Liu. Gabriela

Gabriela/ núcleo São Paulo

Bom Dia, eu sou Gabriela. Eu faço graduação em Saúde Pública e sou do núcleo Cebes São Paulo. Eu queria falar um pouco da juventude e papel da juventude nesse processo, que eu acho que foi falado pouco. Eu queria felicitar a mesa. Foi muito bom. E eu queria falar um pouquinho mais sobre a juventude. A gente está em um cenário que a gente encontra uma juventude extremamente conservadora, despolitizada, infelizmente, embora eu não goste dessa palavra, e eu acho que ela reflete muito os últimos 10 anos, que lhes foi assegurado o acesso, o consumo, a universidade, principalmente, privada, através do Fies e do Prouni. E eu acho que ela sofre, realmente, com essa renúncia do processo de politização, que foi deixado

de lado. E, hoje, quem está na universidade pública são pessoas que desfrutam dos privilégios de classe, de cor, de gênero e que tem uma dificuldade imensa de se identificar na luta, na luta pelo acesso aos serviços públicos de qualidade, na luta do campo, na luta por moradia. E como a gente tem que fazer a disputa por isso? Não se identifica... Essa semana a gente ficou extremamente feliz pelo tema da redação do Enem porque colocou os sete milhões de jovens para pensar na violência da mulher, e a gente não consegue colocar isso no plano de educação, por exemplo. Então, a gente tem que fazer essa disputa de politização, de trazer os jovens. Hoje, a gente não tem movimento estudantil de saúde consolidado e eu acho que o Cebes tem um papel muito importante nisso. Em São Paulo, a gente está fazendo uma movimentação. O núcleo, hoje, é ocupado pelos estudantes, bastante. A Associação Paulista de Saúde Pública também. No último congresso a gente ouviu muito que os jovens que estavam ali era a força. Eu acho que faltou a gente ouvir isso aqui, hoje. Eu queria ver isso aqui mais ocupado pela juventude. Eu queria ver a juventude na mesa. E eu queria que se fizesse... de entender o papel e do Cebes estar ao nosso lado, como Movimento da Reforma Sanitária e de dar força a esse movimento estudantil da saúde se consolidar novamente.

Ana Costa

Obrigada. Bem-vinda a juventude, mas também a juventude está na cabeça. Às vezes com cabelo branco a gente é mais jovem do que... Gabriela já falou. Iris, Liu, depois Rogério. Iris. Pode falar daí.

Iris/ núcleo Baixada

Boa tarde a todos. Eu sou do núcleo Cebes Baixada. Eu acho que a minha satisfação e a felicidade de ver a total consonância da fala da mesa com o núcleo Cebes Baixada, porque nós fizemos a nossa conferência livre em 26 de setembro e, dentro da análise de conjuntura, tudo que vocês colocaram, foi o que nós colocamos. Eu fico feliz porque é, justamente, que é a base, que é o que o núcleo do Cebes está retratando, isso na sua base, e a gente encontra isso aqui. Então, para nós núcleo, é uma felicidade muito grande, mostra uns pontos que nós colocamos no núcleo, que é a questão da cooptação do movimento sindical que, talvez, eu não vejo ninguém por aí colocando. Eu acho que vai ser em outro momento, que a gente vai estar colocando. Aí nós partimos dessa premissa toda que foi colocada que a gente tem que trabalhar, constantemente, de base a defesa do SUS como um todo, de um SUS 100% público, como foi proposto na 8ª Conferência Nacional de Saúde. Eu acho que o caminho é esse e eu fico feliz, porque eu vejo que a gente, que vem de base, e a gente encontra resposta de tudo, que nós discutimos, lá em baixo, porque todo o processo é ascendente, mas eu encontro, aqui, em um processo acima, a mesma discussão que estamos tratando de base. Para mim é um grande ganho e me faz ter mais garra e mais força ainda para estar na base.

Ana Costa

Obrigada Iris. Eu acho que isso é a expressão de que o Cebes é um só. Na verdade, é esse o nosso grande desafio de também construir a unidade, aqui, dentro do Cebes. Liu

Liu /núcleo DF

Eu sou Liu, atualmente, estou no núcleo do Cebes do DF, mas sou de Pernambuco. É muito bom vir para uma mesa nessa nova manhã, manhã de ontem eu também sai meio, na verdade, sai não, porque eu fiquei me (?). Não concordo que a culpa não é do Lula. Não concordo que a culpa não é da Globo. Não concordo que a ... é que é todo mundo, na verdade. Então, é uma conjuntura que não cabe a gente fazer um discurso comum, como finalizou o dia de ontem, dizendo que não tem culpado. Que a culpa não é da elite brasileira. Como assim? Tem um processo construído. Essa sociedade tem essas matrizes, essas raízes que sustentam esse processo conservador e ele precisa ser denunciado. Quando a gente não consegue muda-lo, no mínimo a gente tem que denunciar. Então, o que não vai dar e para ficar escutando, vai ter que gritar ou se mexer. Eu disse a ela, eu não admito que a gente não compreenda que tem um processo de luta política. Eu acho que ninguém que está aqui não admite isso, porque a gente não estaria, aqui, em um feriado. Não estaríamos no Cebes se a gente não estivesse acreditando que a luta que é colocada, Democracia é Saúde. Saúde é Democracia, não é uma (inaudível) da nossa ação política. Eu acredito nisso. Eu acho que a gente está vivendo um momento difícil e é latino-americano. A resposta precisa vir da nossa possibilidade regional, portanto, é muito importante, Ana, a sua condição, hoje, de estar na Allames, mas essa agenda precisa entrar nos lares brasileiros. O Brasil não conhece os nossos hermanos. A gente e tem uma dificuldade enorme de compreender. A gente conhece o que a Europa está fazendo. Qual foi a primavera que teve. O que é que a Grécia fez. E a Bolívia, está aqui do lado. O que aconteceu na Guatemala, agora? O que está acontecendo na Costa Rica? Que isso? O que aconteceu em Cuba? Qual a mudança que está acontecendo em Cuba, que tem a ver com o processo da geopolítica. Então, assim, acho fundamental que a gente reconheça esses processos e consiga trabalhar ele na nossa perspectiva de militância. A nossa militância, no nosso país, é muito continental? Então, precisamos também construir. Como é que está as matrizes de análises sobre essas questões nos nossos territórios. O que acontece lá em Pernambuco? O que está acontecendo no DF, hoje? Tem um processo que eu acredito que os núcleos conseguem ir conversando, mas ele ainda entra em um patamar, que parece que só da voz, quando ele é nacional, quando o contexto é nacional. A gente vai ter que começar a trazer essa agenda política para a ação política. Eu acho que a construção das frentes.. eu acho é bom mesmo. Tem que fazer unidade na contradição, porque a gente não é igual. Eu não preciso ser igual para ter unidade. Está na hora da gente parar com isso. A gente precisa ter diálogo e a gente é diferente mesmo. Às vezes eu não gosto de você. Eu gosto de você viu, Ana. Eu preciso lidar com essa condição. Ela não é pessoal. Ela precisa ser na política. E outra coisa que eu queria, que eu acho que o Cebes precisa começar a trazer para gente, são os valores. A grande contra investida que a gente está tendo, agora, em uma possibilidade de um projeto progressista na América Latina, ele não é só econômico, ele não é só político. Eles são de valores. (Eu levei, aqui, no Rio de Janeiro, por ser feminista. “É até feminista. Ainda é petralha e feminista”. Nossa eu não imaginava que iria levar em um bar uma de feminista, entendeu, porque o cara inventou de dizer que na época da ditadura estava no testículo do pai dele e eu

disse para ele que ele era a primeira pessoa que nascia de testículo que eu conhecia na vida. Aí ele levantou e falou “ Ai ela é feminista”.) Eu estou dizendo isso porque a onda neoconservadora está em tudo. E eu vou terminando. É porque eu acho que essa discussão de gênero, que está relacionada com valores primários da relação. A própria discussão de família que se mudou agora. Isso impacta diretamente na saúde, quando a nossa matriz de organização da atenção primária é o Saúde da Família e eu agora não tenho mais família se eu sou filho adotado, eu não tenho mais família, se eu sou dois homens ou duas mulheres. E isso vai, radicalmente, na discussão. E eu acho que o nosso desafio é como é que a gente compõe, na nossa agenda da saúde, uma discussão que tem vários segmentos, que são segmentos que têm lutas, várias lutas importantes, individualizadas, mas são lutas importantes. E aí a gente não pode perder de vista a luta que parece ser menor, porque é lá da Síndrome de Down versus a luta do direito. Essas lutas precisam se aproximar. A gente vai precisar ter capacidade de diálogo, e eu acho que o Cebes precisa criar essa relação de diálogo, porque eu acho que é uma entidade, fundamental, nesse confronto que a gente vai ter que passar (inaudível) não está brincadeira para esses próximos anos. Então, é um grande desafio que está posto para todos nós e está posto, fortemente, para a organização da entidade.

Ana Costa

A Liu antecipa um diálogo que nós vamos ter que desenvolver e avançar, à tarde, em relação às questões e desafios setoriais. E agora eu passo para o Rogério e, por último, a Lenaura, que será a nossa última interventora.

Rogério/núcleo Rio de Janeiro

Olá, eu sou Rogério e, atualmente, eu articulo o movimento da cultura com o movimento da saúde, aqui, atualmente. Acabo de vir para o Rio, em abril, especialmente. Fui contemplado, hoje, especialmente por esse momento. Diferente de ontem, que eu acho que comparar o continente europeu, os contextos europeus com os contextos que a gente tem, aqui, no Brasil, que são muitos, é bem complicado. Então, hoje, quando a gente se atém aos nossos contextos eu fiquei mais feliz. Concordo com a Lucia com a progressão do raciocínio da construção desse raciocínio do todo, daquela ponta que aborda o todo. O Ronaldo que abordou o ponto da essencialidade desses movimentos e da necessidade de articulação. Fiquei mais feliz ainda, quando as pessoas que vieram, aqui, não sei se por ironia do destino, contemplavam muitos movimentos do norte e do nordeste. Eu fiquei atento a isso. Talvez, por não ter tido espaço na história dessa construção, tanto espaço nessa história da construção. Eu enfatizo o que os meus colegas vieram aqui frisar: a necessidade de se discutir articulação, não só entre os movimentos da esquerda. Eu gostaria de chamar o movimento da esquerda de movimento democrático. Despolarizaria, descaracterizaria uma coisa para ser um todo. Uma coisa mais abrangente na construção dessa articulação, não só dos movimentos, mas também entre as gerações, que é importante. O conhecimento acumulado entre as crianças de cabelo branco tem que ser dialogado com o novo olhar da juventude, talvez, esse novo olhar, traga formas de como operar, como concretizar esse projeto em construção, para essa nova realidade,

para essa nova luta e, especialmente, a essência do nosso comportamento, a essência do nosso espírito, a essência da forma como a gente lida com a realidade. Por exemplo, se a gente quer combater uma mídia golpista, hegemônica, a gente tem que dar... tem que consumir menos essa mídia. Entende? A gente tem que criar a nossa mídia, a nossa forma de fazer e desvalorizar o capitalismo na sua essência que é a construção da sociedade do consumo e do espetáculo. Obrigado.

Ana Costa

Obrigada Rogério por ter sido tão preciso nos seus três minutos. Lenaura.

Lenaura

Bom dia ou boa tarde. Eu queria fazer algumas perguntas para a mesa. Uma delas era para o Fagnani e para o Pedro, provavelmente, mas eu, infelizmente, não vi a sua apresentação anterior, mas era por conta dessa... vários já falaram dessa questão de ontem, da mesa de ontem, que a Lena, ela veio e nos fez uma brilhante exposição, mas, no final, ela foi mais política na coisa do debate e fez uma crítica muito dura a todos nós. Enfim, o seio, a ideia importante da apresentação dela, eu queria que vocês comentassem um pouco, porque é importante para a visão do Cebes, que a gente sempre pensa saúde como política social não à toa, ontem, a gente fez um seminário... ou seja, nós nunca nos restringimos a ideia ou a concepção ou o pensamento da saúde, como exclusivamente de saúde ou essência médica, como dizia a Ana. A ideia de pensar a saúde como política social sempre foi o viés nosso no Cebes. E ela defende que o que houve na política social, nos últimos anos, foi um processo de financeirização dessa política social. Ela começa com a discussão do crédito consignado e trata isso como elemento bastante importante e grave da política social. Então, essa era uma pergunta que eu queria fazer a vocês. O que vocês colocam. Isso está no documento... mas eu queria que vocês colocassem um pouco, aqui, porque também ajuda a gente a entender essas diferenças internas dos próprios economista, a gente que não é economista, é dentro desse campo progressista. Então, essa era uma questão que eu queria entender. A outra era perguntar para ... desculpa seu nome... Ronaldo, eu gostei muito da sua fala. Eu não o conhecia e nem muito a Frente. Eu queria fazer uma observação. Você disse que a gente nunca teve frente que não fosse frente eleitoral. Tivemos sim. Tivemos na transição democrática uma frente importantíssima. Uma frente muito importante, que não foi eleitoral, e tem mais, foi vitoriosa. Essa frente inclusive... nós que éramos do movimento estudantil, eu e Paulo aqui fizemos parte, inclusive, no movimento estudantil, eu fui do MR8, Movimento Revolucionário de 8 de outubro. A gente hoje fala que essa galera, vamos dizer assim, do movimento estudantil, esse período do movimento estudantil, ele foi esquecido. O movimento estudantil que é referido é o movimento de 68, que foi derrotado. O nosso não. O nosso foi vitorioso, porque a gente conseguiu se associar também à uma frente, que era a frente dos médicos, do REME, do Movimento de Renovação Médica. Era uma frente da OAB, extremamente progressista, nesse período. Uma frente das mulheres, movimentos de mulheres, movimentos populares da Baixada, enfim, nós construímos essa frente popular e fomos vitoriosos na

transição da democracia e não era uma frente eleitoral. Então, só para dizer que a gente tem um pouco aonde se espelhar. A gente tem uma experiência histórica e, relativamente, recente, e de construção democrática vitoriosa. Então, eu acho que é um exemplo que a gente pode buscar. Eu só queria colocar mais duas questões. Uma para o Chico. Desculpa Chico, sou sua super admiradora. Esqueci seu nome, mas a admiração permanece. É para colocar para o Chico a questão da... que eu acho que ficou pouco presente, aqui, tanto no debate de ontem, quanto no debate de hoje, a ideia da cidadania, ou seja, o reforço, ou o reforçamento, vamos dizer assim, da ideia da cidadania. Que tem a ver, eu acho, com a coisa da legalidade, que vocês colocam e eu não sei até onde, também queria ouvir isso de você a frente coloca a questão constitucional. Isso para o SUS é fundamental. O SUS não é só a pauta que vem. O SUS existe. O SUS está construído. O SUS é absolutamente fundamental para manter a saúde da população e será mais ainda, agora. E a última coisa era um pouco colocar a estratégia, o interior do SUS, como elemento fundamental de luta, de disputa. Nós não estamos indo para rua, só. O SUS existe e está lá. São os trabalhadores do SUS. É quem atende, diariamente. É quem faz Saúde da Família. É quem faz atendimento médico. Essa estrutura tem que ser disputada também, tem que ser trazida mais para o campo. A última coisa, juro, é levantar, porque eu acho que o feminino vai ser um campo estratégico de luta, nesse momento, e a Lucia falou isso, perfeitamente, embora a Suíça não tenha sido responsável. Quem foi responsável foi nós mesmo, por trazer as contas do Cunha. Então, também nós temos que nos saudar. O feminino... o colega falou, ontem, sobre a questão da raça, e eu acho que a desigualdade de raça é um elemento fundamental e estratégico, também, e o terceiro, alguém falou aqui, hoje, eu acho que é a violência. Eu acho que esses são elementos estratégicos de luta para a Frente.

Ana Costa (fora do microfone)

Pedro Rossi

Eu evidentemente não vou responder tudo em três minutos. Eu queria dizer que eu estou muito feliz com as perguntas e com a própria mesa e eu queria colocar uma questão mais subjetiva em torno dos valores, em torno da unidade. A Larissa perguntou qual é a unidade? A unidade são os valores. E qual o valor fundamental que a gente defende em comum? É o valor da solidariedade. Isso foi falado aqui várias vezes. Essa é a unidade. É a solidariedade. E aqui eu coloco um problema que é o problema geracional. Às vezes a gente não percebe isso. A minha geração, que é a geração que nasceu nos anos 80, e se politizou nos anos 90, foi muito influenciada pela ideologia neoliberal, que era hegemônica na década de 90. onde os valores, são os valores do individualismo e não da solidariedade. A geração da Gabriela. Eu sou jovem também viu Gabriela, mas sou de outra geração, que se politizou nos anos 2000, também pegou essa onda neoliberal e, ai, eu faço uma concessão para o Ronaldo, a hegemonia neoliberal continuou a despeito das mudanças políticas, ou seja, o individualismo foi sendo posto como valor, sistematicamente, e o valor da solidariedade foi sendo desconstruído. E não é só o valor da solidariedade, tem outro conceito fundamental que é o conceito de Nação e o conceito projeto nacional. A nossa geração não sabe o que é o conceito de Nação e não sabe o que é o conceito de projeto nacional, coisa que as gerações anteriores sabiam. As gerações

anteriores lutaram contra o autoritarismo, com base em um projeto nacional e em um conceito de Nação. A nossa geração não tem isso. A Constituição de 88, que a geração de vocês deixou para a gente, como legado, foi feita com base em um projeto nacional e em um pacto social. Veja que um pacto social, com base na solidariedade, só é possível com um projeto nacional ou em um ambiente. O pacto é, necessariamente, fruto de um ambiente, de um lugar, de uma Nação. Sem conceito de Nação não tem isso. Então, a nossa geração que, agora, está ativa, movimento feminista e outros movimentos, que segura bandeiras fortíssimas, tem carência de uma discussão mais coletiva e de um projeto nacional. Eu acho que a gente tem que recuperar isso e isso é uma pré-condição para a nossa discussão, aqui, até porque o SUS é fruto de um pacto social solidariedade, absolutamente. Diferente de um pacto social individualista, como é no sistema americano, que se alguém sem dinheiro tiver um problema, ele que cuide no mercado privado. O emprego deveria ser um pacto social, mas o emprego, hoje, no Brasil, está **subindo** e isso dilacera os direitos sociais, dilacera as famílias brasileiras, cujo pai desempregado, o jovem tem que sair da universidade e trabalhar. Isso deveria ser um pacto social. Então, a primeira mensagem mais subjetiva é essa, buscar os valores, e o desafio para as gerações mais antigas é ensinar para a gente como a gente recupera esses valores, o valor da solidariedade e o valor da nação e do projeto nacional. E eu vou, brevemente, só reagir a questão da polarização. Concordo totalmente com a fala do Ronaldo. Quero me filiar a Frente Brasil Popular e me colocar à disposição para discutir e ajudar. Eu acho que a polarização, hoje, é fundamental. Era o que a Dilma deveria ter feito, quando assumiu. É o que aconteceu nas eleições. As eleições foi o limite. Aquilo já estava polarizado e era para ter polarizado lá atrás. Ela podia cair. Podia cair, mas não tinha problema, pelo menos ela caía, mas segurava a esquerda e deixava a polarização viva. O que está acontecendo, hoje, é que ela escolheu pela concessão e não pela polarização. E o que a gente está dizendo para ela com esse documento. Dilma, a gente não está querendo que ela caia, não é isso, a gente defende a legalidade, mas, para ela não cair, ela tem que mudar a política econômica. Ela não vai ficar no cargo dela com desemprego a 13%. Não vai. Então, ela tem que mudar a política econômica agora. E eu acho que isso é uma mensagem fundamental. Defender a mudança da política econômica é defender também o mandato da Dilma e o projeto social. Obrigado.

Eduardo Fagnani

Eu também tenho várias observações. Eu aprendi muito nas falas dos meus companheiros da mesa e também nas falas de vocês. Paulo Henrique, não é divergência ao que você colocou. Não dá para a gente discutir aqui, mas não é divergência. A questão dos Brics está mencionada lá no documento em algum lugar. A questão estratégica tive oportunidade de colocar em relação aos Brics. Concordo com você essa questão do acirramento de luta de classe. Eu acho que é exatamente isso mesmo. Eu tenho usado uma figura de linguagem que é a seguinte: hoje, a polícia do Rio tem que barrar os jovens na Zona Sul, da Zona Norte para a Zona Sul, isso com o desemprego a 6%. Quanto chegar a 20 vai precisar do exército, da cavalaria e da aeronáutica. Está certo? Porque não vai ser suficiente. Nós estamos chegando a um processo de luta de classes porque, como o Chico falou aqui, as pessoas querem mobilidade, querem isso, querem aquilo e todo projeto econômico é o contrário, corta, corta, corta. Isso vai

acelerar, vai acirrar, vai polarizar. O Ronaldo... nós concordamos também... eu pelo menos tenho uma visão seguinte: não acho que... tem alguns autores que dizem reconheço os méritos todos dos programas do PT, especialmente na melhoria das condições sociais, na melhoria dos **fatores sociais**, etc. etc. mas eu estou longe... parece que li sobre isso... longe de achar, como alguns fazem, que os governos do PT, dos anos 90, no período de recessão, assim como outros governos da América Latina são governos pós-neoliberais. Eu não acho pelo amor de Deus.. Eu acho que nós temos trabalhado muito com a ideia que nós fizemos de inclusão, mas não fizemos as reformas, as reformas estruturais que são importantes. Nós não enfrentamos as questões fundamentais do neoliberalismo. Bom, tem várias questões aqui, mas não dá para me aprofundar muito nisso aqui não. A questão que a Lenaura me coloca. Cade a Lenaura? Lenaura eu não assisti a conferência, ontem, não sei exatamente, mas conheço a Lema. A Lena é uma amiga minha e eu respeito muito o trabalho dela. Eu sei o que ela está dizendo sobre a financeirização, mas, talvez, seja um debate acadêmico. Eu não sei se nesse momento você fazer esse debate acadêmico... Aqui... Eu acho que hoje em dia, a minha visão... quer dizer, o PT tem problemas, tem problemas, mas tem um perigo muito maior, nesse momento, tem que ser feita a autocrítica, o que eu estou errado etc. etc., mas, hoje, politicamente, a questão central é a seguinte: como é que eu barro esse avanço ultraconservador que está em curso em todos os campos, como a gente já viu aqui. Essa é a questão política maior para mim. Eu acho que discussões que, provavelmente, têm que ser feitas no campo mais acadêmico, se você trazer para o campo político pode enfraquecer, esse nosso ponto. Mas o que ela disse é correto e tem a ver com o que os outros, aqui, disseram. Nós vivemos uma fase do capitalismo sob a dominância do capital financeiro. É isso que ela está discutindo. Não só aqui no Brasil, mas no mundo. É a dominância do capital financeiro. E a dominância do capital financeiro está em todo o lugar. Por exemplo, o Banco Central independente. Independente de que? Independente da sociedade. Mas o que é Banco Central independente? (?) o seguinte: olha essa questão, aqui, que é crucial da política econômica, crucial para a sociedade, quanto nós vamos transferir de dinheiro dos ricos ou tirar dos pobres? Isso aqui não é de vocês. É Banco Central. Nós somos independentes, quer dizer, tira da sociedade o núcleo do debate da disputa econômica, da disputa de classe. Então, está em todo lugar. Eu queria ter mostrado a partir de estudos de alguns autores internacionais que também estudam isso... Está em todo o lugar, inclusive na questão do crédito. Então, em diversos países no mundo... a ideia toda, que diversos autores trabalham,... o crédito... a questão de você dar dinheiro para as pessoas... incorporar as pessoas no mercado financeiro, bancalização, essas coisas toda das pessoas, isso faz parte da lógica financeira, por que você incorpora todo o crédito O que ela chama muito a atenção é que, no caso do Brasil, isso é levado ao extremo. Por quê? Porque a taxa de juros privada, no Brasil, é um crime. Está certo? É um crime. Você dá crédito para a pessoa comprar um produto e ela vai pagar os juros de 17% ao mês no cartão de crédito, se você atrasar a fatura, como eu atrasei esse mês aqui. Tive que parcelar e o cara falou "você vai pagar 17%." Você está louco? É isso. Dá 450 por ano, 500 por ano. Você imagina, você dá crédito para uma pessoa, no Brasil, que se submete a uma taxa de juros, como são as praticadas pelo setor privado, no Brasil, é uma transferência brutal de renda dos pobres, que estão comprando no crediário, para o sistema financeiro. Acho que é essa análise que ela quer fazer. Eu não estava aqui, ontem, e etc. Eu acho que é uma análise da discussão acadêmica, da avaliação política, super relevante. Agora, não sei, se discutir isso no contexto que vocês estavam discutindo, ontem. Não sei, não estava aqui... politicamente,

talvez, fique meio complicado, enfim, mas eu acho que é relevante essa questão e já estendi muito... Não posso deixar de falar algumas coisas Ana. Primeira coisa, saudar a questão da unidade. Saudar o papel das entidades do Movimento da Reforma Sanitária. Saudar no seguinte sentido. Eu, muito modestamente, muito lateralmente participei dos esforços da Ana, do Nelsão, enfim, de todas as entidades, da Marília, Rosa, o Carlos Eugênio aqui no momento, Luiz Eugênio e também fazer a unificação entre as unidades, não adianta ficar e isso é fantástico. E, por último, eu acabei não falando, mas eu queria dizer o seguinte: aqui tem vários problemas, não é um nem dois, são vários, mas a primeira página do documento está escrito assim, isso aqui chama-se um documento em construção. E, nós dizemos, aqui, o seguinte: esse documento foi escrito por mais de 120 pessoas, 120 pessoas. Muitos que estão aqui... o Silvio Caccia Bava escreveu, o Pedro escreveu, o Chico, várias pessoas, o Silvio está ali, mais de 120 pessoas que escreveram esse documento. Evidentemente, que quanto a gente diz logo na introdução que é um documento em construção é porque é um documento feito de forma colaborativa, que tem problemas, não tem como ser diferente. Tem lagunas. Nós ficamos várias semanas tentando achar alguém que falasse sobre a questão indígena. Não foi Silvio? Não encontramos. Por deficiência nossa. Existem pessoas maravilhosas que falam. Então, tem que incorporar mais coisas, etc. etc. Então, esse é um documento em construção e para fomentar o debate. É isso. Obrigado.

Ana Costa

De fato esse documento é um documento em construção. Nós, enquanto (?) também estivemos presente e eu acho que quem lê vai sentir muita falta de um conteúdo mais robusto de saúde e, eventualmente, nós podemos nos mobilizarmos, aqui, a partir daqui para darmos mais concretude e avançar nesse sentido de um projeto mais (?). Ele esbarra. Ele toca no SUS, mas está longe, nós já discutimos sobre isso, de constituir um projeto (?)

Eduardo Fagnani

Meio minuto. A ideia é a seguinte. Já surgirão ideias. Tem um pessoal do **Cecite** também tem um projeto de mercado de trabalho. Então a gente falou “ Bom vamos fazer o volume três de mercado de trabalho”. Pode surgir o volume quatro de saúde. Está aberto. Petrobras é outro que a gente está fazendo, ou política social, o que for. Se tiver gente que reúna etc. e discutir e a gente tiver o mínimo de consenso, a gente faz 20 volumes.

Ana Costa

Eu passo imediatamente ao Chico

Chico

Eu quero novamente agradecer essa oportunidade nesses tempos difíceis. Esse debate que tivemos, hoje, eu acho que foi uma injeção de ânimos e que trouxe muito vivo, principalmente, depois das diversas falas, esse pulsar da inteligência e da militância vindo da reforma sanitária. Acho que esse, por exemplo, é um elemento que temos que agarrar firma para as lutas que precisamos enfrentar. Eu vou falar, rapidamente, de três pontinhos, porque foi um conjunto muito rico, muito grande de questões colocadas e tentar responder a questão que a Lenaura também apresentou. Primeiro, sobre o aspecto da unidade, que foi muito falada, aqui, no debate. Eu acredito, primeiro, nós estamos precisando, desesperadamente, dessa unidade do nosso campo. Eu não penso que dê para... inclusive, porque não dá tempo da gente ficar pensando mais como será essa unidade. Essa unidade vai ter que ser construída na prática. Eu acho que o Ronaldo apresentou pontos que são comuns, que permitem essa unidade, e dá para se caminhar a partir deles. Lógico, que teremos desafios, aspectos não previstos, que vão aparecer nesse percurso, mas essa é a opção política acertada, hoje, que é esse campo de frente, como eu tinha dito antes, esperando, inclusive, que as diversas iniciativas convirjam nesse esforço. Em termos da questão de polarização. Polarização está dada e não é o caso da gente escolher se queremos polarizar ou não. Ela está presente. Ela está no ambiente e em um grau de intensidade que não podemos fugir. Eu acho que se coloca, muito claramente, o desafio da disputa ideológica como diversas falas, aqui, frisaram. E há necessidade, aí coloco, assim, um estímulo para que todos vocês desencadeiem um processo de intensificação da discussão política e aprofundamento da discussão política. Eu acho que houve assim certo encolhimento da disposição de discutir a política. Precisamos fazer isso como fizemos, hoje, aqui. Fazer isso é graça a... é porque essa ausência da discussão política só nos faz mais fraco. Outro aspecto que eu gostaria de frisar é que eu acho que dentro dessa situação da crise, qual era o tema, hoje, a gente precisa ter estratégia, sem dúvida, e, aqui, foram colocados diversos elementos, uma perspectiva estratégica de que olha mais longe, mas, ao lado disso, não podemos separar esse aspecto de ter uma perspectiva estratégica daquilo que são ações imediatas, que precisam ser empreendidas, porque, se não forem empreendidas, as nossas possibilidades de poder apontar para aquilo que achamos que deve ser o campo, que devemos caminhar, fica completamente comprometido. Fica completamente ameaçado e, talvez, de fato, vão ser gerações que terão que percorrer um caminho bastante adverso. Então, não separar esse lado. E, por último, tentando responder a Lenaura, que colocou a importantíssima questão da cidadania, eu acho que os direitos estão sendo extremamente, e de uma forma explícita, violados. Então, se falava, anteriormente, na defesa e no sentido de um enfrentamento imediato as grandes afrontas que estão sendo feitas, eu acho que a questão da defesa dos direitos, inclusive, tem uma condição mobilizatória. Pode até nos últimos 12, 13 anos, e de fato foi, não se fez nem de longe o que precisava-se fazer, mas houve nesse período uma aquisição de direito. Eu faço fé de que também os direitos não vão ser cedidos tão facilmente assim. A gente precisa falar essa linguagem da cidadania dos direitos. Eu encerro dizendo que uma oportunidade que eu vejo, e que eu desejo, é que, inclusive, reflita um tanto do que foi a discussão, hoje, aqui, é que a 15ª Conferência de Saúde seja uma conferência que não fuja da política, que enfrente a política e tenha nas suas resoluções, assim como outras conferências, que estão acontecendo, um posicionamento claro da política, do que está em disputa, do que está em jogo. Obrigado.

Ana Costa

Passo para o Ronaldo que vai fazer a última intervenção

Ronaldo

Não vou responder, propriamente, assim, com essa autoridade. Vou fazer assim alguns...primeiro começar por um esclarecimento talvez. É verdade que quando o debate da esquerda entra para uma caracterização de que se você está defendendo a legalidade isso esconde defesa do governo, o outro lado também é verdadeiro. Se você está priorizando o ataque à política econômica, você está fazendo coro com a direita. Esse binarismo não nos ajuda. Ninguém falou isso aqui. É só uma questão, que eu estou complementando. Essa leitura binária de que a combinação na defesa da legalidade com o ataque à política econômica vai desequilibrar, vai ser mais defesa do governo ou mais ataque ao governo, isso é uma questão, absolutamente, irrelevante, porque pode ser que, hoje, o impeachment se coloque na ordem do dia e ele ganhe centralidade para combater, e se sair da ordem do dia, claro, que haverá um desequilíbrio para que a ação se torne muito mais explícita e concreta sobre o enfrentamento à política econômica. O que a gente tem que enfrentar é um binarismo que persiste na esquerda brasileira de caracterizar ora ... Então, fica olhando as duas frentes como se fosse expressão desse binarismo. Não é. Ninguém falou aqui. É só uma questão de esclarecimento que eu trago de casa. Segundo, aqui, é um complemento. O Eduardo Cunha, eu não falei a palavra Eduardo Cunha.. Eu não falei o nome dele aqui. O Eduardo Cunha é um lumpem burguês. Há muito tempo vem se locupletando do Estado e que a própria classe dominante está se desfazendo dele. O editorial do Globo é uma expressão disso e, agora, a direita vai fazer ato dia 15. Ato contra o Cunha e contra a Dilma. Quer dizer, a direita está jogando o seu líder, de seis meses de liderança, fora. Nós não acolhemos. Não é porque eu não falei que a gente não tenha centralidade nisso. Eu centrei nos complementos, mas a luta contra o Eduardo Cunha faz parte da pauta. Vai ter agenda, nesse próximo período, e nós nos somaremos. A questão toda é: por trás dessa luta tem uma bandeira importante, que é a bandeira contra um corrupto contumaz, essa figura... mas, nós também temos que centrar nas bandeiras estruturais, que são aquelas que eu apresentei. Não há desequilíbrio. Então, a bandeira da luta contra o Eduardo Cunha segue e nós nos somamos também ao conjunto da sociedade. Um diálogo, aqui, que é importante. A Frente, aí pode ser um acento pessoal ou de onde eu venho, nos parece que o lugar do trabalho de base é onde a gente está organizado. A Frente não vai preceder das organizações territoriais, as organizações classistas, as organizações que já existem. Ela unifica essas organizações. Nos parece que o espaço do trabalho de base é onde a gente está organizado. É no sindicato que faz trabalho de base com o trabalhador. O movimento de mulheres vai fazer o trabalho de base com as mulheres. Enfim, isso vai prosseguir. Esse debate sobre a frente de desdobrar o trabalho de base ainda não aconteceu. Está muito antes disso. Está lá atrás ainda. O que nós estamos tratando com desafio da Frente? Ter unidade na ação. Ter unidade no programa. Se tiver isso já vai ser um... e algum grau de unidade na leitura da realidade, porque sem esse grau de unidade na leitura da realidade essas duas anteriores não acontecem. Se conseguirmos, nesse próximo período de um ano, talvez um ano e tanto, conformar o processo que tenha essa unidade de ação,

unidade de programática e uma leitura comum da realidade, ainda que com nuances, já vamos ter avançado muito. E aqui é verdade, quando a gente faz uma afirmação como eu fiz “nunca tivemos uma unidade”, essas afirmações peremptórias, historicamente são muito perigosas. É verdade. Por exemplo, a luta contra a ditadura e pela democratização que resultou na conformação da CUT, na conformação do próprio PT, foi uma luta estratégica e foi unitária. Acho que é essa que se referia. O que eu estava tratando, aqui, como frente é até mais amplo do que uma grande luta como essa. Eu vou dar outro exemplo mais contemporâneo. A luta contra a ALCA foi uma luta unitária no País, que nos mobilizou, e uma luta vitoriosa, mas ela não resultou na conformação de uma frente. Aquela luta da democratização resultou na conformação de uma frente porque ela pariu o PT e, em alguma medida, foi uma grande frente. O PT congregou, praticamente, toda a esquerda que está aí, hoje, mas não tinha um assento eleitoral? Não tinha uma perspectiva? Bom, não farei mais essa afirmação peremptória. Direi que nós tivemos ensaios importantes, momentos importantes, mas... Um desafio, aqui, que eu finalizo. No período de tempo frio, de maiores possibilidades de projetos conciliadores, duas manifestações a gente via muito presente na sociedade. Primeiro, é a que o Francisco abordou, que é a busca da especificidade, Cada movimento buscando o seu traço, que na ciência política diriam isso é um traço do economicismo. É só o particular que importa. É só o que me toca. Foi uma característica. Tivemos um acento disso, com intensidade. Segundo, em um período de conciliação, a possibilidade de... qual é a essência da conciliação? É sentar em um mesa e tentar ... É essa essência, inclusive, que marca muito o sindicalismo brasileiro. A luta de classes se expressa no momento em que senta na mesa e você dá quando e eu cedo quanto. Esse momento está implodido. A falta de projeto fica evidente, nesse momento, da polarização, porque no momento anterior a ausência de projeto já existia, da esquerda. Agora, nesse momento da polarização, a ausência de projeto não é só sentida, mas fica evidente e necessária. Então, são dois desafios. O primeiro é a construção de um projeto mesmo e um projeto de Nação. O Lênin (?), figura do pensamento revolucionário, diria “não há maior aproximação com a Revolução Mundial do que enfrentar o processo Nacional.” Essa dicotomia não existe, entre nacional e internacional, ou seja, o tema nacional é da maior importância até para os processos mais radicalizados, como eu falei aqui no processo revolucionário. Esse é o primeiro desafio. O segundo é a disputa ideológica. Essa é uma herança da esquerda brasileira, que é uma herança, e ao mesmo tempo é uma sina, porque, hoje, nós estamos pagando esse preço. Não ter feito disputa ideológica na sociedade está nos deixando um legado, hoje, que nós não temos meio de dialogar com a sociedade e estamos apanhando sem capacidade de resposta. Sem capacidade de resposta que é a causa de muita angústia na nossa militância. Então, são dois desafios importantes. Última coisa que eu queria falar. O futuro não é uma continuidade do presente. Quem pensar o futuro como uma continuidade do presente, nós vamos ter uma perspectiva futura bastante catastrófica. Nós estamos diante de uma ofensiva. Uma ofensiva importante das forças conservadoras. O futuro depende das iniciativas como essa. Iniciativas unitárias que, nesse momento, admitindo, entrando em um tema mais estratégico, tem como tarefa barrar a ofensiva, para conseguir empreender um momento histórico novo, unitário, que, certamente, reconstruirá a esquerda brasileira em termos de organização, em termos de frente de luta, em termos de partidos políticos. Então, nós estamos passando por um processo que anuncia uma reorganização da esquerda, que, nesse momento, passa pelo desafio de enfrentar uma ofensiva, que eu não diria sem precedentes, para não incorrer nessa incorreção histórica, “já teve isso aqui antes”,

mas a gente sabe que tem que aprender com a história, porque esses momentos anteriores foram bastante complicados e custosos para gerações passadas. E tenho uma campanha de solidariedade para fazer.

(faz um pedido para ajudar um amigo– campanha de solidariedade)

Ana Costa

(comenta a campanha)

Finalizando essa mesa, eu quero comungar, aqui, dessa mesma sensação de felicidade, (mudança de clipe) 16 ... avançando em torno de uma possibilidade, de uma unidade, de um projeto. Lembrar que nós da luta, da reforma sanitária, nós somos um caso muito claro, de uma oportunidade, de uso de uma janela de oportunidade, quando nós apresentamos à Assembleia Constituinte o nosso projeto e que, justamente, ganhamos e levamos, porque não tinha um projeto de direita. Não tinha um projeto efetivo de direita. Quando eles tomaram o SUS, e viram o que a gente fez, eles passaram a ter uma ação de reação e de corroer aquilo que nós havíamos conquistado. Portanto, essa nossa experiência, que é uma experiência setorial, mas que tem uma grande importância na história, ela fortalece esse caminho da busca e da construção de um projeto comum de esquerda no Brasil. E nesse sentido, essa conferência e todos os momentos, eles representam um momento de agregação de forças e de construção, assim como as frentes que são postas, aqui, hoje, em uma dimensão muito mais ampla, de olhar o Estado, de olhar o país, olhar a Nação, eu queria lembrar que, fruto do movimento da semana passada, da reunião que houve na Fiocruz, na semana passada, a Marília estava, aqui, me alertando, lembrando, que saiu a ideia da construção de uma carta, de um documento da Reforma Sanitária, para incidir sobre a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Esse documento, Gastão já me ligou, já disse que está em construção e vai entrar no circuito de debate para chegar até essa conferência. Então, isso é mais uma referência importante e mais um compromisso para o Cebes. Nós já temos a nossa tese, que nós construímos, que já ajudou demais esse processo das conferências municipais e estaduais e sempre nessa perspectiva, agora, também, com a nossa nova tese política. Enfim, construindo documentos, construindo reflexão para ajudar nesse processo. Acho que isso. Está todo mundo com muita fome. Agradeço muito todos os participantes da mesa. Eduardo, Pedro, Chico, Ronaldo e todos vocês por terem participado desse evento e viva o Cebes.

Lenaura Lobato (coordenadora de mesa)

...é, cujo título é *as Reformas que a Democracia que o Brasil demandam. Por que Reforma dos meios?* Nosso colega Silvio Caccia Bava, que eu convidaria para a mesa, por favor, do Le Monde Diplomatique e da Frente por um Brasil Justo e Democrático. O Moroni, que infelizmente não pode comparecer. Também a nossa colega Carmem Teixeira, *Limites e Possibilidades da Democracia Participativa na Construção do Direito*. Carmen é nossa cebiliana baiana, da Bahia, e professora da Federal da Bahia. O debate dessa mesa vai ser feito pelo nosso colega Nelson Rodrigues, o Nelsão. Nelsão você quer vir para cá? Quer ficar aí, enquanto

a gente faz as apresentações. (Na verdade, eu vou roubar um pouco o tempo de vocês só para a gente fazer o tempo. Meia hora, você acha que dá? Quarenta minutos? Então, vamos fazer entre meia hora e quarenta minutos). Vamos dar início a essa mesa com a fala do nosso colega Silvio Caccia Bava do Le Monde Diplomatique.

Silvio Caccia Bava

Boa tarde para vocês. Vai ser meio emocionante falar depois do almoço, mas eu quero começar com uma boa notícia. Nesse momento nosso, que está faltando boas notícias. São muitos milhares de pessoas, no Brasil, que estão debatendo como nós, o impasse que está acontecendo. A primeira coisa que eu acho que temos que reconhecer é que nós não estamos sós e, como nós, eu tenho participado de vários debates, em vários cantos do País. Tem muita gente preocupada, de esquerda, comprometida, perguntando: e agora? A outra boa notícia, então, são duas, é que eu acho que o Brasil, de certa maneira, se diferencia de muitos países pela importância das organizações de base, que foram construídas, nesse país, desde a época da resistência à ditadura. Você vai em Fortaleza, tem mais de três mil e quinhentas sociedades amigos de bairro, que em um momento que não tem crise, vocês podem falar “ Ah! Mas é uma sociedade amigos de bairro”, mas lembrem-se da Argentina em 2001. Quando a crise aperta, essas organizações são referência, ajudam a organizar e podem estabelecer redes importantes. Eu queria começar com essas duas referências, porque a gente tem que resgatar, também, que nos temos alguns acúmulos e que, esses acúmulos, podem contar na inflexão da conjuntura. Eu pensei em fazer considerações em torno de três tópicos. Um deles é a questão da democracia, porque você só tem a discussão dos direitos, se você tiver a democracia. Mas, não é suficiente ter democracia porque, voltando lá para trás, pensando, por exemplo, no processo da constituinte norte-americana, 1786, por aí, você tem uma fala de um dos padres, father, father, como eles chamam da constituição americana, o James Madison, ele fala assim: “ a democracia serve para proteger os ricos e as suas propriedades das pressões redistributivas dos pobres”. Bem diferente do que nos temos na cabeça. E se vocês vierem mais para perto, década de 80, nós vamos ter um dos críticos mais ferozes, vamos dizer assim, que é o establishment, que é o Noam Chomsky, aquele linguista americano, que ele fala assim: “ nós vivemos na época da democracia do capital”, quer dizer, nós vivemos em sociedades capitalistas e a democracia deve servir aos interesses dos poderosos. É uma versão modernizada da conversa do James Madison. Se for ainda mais longe, quer dizer, eu não estou lembrando, agora, o nome do cara, aquele que criou o acrônimo dos Brics. É um americano, que ele falava assim: “na época neoliberal, se nós juntarmos a democracia à questão da política econômica, a democracia não vai resistir na América Latina”. Então, o que eu estou tentando levantar como uma questão para reflexão é que não basta a gente dizer nós queremos uma democracia, porque a democracia tem várias caras ao longo da história universal, desde os gregos. Lá só os proprietários eram cidadãos. E ela vem mudando um pouco à medida que nós temos a questão do direito universal ao voto. Um voto. Uma cabeça. Um voto mudou nos últimos 15 anos a América Latina. Sessenta por cento da população da América Latina, hoje, está sendo governada por governos, eu vou chamar de novo tipo, não são de esquerda, mas é o Correa. É o Chaves. É o Ivo. Foi de uma maneira, o Kirchnerismo, na Argentina, o Mujica, no Uruguai. Vamos incluir o Brasil, também, nesse período de 2002 para

frente. Quer dizer, não são governos revolucionários. São governos que foram eleitos e, a partir da sua condição de eleitos, legitimados pelo voto, conseguiram fazer algumas coisas. Por exemplo, em 2002, a Venezuela conseguiu... o governo novo conseguiu se apropriar da renda do petróleo, que na Venezuela é fundamental. É a maior riqueza que eles têm. Naquela época, Brasil mandou um navio tanque, com gasolina, para ajudar a enfrentar essa disputa de quem fica com a renda do petróleo. Eu me lembro 2006, Bolívia e Equador nacionalizaram o seu petróleo. Argentina em 2010. Nós criamos, aqui, o fundo social do pré-sal, quer dizer, algumas coisas foram feitas que mudaram as estruturas, mas a crítica, em geral, que a gente faz à nossa democracia, é que ela não foi capaz de mexer com reformas estruturais. Então, ficou com tudo com a mesma estrutura de dominação política, que nós estamos tanto reclamando hoje. Dito isso, quer dizer, que nós vivemos em uma democracia que é controlada pelo capital, que agora ficou muito mais evidente com a questão dos financiamentos das campanhas eleitorais. Já era, mas, no último pleito, aqui, em 2014, 10 grandes grupos empresariais, gastaram alguma coisa parecida com cinco bilhões de reais e elegeram 70% do Congresso, quer dizer, hoje em dia, o Eduardo Fagnani fez referência a isso, pela manhã, nós temos bancadas. Esse congresso não é mais feito por partidos que têm programas e que disputam seus programas no cenário político. Nós não temos mais partidos programáticos e o que nós temos são bancadas de interesses corporativos. Tem a bancada do boi, do agronegócio. Cento e dezoito membros do parlamento da Câmara dos Deputados, hoje, não são representantes do agronegócio, são o agronegócio. Eles são os fazendeiros, o empresário do agronegócio. Para além deles, eles controlam alguma coisa como 300 votos sob 513, que é o total de deputados no Congresso. Quinhentos e treze. Eles têm trezentos e qualquer coisa, e, socialmente, o agronegócio...precisamos discutir o que significa. Nos EUA é a mesma coisa. Em 2010, a Suprema Corte dos EUA aceitou o financiamento empresarial de campanha. Em 2014, tirou o teto do financiamento. Pode qualquer coisa. É preciso reconhecer uma dimensão, antes de entrar na nossa conversa nacional, é preciso reconhecer uma dimensão internacional. Eu não sei se vocês lembram, mas, quando a crise da Grécia começou, tinha um primeiro ministro socialista, que se aventurou a dizer assim "bom eu não fui eleito para esse programa que vocês estão querendo impor, eu vou fazer uma consulta popular." Em duas semanas, ele foi substituído e no currículo do seu substituto tinha uma passagem pelo Goldman Sachs, que um dos maiores bancos de investimento do mundo. Aí eu fiquei curioso e eu fui ver. Na Espanha, na Itália, no Banco Central Europeu e depois na Grécia, que eu já me referi, hoje, tem dirigentes que têm passagem no seu currículo pelo Goldman Sachs. Não é que eles sejam o máximo, mas exprimem que mentalidade esses governantes têm ao assumirem o comando da economia europeia. Tem um fundo de investimentos, o BlackRock, fundo de investimento americano internacional, que movimentou no ano passado 17 trilhões de dólares, com o fundo. Para vocês terem ideia, o PIB americano está na casa dos 14 trilhões de dólares, ou seja, os estados nacionais estão capturados pelos mais poderosos representantes do capitalismo que, hoje em dia, é o sistema financeiro. E por exemplo, a Leda Paulani, que é uma economista paulista que nós conhecemos. **(mudança de clipe) 18 ou seja com os juros da Selic em 14.25**, não é? Você pode tomar dinheiro emprestado nos EUA, no Japão, a meio por cento ao ano, aplica, aqui, a 14.25, e fica com a diferença. Por que é que nós temos esses juros tão alto? Por que os juros ao consumidor é tão alto? O pobre compra uma geladeira e paga duas. E não tem nenhuma razão. Isso é poder. Isso é força. Não houve condição de reduzir o que, hoje, acho que é o nosso maior inimigo, que é o juros. Se não tivéssemos que pagar o serviço da

dívida, haveria muito dinheiro para fazer coisas no País. Eu também faço parte desse esforço de fazer o documento de alternativas. Trouxe até aqui uns jornaizinhos nossos *Saída para a Crise* do Le Monde Diplomatique, que tem atrás a propaganda do documento que nós estamos discutindo, aqui, porque eu acho da maior importância enfrentar essa ofensiva ideológica, que eu não me lembro de ter sido tão forte no passado. E, aqui, eu quero entrar no meu segundo tópico, vamos chamar assim, que é a ideia da construção das narrativas. Hoje em dia, está na moda. Narrativa está na moda. Na época do Gramsci, era a construção da hegemonia. Mas de qualquer maneira é interessante, porque é muito importante na disputa política. Eu estive em um debate, há uns dias atrás, aonde eu falei assim: nós fizemos um estudo de economia que disse que não precisava ter o ajuste. No começo, por exemplo, da discussão do ajuste, o Levy foi para lá com o mandato de fazer um corte de 80 bilhões de reais do orçamento. Se tivesse sido aprovada a CPMF, com 0.38%, isso estava resolvido, não precisava ajuste. Então, quer dizer, quando você aceita uma agenda e uma narrativa, você está capturado por essa lógica. Noventa e cinco por cento dos economistas de plantão dizem assim: precisa fazer o ajuste. Vai doer, mas é indispensável. E, agora, tem uma voz dissonante que, logo que saiu esse documento, que nós lançamos no dia 28 de setembro, teve editoriais de jornais, Estado, Folha, teve notícia na Globo, teve ministros criticando, não é? Que esse pessoal que escreveu isso aqui é um bando de irresponsáveis que quer colocar o País em um caos. É assim que se desqualifica um debate. É assim que se suprime um espaço público. É assim que você não respeita a opinião do outro, mas é um elemento muito sofisticado. Eu fiz há um tempo atrás... eu estive dirigindo a ABONG, que é a Associação Brasileira de Ongs, lá para trás e eu tive uma oportunidade de encontrar com o presidente do Banco Mundial, naquela época era o Wolfensohn, James Wolfensohn, que vem do sistema financeiro e tal. E no papo com a gente, ele falava assim: “olha, eu tenho muito interesse, desde Seattle, 1999, quando vocês começaram a fazer os protestos contra o sistema financeiro internacional, de ouvir quais são as reivindicações que vocês fazem, quais são as críticas que vocês fazem”. E ele fala assim: “Eu mandei o meu vice-presidente circular, ele não se identificou, disfarçado, em meio à população, que estava fazendo o protesto, para ouvir o que eles falavam. Qual era a crítica? Por que eles eram contra o Banco Mundial? Por que eles eram contra o sistema financeiro mundial?” E o Wolfensohn dizia o seguinte: “ai eu recolhia essas questões todas e pedia aos técnicos do Banco”, porque eles têm mais de 100 especialistas lá, contratados para isso, para analisar e responder as críticas que ele ouviu na rua. E isso tem um percurso, fazendo um pulinho, quer dizer, quando aconteceu a Rio +20, esse discurso crítico deles, rebatendo as críticas da sociedade civil já estava elaborado. Virou mercado de carbono. Virou a economia verde. Virou uma nova fase de oportunidade de negócio, porque nós precisamos construir a sustentabilidade. E incorporaram, inclusive, muitos conceitos resignificando-os. Por exemplo, hoje, se fala em sustentabilidade empresarial. O que é isso? Voltando, então, para aquele papo, porque eu acho que ele nos dá uma boa pista, o Wolfensohn mandava a equipe do Banco produzir as análises e encomendava a **OSD (? OCDE)** outro ponto de estudos, a organização dos países ricos para estudos para o desenvolvimento, e começava a ter, por exemplo, um relatório, anual, do Banco Mundial, tratando daquele tema. O Banco Mundial tratou da pobreza. Hoje, ele trata da desigualdade, e não é que ele esteja ajudando a suprimir a desigualdade. Está resignificando esses conteúdos. Uma vez que sai um documento do Banco Mundial, e isso é verdadeiro, eu fiz uma pesquisa sobre isso da **OSD**. O sistema das Nações Unidas incorpora essa agenda. Então, você vai ter o PNUD falando isso. Você vai ter vários

organismos, que legitimam esse discurso, perante a comunidade global. (mudança de clipe) 19 ... London School of Economics, John Hopkins University que são os núcleos de elaboração do pensamento neoliberal. Quando ganha mais densidade, esse tipo de argumentação, os governos passam a assumir essa agenda, os governos nacionais. Então, vocês vejam o grau de sofisticação. Esse circuito, até chegar, naquela época, eu estava discutindo a questão das Ongs, às agências de cooperação, que recebem o dinheiro dos países europeus, por exemplo, e até chegar às ONGs, por exemplo, no tema da sustentabilidade demora, mais ou menos, uns três anos, desde o primeiro documento que é lançado pelo Banco até que ele se dissemine e chegue às nossas universidades, às nossas ONGs, às nossas organizações. Isso é disputa de significado. Isso é disputa de narrativa. Isso é disputa de agenda. E eu queria lembrar para vocês uma fala do Chico de Oliveira de um livro que ele organiza junto com a Cibele Rizek: “Quem põe a agenda na mesa delimita o campo do conflito.”, por exemplo, hoje, saiu, nos jornais publicados, uma agenda Temer, para resolver os problemas do País. E a agenda Temer propõe, eu vou fazer uma interpretação, mas eu acho que é isso, a redução dos custos da força de trabalho pela precarização dos salários, da previdência e papapa, não é. A abertura do pré-sal para o internacional, não é. A privatização, o Estado mínimo e nós vamos ter que debater esse tema. Se nós tivéssemos sido capazes de produzir a agenda, eles estariam discutindo o que é cidadania, por exemplo, o que é direito, mas, nós não tivemos essa capacidade. Então, quem põe a agenda para discussão pública, delimita o campo do conflito. Tem coisas que ficam de fora, tem coisas que ficam de dentro. E se as suas coisas ficaram de fora, você vai ter que discutir o que o seu adversário está propondo, no campo dele, para enfrentar argumentos muito preparados por eles. Por exemplo, não foi fácil fazer esse documento alternativo de economia, mas é possível. Bom, eu penso que... eu vou fazer um salto por causa dos minutos...mas eu penso assim: eu acho que nós estamos muito desafiados a produzir a nossa narrativa para disputar a narrativa com os demais. Como é que nós queremos que o Brasil seja no futuro? O que é preciso fazer para reduzir a desigualdade. Como nós vamos mexer com uma sociedade, em que, cotidianamente, a mídia promove a discriminação de gênero e de raça. Promove a segregação do pobre e do rico. Criminaliza os jovens pretos, pobres e da periferia. Eu falo preto porque eles gostam de falar PPP (preto, pobre, periferia). Como é que nós vamos enfrentar isso? Eu tenho um amigo peruano que ele fala “Ah! Eu adoraria se a gente tivesse a nossa John Hopkins University para poder pensar as respostas para essas narrativas que nos desafiam. Tem uma Unicamp, alguns núcleos da Unicamp. Não posso chamar a Unicamp toda assim. Mas, então, quando, por exemplo, o Chico Menezes, hoje de manhã, fala assim “nós precisamos saber como tratar as mobilizações sociais que virão, porque virão”. Se você tira tantos direitos assim, há um momento que a população se rebela. Mas nós já vimos, em 2013, essa disputa de narrativa, em junho, quando você pega um Datena, na televisão, que começa dizendo que são bandidos, vândalos, black blocs e tudo mais, e depois de uma pesquisa de opinião, que revela o apoio maciço da população aquelas mobilizações, ele vira o discurso “afinal a cidadania ganhou as ruas e não sei o que..” Alí, a questão dos direitos foi manipulada, para virar uma luta contra a corrupção e, a partir da luta contra a corrupção, uma luta contra o governo Dilma, quer dizer, não é todo mundo que engoliu essa proposta, essa leitura, mas, ela virou uma leitura que, hoje, coloca, por exemplo, quem andar com uma estrela do PT na camiseta em uma situação delicada, no Rio, em São Paulo. (mudança de clipe) 20 ... pare de defender PT aqui. Para mim, nós estamos passando por uma fase que algumas coisas fecharam seus ciclo, inclusive, o boom das commodities, a

ênfase na democracia, a alternativa de um partido como esse. Eu tenho a impressão que nós estamos começando a viver um outro cenário, um outro período. Não é esse o assunto do que eu estou falando. Eu queria encaminhar esse terceiro e último pedaço da minha fala dizendo o seguinte: eu já participei de muitas reuniões e que, por exemplo, os movimentos se juntam, como a Frente Brasil Popular, e o que se faz é marcar uma agenda de mobilizações, que é bom, mas não se faz um aprofundamento, uma reflexão sobre o que estamos procurando, o que estamos defendendo, o que estamos criticando. Então, ao lado, e essa é a razão de ser do esforço do documento, que foi apresentado para vocês, aqui, ao lado dessa capacidade de mobilização, dessa representatividade importante, que tem os sindicatos, as associações, enfim, as entidades todas, é preciso articular conteúdo. Alguém falou do intelectual orgânico do Gramsci, aqui. Eu acho uma boa lembrança. É preciso articular conteúdo, para quando vierem mobilizações, a gente possa disputar o seu significado. O que é que nós estamos defendendo quando estamos indo para rua? Nós temos que mostrar isso, não para nós, é para a população e, para isso, tem que ter uma linguagem. E, eu chego na última parte do que eu queria a falar. Depois que a narrativa é estruturada... se vocês se interessarem tem um texto meu que chama-se *A construção da agenda mundial* no [\(no Google, vocês pegam?\)](#). Depois de construída a narrativa tem a forma de popularizar isso. São diferentes públicos. Por exemplo, nós temos três grandes jornais que têm capacidade de elaboração. Quase se transformaram em verdadeiros partidos políticos nossos. Estou falando do O Globo, da Folha e do Estado, que formam o argumento para os formadores de opinião. Esses formadores de opinião estão em outros lugares. Se você olhar para a televisão, fora aqueles Roda Viva, não sei que horas da noite, ou seja, o discurso é muito simplificado. É muito estereotipado. É sempre quase a mesma coisa. Por exemplo, se você abrir a sua televisão você vai ver um policial perseguindo um bandido, uma atrocidade sendo relatada, um assalto, uma morte, como se fossem essas as informações importantes todo o dia. Para que é isso? É para submeter a população ao medo que permite que ela aprove, por exemplo, a pena de morte. Por exemplo, essa violência de um fascismo social nascente, aqueles rapazes das academias marciais, que resolveram parar o ônibus, que vai para Copacabana, e tirar os pretos, pobres e da periferia porque eles são potenciais ladrões. Isso é fascismo social. A rádio é o mais ouvido. Então, há que simplificar. O próprio Chomsky tem um livro, nome *Manufaturando consenso*, 1983, uma coisa assim, em que ele mostra esses mecanismos como são produzidos. Ele fala assim "existe toda uma técnica de comunicação que precisa ser usada, para simplificar aquilo que você está defendendo e colocar à disposição de um público, que tenha uma baixa escolaridade, que tenha uma baixa informação, que não lê jornal e que só vê a televisão à noite, quando vê". Então, de um lado você tem a elaboração do conteúdo que é sofisticada, para fazer frente a uma outra agenda, e de outro lado você tem uma estratégia de comunicação, que vai disseminar aquele conhecimento e fazer com que você acabe usando o próprio argumento que você leu. Por exemplo, essa questão do ajuste. Eu acho que 90% da população brasileira, hoje, acredita que o ajuste era necessário e vai discutir a intensidade, o grau dele, não se era necessário, porque, na verdade, está tirando o dinheiro da maioria dos pobres, não está mexendo em taxaço para os ricos. Se nós tivéssemos criado dois impostos para cobrar dos ricos, não precisava de ajuste. Então, para ir encaminhando o fechamento, realmente é difícil fazer síntese assim. Por exemplo, o que eu acho que está valendo a pena, em termos do trabalho que a gente faz, que é publicar esse jornal Le Monde Diplomatique Brasil, estamos comemorando a edição desse mês é a centésima edição, são 100 meses, já tem

mais de oito anos na praça, é tentar trazer esses argumentos de conteúdo mais densos para o nosso público, para que os formadores de opinião, também, tenham acesso a uma análise que não seja a do establishment, que não seja a análise oficial. E, felizmente, nós não temos a presença... o jornal é considerado crítico ao mercado. Por exemplo, a gente faz artigo sobre a Vale do Rio Doce, a violadora dos direitos do trabalho. Nunca a Vale vai anunciar no jornal, mas o jornal está se pagando com as assinaturas e vendas em bancas. Nós estamos muito satisfeitos com esse equilíbrio, que é precário, mas está aí, para ter essa liberdade de abrigar esses discursos todos, que possam mostrar uma pluralidade de visões e que possam apresentar outras alternativas. Eu quero concluir dizendo o seguinte: eu acho que a discussão de que nós precisamos da reforma política, nós precisamos da democratização da mídia, é absolutamente verdadeira, mas ela tem que ser concreta. Ela tem que pegar em um campo aonde você pode disputar. Em termos genéricos não acontece nada. Então, por exemplo, nós precisamos investir fortemente na TV pública. Fortalecer a TV pública para que concorra com a TV comercial. Nós precisamos fortalecer a imprensa alternativa, ou como se chame isso, para que as outras ideias também ganhem maior difusão. A gente precisa pressionar o governo para que não continue financiando a Isto É, a Época, esses pasquins ideológicos, entende, e que possa redirecionar essa propaganda do governo, para fortalecer a multiplicidade, a variedade. Eu não estou falando para a gente disputar o silêncio da Veja. Tomara que ela fique o tempo que puder, falando as besteiras que quiser, mas tem que ter alguma coisa que se contraponha a isso e que ponha ela no seu devido lugar em termos de debate. Então, é um tema complexo. Eu acho que comecei falando da democracia porque sem a democracia não adianta discutir a imprensa, a mídia. E a nossa democracia ainda é uma democracia profundamente marcada pelo interesse capital. Então, a disputa também está aí nesse campo. Que democracia é essa? Qual a democracia que nós queremos. Nós vamos ter que aguentar mais três anos esses parlamentares, que foram eleitos pela Friboi, pelos bancos, fazendo estripulias no Congresso, com uma miopia incrível quanto ao sentido da política, mas eles estão lá. Eles foram eleitos. De maneira que os debates, o resgate do espaço público, coisas como essa que nós estamos fazendo, aqui, que estão se multiplicando pelo Brasil afora. Eu estive em Montes Claros, na semana passada, discutindo com pessoal de agricultura familiar. É impressionante o compromisso e o alinhamento com a defesa de direitos que eles têm. Em Porto Alegre, tinha mil pessoas em um debate sobre a questão da segurança alimentar. Eu fiquei muito impressionado, também, porque era reconhecível que estávamos entre companheiros. Estou dizendo isso para trazer para vocês uma coisa que em uma reunião só a gente não vê, mas que, no Brasil, estão acontecendo muitos debates desse tipo. Uma militância que fala: o que vamos fazer agora? E eu acho que o trabalho que vocês fazem impulsionando essa plataforma de saúde, foi o movimento de saúde que criou o SUS, não foi o Estado, tentando garantir os direitos na área da saúde, já foi e é um exemplo muito importante de vitórias para todos os movimentos. Por exemplo, a guerra da água em Cochabamba, quando a população de lá expulsou uma multinacional, que queria cobrar uma tarifa absurda, foi um sinal que era possível ganhar, para toda a América Latina. O SUS é um sinal de que é possível construir o bem-estar social em um país que ainda não é chamado de desenvolvido, ou que é tão desigual, que não pode ser chamado assim. Então, a 15ª Conferência vai ter um papel muito importante nessa conjuntura. Ela precisa ser muito preparada, no sentido de que a sociedade brasileira tem que ouvir o que sair dali, e vai ter

peso para que aconteça assim, porque ela está pintando que vai ser um momento muito importante do debate da conjuntura política. Muito obrigado.

Lenaura

Muito obrigada Silvio. O Silvio tem que sair às 17h, por isso eu estou sendo rigorosa para a gente poder ouvir o debatedor e ouvir as considerações dele, posteriormente. Já tenho algumas anotadas. Eu vou passar imediatamente a nossa cebiana Carmen.

(mudança de clipe 21)

-

Carmen

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite da Ana, para estar, aqui, nesses três dias, e dizer o quanto eu tenho aprendido, nesses dois dias e meio, que estou, aqui, porque eu acho que o Silvio tem razão, não é só aqui que nós estamos discutindo a conjuntura. Na segunda-feira, nós estávamos lá na Bahia no nosso observatório de política de saúde, na análise e política em saúde, discutindo, exatamente, a conjuntura política e a saúde. A Ligia Bahia esteve lá conosco, o Jorge Solla, deputado do PT, que defende a taxaçoão das grandes fortunas foi convidado e não pode estar conosco, porque estava respondendo a uma intimaçoão do Tribunal de Contas do Estado, enquanto gestor da Secretaria Estadual de Saúde, enquanto gestor da Sesabe, durante os últimos oito anos. Ele teve que responder uma intimaçoão sobre como foi a atuação dele como gestor, enfim, esses dilemas que nós vivemos para construir o Sistema Único de Saúde, continuando a lutar pela nossa reforma sanitária, que já vai fazer 40 anos. Quarenta anos que nós estamos nessa batalha, não é isso Ana Costa? Eu pelo menos ainda era uma estudante como vocês, como a maioria das pessoas que está aqui. E essa é a minha alegria maior, quando cheguei nesse auditório, e eu percebi... eu pensei que eu iria encontrar meus antigos companheiros... e não tem 10. Não tem 10 da primeira geração de cebianos. E a maioria das pessoas que está presente nesse auditório é a nova geração de cebianos. Pessoas que estão se inserindo, agora, ou pelo menos nos últimos anos, no Movimento Sanitário, e estão com todo o gás, para continuar defendendo conquistas, que nós tivemos esses anos todos, e que nunca, como agora, estiveram tão ameaçadas. Eu queria dizer o seguinte: eu não sei se vou conseguir falar em 20 ou 30 minutos, porque o que eu trouxe é uma reflexão que a gente vem fazendo. O nosso observatório trabalha com 11 eixos temáticos. Eu trabalho com o eixo temático Análise da Reforma Sanitária Brasileira. É um projeto coordenado pelo professor Jairnilson Paim, que todos vocês conhecem. Ele é um estudioso do movimento da reforma. O livro dele está publicado, inclusive, vendendo no Cebes. Esse projeto tem como ponto de partida uma polêmica. Será que a reforma sanitária foi algo que se esgotou nos anos 70, nos anos 80? Porque para muitas pessoas, inclusive, do campo da saúde, a reforma sanitária foi um movimento que se esgotou com a campanha do SUS. O Jairnilson é um daqueles que defende que não, que a reforma sanitária é um processo e que, embora, tenha atravessado, ao longo dos últimos 40 anos, momentos em que foi mais amplamente fortalecido, mais

amplamente divulgado e outros momentos que, praticamente, desapareceu da narrativa, desapareceu dos discursos oficiais do próprio termo Reforma Sanitária Brasileira, tem algumas conferências nacionais de saúde que nem aparece no relatório. Recentemente, com a refundação do Cebes, a partir de 2006, passou a ser de novo uma bandeira de luta. Não apenas o SUS, como a Ana Costa chamou a atenção hoje de manhã. O nosso processo de reforma sanitária, o nosso projeto de reforma sanitária não se esgota na construção do Sistema Único de Saúde. Para gerações mais novas parece que é o objetivo central da reforma sanitária era construir o SUS era garantir o acesso, mas a proposta da reforma vai muito além do SUS, porque, além de se pensar saúde em uma perspectiva completamente diferente, a saúde não enquanto acesso ao serviço de saúde, ao consumo de saúde, não a saúde enquanto essa cidadania à la carte, como a gente está chamando lá na Bahia, ou seja, cidadania que se realiza através do consumo de serviço de saúde e de medicamentos, mas uma cidadania que se revela na luta por melhoria de condições de vida, por mudanças estruturais na sociedade. Isso, praticamente, deixou de ser discutido e, hoje, a gente acha que é fundamental que volte a ser trabalhado. Então, o que eu estou estudando, especificamente, nesse grupo, é a questão da participação social que foi, todo mundo sabe, um dos princípios, foi, digo, foi colocado na Constituição Federal de 88, como um dos princípios estruturantes de toda essa luta da reforma sanitária e se institucionalizou através da criação dos conselhos de saúde e das conferências. Não é à toa que o Silvio fala da realização da 15ª Conferência, esse ano, como um espaço que a gente pretende que seja um espaço politizado em defesa das nossas conquistas históricas, só que já existem vários estudos mostrando os limites da participação social nos conselhos de saúde, quer dizer, a gente avançou muito com a construção dos conselhos, nós institucionalizamos a participação, mas também nós temos dissertações, teses, pesquisas revelando o que a Sara Escorel chamou, em um determinado seminário da Abrasco, de uma baixa densidade da participação social nos conselhos, no último, penúltimo congresso na Abrasco. E eu fui me debruçar sobre essa literatura científica sobre conselhos e conferências, então, o que eu trouxe, aqui, é um pouco uma reflexão mais ampla sobre as mudanças que têm ocorrido na participação política no mundo contemporâneo. Não vou me aprofundar nisso, mas é interessante fazer um link com a fala do Silvio, porque os estudos sobre esse assunto estão mostrando, fundamentalmente, os efeitos da revolução científica e tecnológica nas estratégias de mobilização e participação social. Acho que os exemplos que vocês podem encontrar no livro mais recente da Maria da Glória Gohn, *Sociologia dos Movimentos Sociais*. Um livro muito interessante, pequeno, que eu li, recentemente, e estou fazendo uma resenha para o nosso observatório. Ela analisa movimentos como Podemos, Wall Street indignados e tal e as próprias jornadas de 2013, aqui no Brasil, mostrando como um diferencial dos movimentos sociais antigos, tradicionais, foi exatamente o uso de celulares, de blogs, do twitter como forma de mobilização dessas grandes manifestações de rua, grandes manifestações espontâneas, mas que também se diluem, exatamente, pela falta, muitas vezes, do amadurecimento do conteúdo. A nossa Liz, Liz Magno estudou, exatamente, as jornadas de 2013, e ela faz uma análise muito interessante sobre as propostas de saúde, que apareceram lá, hospital padrão Fifa, que aparecia nos cartazes, e qual foi a resposta do governo Dilma para essas reivindicações, que apesar de uma retórica, completamente, confusa, hospital padrão Fifa, na verdade, revelava um certa falta de compreensão da população a cerca da reforma sanitária. A resposta do governo foi Mais Médicos. Eu acho muito interessante essa análise que a Liz faz na dissertação dela, porque há toda uma mobilização social, que revela a

existência de direitos, não plenamente atendidos, e a consciência de que era preciso atender esses direitos, ainda que a demanda apareça como hospital, que é uma reivindicação de um modelo hospital excêntrico, muito distante do modelo de integralidade, que a gente tem pensado há mais de 40 anos, mas a resposta do governo é, exatamente, um programa que reproduz um modelo médico hegemônico e que aparece como uma espécie de solução tampão a uma ausência de cobertura da atenção básica. E, a população fica muito satisfeita, porque, também, chegar um médico em um município pequenininho ou na periferia de Salvador, como nós temos lá médicos do Mais Médicos trabalhando, em Salvador, uma cidade de 2 milhões e 600 mil habitantes, em que a periferia inteira não tem médico nas unidades de Saúde da Família e o Mais Médicos está lá e a população acha ótimo. Então, são uma série de contradições que a gente tem vivido e que tem a ver com esse processo, eu estou citando o Dreyfuss, de revolução científica tecnológica, globalização da economia, planetarização da política, isso falou muito em geopolítica, mundialização da cultura, enfim, eu venho estudando, desde que passei a trabalhar em bacharelado de tese disciplinar de saúde, eu passei a fazer parte de um componente curricular, que se chama estudos da contemporaneidade, então, imagina o que eu não ficaria, aqui, com vocês, comentando sobre o que a gente tem trabalhado para entender a complexidade do mundo contemporâneo e os seus defeitos específicos na área da saúde. Mas, o que eu quero chamar a atenção é, exatamente, em relação à saúde e as apresentações, de ontem e hoje, me animaram a apresentar uma síntese que a gente está construindo lá que é a seguinte. Muito bem, nós temos uma crise econômica, política de ajustes. Nesses dias, eu percebi, inclusive, a multiplicidade de interpretações e de pontos de vista sobre essas políticas econômicas, ações determinantes, saídas possíveis, eu não vou entrar nisso. Toda a discussão que fizemos, hoje de manhã, também sobre os indicadores de uma crise social, o conservadorismo cultural, mercantilização da política, apareceu hoje de manhã. Política transformada em um mercado. A lógica do mercado aparecendo, inclusive, no Congresso. Isso quem me chamou a atenção pela primeira vez foi o meu filho, que é historiador, André, meu filho, ele estudou a transição democrática, no Brasil, na época da ditadura militar, estou só fazendo um parêntese, e ele analisava a atuação da Arena e do MDB, mas quando ele compara com a política de hoje, “minha mãe, na época da ditadura os deputados discutiam política, hoje, eles discutem dinheiro. É muito diferente.”, porque ele analisou as gravações dos debates, mesmos debates parlamentares, na época em que era Arena e MDB, e as pessoas discutiam propostas políticas, se o governo era um governo autoritário ou se não era democrático ou não e, agora, quando ele acompanha, se a gente acompanha a TV Câmara e a TV Senado, todo o debate é em torno da distribuição dos recursos públicos, as emendas, para onde vai o dinheiro e etc. etc. etc. Então, a lógica do capital contaminando até o próprio discurso dos políticos profissionais. Então, são fenômenos que estão acontecendo e que a gente precisa compreender para se situar nesse mundo contemporâneo, especificamente no Brasil. E em relação à crise política brasileira, especificamente, eu tenho ouvido, aqui, nesses últimos dois dias, uma coisa, eu preparei isso há quase três semanas, quatro semanas atrás, mas eu li, recentemente, um livro do Jacques Ranciere, *Ódio à Democracia*, que é o que aparece, também, nas falas aqui. A elite está com raiva das pessoas usarem, inclusive, aeroporto. Não sei se vocês, que andam em aeroporto, veem, hoje, o aeroporto cheio de gente, gente pobre, gente que antes nunca entrava em um avião, os aviões lotados, um bando de gente reclamando. Isso o Ranciere estuda nesse livro. É um livro pequenininho. Como a inclusão social, como a retirada de

milhões de pessoas da pobreza e a entrada no mercado de consumo de massa e a possibilidade de irem para shopping center, como isso incomoda uma certa elite, tradicional brasileira, que não está acostumada a isso, que está acostumada a tratar cidadãos brasileiros mais pobres como sendo segunda categoria. E como reclama “ai meu Deus, esse aeroporto está parecendo rodoviária.” Eu ouvi isso, inclusive, várias vezes. Eu acho interessantíssimo isso. Eu tenho acompanhado isso e quando eu li o livro do Ranciere, de repente, a ficha caiu. Tem esse sentimento também. A gente não precisa entender apenas os determinantes estruturais, mas também como esses determinantes estruturais se reproduzem na subjetividade das pessoas, quer dizer, na sociabilidade, nas relações sociais e como isso alimenta determinados preconceitos, como alimenta determinados posicionamentos políticos. Além disso, tem também, não se pode negar, eu estou usando esse termo, é pesado, mas, enfim, deteriorização de segmentos da esquerda por conta do, que a gente tem chamado lá nas nossas análises, transformismo dos partidos políticos no Brasil. (Mudança de clipe 22)...Gramsci, ele analisa o transformismo não só de pessoas, o chamado vira casaca, o que muda de partido, o que abre mão dos seus princípios e ideais, mas o transformismo de grupos políticos inteiros e, recentemente, a gente estava discutindo isso, lá em Salvador, e um cientista político nosso conhecido, o Jorge de Almeida, comentava tanto o transformismo de PSDB, tanto o transformismo do PT. O PSDB de hoje não é o PSDB de Franco Montoro, não é o PSDB que foi construído na época da luta pela democracia no Brasil. E o PT também não. O PT não é o partido que foi fundado em 78. É era um ex-petista que estava fazendo essa análise. Hoje, ele está no Psol. Imagina! Ele foi uma pessoa que ajudou a fundar o PT, na Bahia, e ele estava analisando como ao longo desses 30, 40 anos, no Brasil, os partidos foram cada vez mais chegando para a direita. O PSDB hoje é um partido de centro direita. O PT é um partido de centro. Então, cadê a esquerda? Eu estranho quando, aqui, ontem e hoje, falaram governos de esquerda. Eu não considero que o governo da Dilma seja um governo de esquerda. Estão entendendo? Quer dizer, ficou complicado para a gente, inclusive, porque a gente tem que se situar nisso. E eu fui ler o Norberto Bobbio. Tem um livro muito interessante do Bobbio sobre a distinção entre direita e esquerda. Até que ponto essa distinção ainda é válida no mundo contemporâneo. Nesse mundo tão... Com essa reconfiguração tão complexa desses posicionamentos políticos. Eu não estou dizendo que a minha opinião é a correta. Eu estou dizendo que são as minhas inquietações, as minhas buscas diante dessas coisas. Eu digo não é possível. Não estou entendendo isso. Estou tendo que rever esses conceitos. E eu acho muito importante que nós, os jovens, tanto os jovens que pintam o cabelo, quanto os jovens que não precisam pintar o cabelo, tenhamos esse espaço nos próximos anos de estudar de novo essas coisas. O que é ser de direita? O que é ser de esquerda? O que a gente pode chamar de revolução passiva no Brasil, como você citou hoje de manhã. Quer dizer que é a análise que a gente faz também. Sempre essas evoluções pelo alto. O que é que diferencia a nossa reforma sanitária ter sido um projeto da sociedade, do movimento sanitário, mas que foi apropriado e transformado em um SUS e um SUS que foi o tempo todo sendo reajustado. Um ajuste do SUS não é de agora. O Gastão Wagner já apontava... eu tenho uma linha do tempo. Não sei se eu coloquei aqui essa linha do tempo. Acho que não. É outra apresentação que eu faço. Uma linha do tempo da reforma sanitária no que eu divido em três momentos. O momento inicial da construção do movimento pela reforma, que vai de 76 até 78, realmente foi um momento de ascensão de consolidação de um amplo arco de alianças em torno desse projeto para a saúde que se articulava, um projeto democrático particular. Outro momento, que o Gastão,

não foi eu, chamou de reforma da reforma, não sei se os mais antigos se lembram disso, porque ele mostrava como a partir do governo Collor a gente já começou a ceder uma série de coisas. A gente cedeu com a municipalização. Ontem, alguém aqui falou, quem foi meu Deus, que a municipalização foi um erro. O Jairnilson escreveu que a municipalização era presente de grego, e quem se lembra do Cavalo de Troia sabe o que isso quer dizer, há mais de 15 anos atrás. Então, a ideia de que a gente ia descentralizar recursos federais para 5.700 municípios, acreditando, como dizia Eugênio Villaça, que no âmbito do município era mais fácil controlar a corrupção. A fala de Eugênio era a seguinte: “controlar a corrupção é mais fácil a varejo do que por atacado”. E isso não aconteceu, reparem, isso não aconteceu. A gente imaginava que nos municípios, os conselhos, aí eu volto na participação social, os conselhos estariam organizados, controlando a gestão municipal, e, hoje, a gente está vendo gestores, como vimos na 9ª Conferência Estadual de Saúde, de lá da Bahia brigando por dinheiro, brigando por dinheiro, dinheiro, dinheiro, entrando, completamente, na lógica da privatização do PPP, das OS, da gestão, entendeu... porque eles estão com a cuia na mão, como se diz, solicitando dinheiro para poder manter os seus compromissos, inclusive, políticos com a população, porque a saúde é uma forma de você fazer o seu clientelismo, de você manter todo o fisiologismo dos partidos, sejam de que espectro político for. Então, voltando a linha do tempo, que a gente tem tempo até, se for o caso, para discutir, o ajuste começou já no governo Collor e a Nob 93, da municipalização, foi na gestão de Itamar e foi para quê? Ninguém se lembra? Foi para controlar a corrupção do governo Collor na área da saúde, que já foi denunciada, naquela época, com um bando de deputados anões do orçamento. Não sei se vocês se lembram disso. O secretário geral do Ministério da Saúde era ligado a PC Farias. Então, essa história da corrupção também é muito antiga e, na saúde, a gente já brigou contra muito tempo. Na gestão de Fernando Henrique, o ajuste foi com reforma do Estado. Essa discussão das OS, que também foi colocada aqui, “precisamos ter mais clareza em relação as OS deve ser ...” foi com o Bresser, foi com o Bresser em 1995. Lá na Bahia a gente discutia seriamente o que isso significava em relação ao caráter público, estatal ou privado. Foi a distinção que se fazia na época. É público, mas não é necessariamente estatal, então, a gente pode ter organizações sociais com controle público. Eu era do Conselho Estadual de Saúde, nessa época. O secretário de Saúde era irmão de ACM, nosso antigo governador, nosso caudilho baiano, que, aliás, faleceu e, hoje, ninguém se lembra dele na Bahia. É um negócio incrível. Essa memória. Incrível, todo mundo pensava que iriam mudar o nome do estado para Estado Antônio Carlos Magalhães. Eu já estou contando piada, meu Deus, deixa eu voltar ao assunto. Eu começo a me empolgar. Eu vou contando umas coisas como se eu estivesse na sala de aula para os meus alunos, vocês me desculpem. Eu gosto de fazer essas brincadeiras para manter a galera animadinha. Mas, enfim, voltando a linha do tempo, com Fernando Henrique a gente teve que fazer, porque a reforma do estado nós impunha discutir o que fazer com os hospitais. Nossa perplexidade, e eu assumo, é a gente lutar no governo FHC contra a mudança na gestão pública, ou seja, não bastava o setor privado ser, como foi apontado hoje de manhã, majoritário na média e alta complexidade, todo o esforço que se fazia era na expansão da atenção básica, não bastava isso, porque quando chegou no próprio governo Lula, todas essas pessoas aderiram a essas modalidades alternativas de gestão, sem problematizar ou problematizando muito pouco. Os exemplos são variados, inclusive, nós lá da Bahia, para aumentarmos a gestão, o número de leitos hospitalares, a gente construiu um hospital no subúrbio que a gestão é parceria público-privado, quer dizer, e, como é um governo do PT, fica

todo mundo de mãos e pés amarrados sem saber como é que... porque parece que não há alternativa. É o pensamento único. Não há alternativa. Não há alternativa, assim como não há alternativa no ponto de vista da gestão financeira, parece que não há alternativa para garantir a governabilidade, hoje, a gente tem que fazer aliança com Deus e o mundo etc. etc. Esse tipo de discurso nos travou., mas, o que eu quero dizer, com isso, é que, nessa linha do tempo, a gente considera que houve a reforma da reforma até o governo Lula e com Dilma, não por Dilma, entendam, mas por uma série de constrangimentos na gestão da política de saúde no governo Dilma, o que aconteceu foi uma contrarreforma sanitária e os exemplos são inúmeros. As políticas se transformaram em programas verticais. O programa Mais Médicos arrebenta com a estratégia de Saúde da Família. Quem trabalha na Atenção Básica sabe disso, quer dizer, a fragmentação do repasse de recursos. Agora, até para vacina está faltando, quer dizer, com o corte esse ano dos mais de dois bilhões de reais do Ministério da Saúde, até vacina começou a faltar. Então, é a Contrarreforma. Não é a reforma que a gente sonhou. É a contrarreforma. Então, não é Dilma que está assim maquiavelicamente destruindo o SUS não, mas é que há uma série de processos acontecendo que dificultam a implementação do nosso projeto. Em relação aos conselhos, cadê os conselhos? Os conselhos seriam a participação institucionalizada da sociedade na gestão do sistema para garantir a sua sustentabilidade política. Teoricamente essa seria a proposta. Isso não aconteceu. Os estudos mostram o seguinte: fragilidade na atuação dos representantes dos movimentos populares. Estou concluindo. Por que? Porque o próprio movimento se esvaziou também ao longo desses anos todos. Não sei se foi o Chico de Oliveira, ou quem disse, que o Fernando Henrique acabou com o movimento sindical e o governo Lula acabou com o movimento popular. É retórica, mas, de certa forma, há uma incorporação de lideranças do Estado. Há todo um processo de cooptação de lideranças. Hoje, mesmo no movimento popular, a gente vê isso. Muita gente que atua no movimento popular nas periferias das grandes cidades é porque tem pretensão a ser vereador. É ligado a um partido a, b ou c. Vai para as conferências municipais, como eu fui, eu participei, recentemente, por conta dessa onda das conferências municipais, de várias conferências, em vários municípios da Bahia, Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, Camaçari. Fui a Subúrbio Ferroviário, Boca do Rio. Participei dessas conferências todas. Aproveitei a greve da universidade, eu estava sem dar aula, e fui para as conferências. E é incrível porque fazem aquela filinha, todo mundo já sabe disso. Mal começa o debate, aquela filinha de gente, que você já identifica qual é o partido. Então, com os discursos completamente vazios, ocos, só para aparecer. Aparecer como representante, não sei de que, mas como liderança daquele bairro, para fazer esse lobby. Atuam muito mais como lobistas para conseguir determinados benefícios e vantagens para determinadas pessoas dos seus grupos. Eu estou pegando pesado. Não quer dizer que não tenha gente e é por isso que eu fico feliz, quando eu vejo os núcleos do Cebes, porque eu vejo que são pessoas, que estão querendo outra forma de fazer política, que não é essa forma viciada que a gente tem encontrado, inclusive, no âmbito dos conselhos. Tem gente que é conselheira há anos e anos e anos ou tem gente que é dos conselhos, somente, para defender o seu grupo. É o pessoal da patologia X, o pessoal da patologia Y, o pessoal da patologia isso. Todo um corporativismo. Toda uma fragmentação se reproduzindo nos conselhos. Para não falar da interferência político-partidária e para não falar do autoritarismo dos gestores. Há trabalhos como o de José Patrício Lima Junior, orientado pela professora Silvia Gerschman, que mostra o seguinte: certa vantagem dos gestores em relação aos conselhos, do tipo assim, tem que aprovar senão o dinheiro não vem. Tem que aprovar tal coisa, porque o ministério

condicionou o repasse do recurso a uma aprovação do conselho. Então, o conselho é, meramente, uma instância formal de aprovação de decisões prévias, que são tomadas na comissão intergestores bipartite, na comissão intergestores... entenderam? Onde está o poder? Desde que eu comecei a estudar política de saúde, lá nos anos 70, a gente já fazia uma diferenciação, entre o poder real e poder formal. Vocês lembram disso, lá os textos do professor Mario Testa. Então, uma coisa é o poder formal, das instâncias dos organogramas e outra coisa é o poder real, o **sig**, o dinheiro que você encontra o poder. E é aí que a gente tem que fazer esse mapeamento. A maioria dos conselhos não tem de fato poder deliberativo, e outra coisa que também está sendo discutida, eu própria botei uma interrogação, o esgotamento das conferências, face à ação dos grupos de pressão. Por isso, o Conselho Nacional de Saúde resolveu mudar o formato da conferência esse ano, porque as últimas conferências não foram de fato espaço de reflexão, de elaboração de proposta... uns relatórios de mais de 800 propostas, que ninguém lia. Então, se vocês estão acompanhando o movimento atual em torno da 15ª Conferência, vocês estão percebendo a mudança que se pretendeu imprimir à própria metodologia de organização das conferências, com conferências livres, com participante livre, mas isso, também, não garante que essa conferência, que essa 15ª Conferência seja um espaço para onde vai confluir uma revitalização do Movimento Sanitário. E é isso que eu fiquei com medo. Estou com medo e vou colocar isso para compartilhar com vocês, porque nas conferências municipais eu senti essa vitalidade, nas que eu fui, na estadual, não. Lívia está aqui presente e sabe o que foi que aconteceu na Conferência Estadual de Saúde na Bahia. O secretário de Saúde, que, aliás, é indicado pelo nosso governador, é o cardiologista do nosso governador Rui Costa, que é do PT, mas que não é uma pessoa vinculada à reforma...capitalizou completamente o espaço na nossa conferência. Capitalizou completamente. Foi para lá, entendeu? Cheio de guarda-costas, aliás, eu estava lá na primeira fila... foi cheio de guarda-costas, porque ele estava com medo, provavelmente, de alguma reação. No congresso da Abrasco entrou uma moção de repúdio a ele, imagina! Mas ele foi lá impávido, olímpico, fez um discurso e depois ainda ficou na tenda, que se armou para discussão das questões mais ligadas ao movimento popular ... ele subiu em cima de um... imagine que cena... subiu em um pufe e falou às massas. Vocês vejam, ou seja, eles também têm estratégias. É aquela história, não somos só nós que estamos definindo estratégia de ocupação dos espaços e de emissão dos nossos discursos e tal, essas pessoas não são ingênuas, não nasceram hoje. Eles estão interessados no poder e estão ocupando os espaços também. Os nossos espaços. Então, a gente precisa se preparar muito. E por conta dessa preparação eu coloquei aqui a agenda, e essa agenda não é minha, é agenda do Cebes, todo mundo conhece, e eu só coloquei aqui, eu acho que tem tudo a ver com o que nós estamos discutindo, nesses dois dias, a necessidade de analisar os atores políticos em cena; identificar os projetos políticos em disputa no momento atual. No caso da saúde, a gente está trabalhando com a existência de três projetos. Esse projeto mercantilista, que é o projeto de cobertura universal de saúde, que é o projeto da mercantilização, que é o projeto da privatização, da financeirização do sistema de saúde, a gente está chamando mercantilista. O projeto da reforma sanitária, que hoje é um projeto subalterno, não é um projeto hegemônico, nem mesmo no discurso, e o projeto racionalizador, que é o que o governo está conseguindo fazer no cenário de constrangimentos, que está implementando. Isso com muitas dificuldades e muitos equívocos. Segundo, problematizar as propostas oriundas dos gestores. Terceiro, amplificar a atuação nas reuniões dos conselhos. Vamos abrir mão dos conselhos de saúde?

Não. Então, uma das nossas frentes de luta tem que ser continuar atuando junto aos conselheiros, mas não naquela capacitação tecnocrática de conselheiros. Tem que ser uma formação política de conselheiros. Para isso, eu não sei se o alvo são os conselhos, mas são os próprios movimentos, que precisam reindicar os representantes dos conselhos. Então, a gente tem que trabalhar pela base. Eu coloquei aqui combater o inimigo na academia, nos serviços de saúde, nas entidades de profissionais, nas organizações dos gestores e na mídia. O problema é que os inimigos, para usar o plural, estão em todos os lugares, estão entre nós. Eu não quero assombrar ninguém, mas estão entre nós, na própria, vamos dizer assim, academia, com nossos colegas de trabalho etc. a gente identifica a falta de compromisso com o Movimento da Reforma Sanitária, quer dizer, a falta de interesse de se engajar, efetivamente, na luta pelo SUS. Um produtivismo acadêmico leva as pessoas a só pensar nos seus currículos Lattes. Então, é preciso também fazer um esforço junto aos nossos alunos. Eu ensino há 35 anos, na universidade, grande parte dos nossos alunos de pós-graduação não tem nenhum compromisso com reforma sanitária e com o SUS. Quer dizer, são pressupostos que a gente tem que perceber que são equívocos. Só porque a pessoa foi fazer Saúde Coletiva está comprometida com a reforma sanitária? Nananina não. Entenderam? Eu só estou alertando porque eu acho que todo mundo que trabalha na academia está percebendo isso também. A Abrasco, embora do ponto de vista da sua diretoria seja nossa aliada, as bases não são mais. A gente vai no congresso da Abrasco e a gente percebe que grande parte das pessoas, que estão no congresso da Abrasco, nem conhecem a história da luta política pela reforma sanitária, não conhecem a história do SUS, quer dizer, o desafio é imenso para a gente reconquistar nossas bases. O grande problema que eu acho que a gente vive, hoje, é que nossas bases estão rarefeitas, as bases de apoio de sustentação política do projeto de reforma sanitária. Para isso, a gente está se inspirando muito, para concluir mesmo, nos trabalhos do Mário Testa, não é à toa que o nosso observatório lançou, agora, um livro do Leonardo Frederico que chama-se *Análise Política em Saúde Contribuição do Pensamento Estratégico do Professor Mário Testa*, porque as últimas reflexões do Mário, vocês podem pegar na internet, é sobre a constituição dos sujeitos políticos. E ele faz análises muito interessantes sobre como constituir sujeitos políticos, organizados, etc. etc. e uma das coisas que ele diz que constitui o sujeito político, tem a ver com o que Silvia colocou aqui, é a capacidade de incluir temas na agenda do Estado. O Estado entendido como o Estado ampliado gramsciano. Então, quando você diz estamos elaborando um documento Por um Brasil Justo e Democrático e nós estamos querendo colocar esse documento em discussão, o estado ampliado, ou seja, começando com as entidades da sociedade civil e querendo que isso seja ouvido, que isso reverbere em um debate público mais amplo, seja através da crítica que a mídia institucionalizada faz, seja através da incorporação nos espaços como o da 15ª Conferência. Por que a gente não chega lá na 15ª e chama a atenção para se estar construindo esse grande movimento em torno de uma alternativa, uma saída para a crise brasileira, que passa também pela saúde, porque passa pela revitalização do que a gente tem feito ao longo dos últimos 35 anos. E a segunda coisa que a gente está discutindo é a importância de usarmos as tecnologias de informação e comunicação, os blogs, os sites etc. como espaços de sensocomunicação do nosso debate político, ou seja, transformar... eu estou usando a expressão de Boaventura Santos... de transformar essa discussão mais acadêmica, mais teórica, mais fundamentada em senso comum, quer dizer, é isso que a gente vai ter que fazer. Eu leio o jornal que vocês editam, mas é R\$11,90. A população não compra um jornal de R\$11,90. Repare, mas a população como

you mesmo disse, a população... eu estou com o jornal aqui... vim lendo no aviao, Silvio, porque adorei. Esse numero está, realmente, maravilhoso, inclusive, a questão do individualismo dos jovens, que tambem foi comentado, aqui, com a história do Fies. Um artigo muito interessante sobre a questão dos cartões de crédito. Mas, enfim, a gente está discutindo isso: como utilizar mais os espaços da média, do site do Cebes, do site do Observatório e como estão essas redes virtuais para chegar mais a esses movimentos sociais e promover, como diria Laclau e Chantal Mouffe, que a gente tambem está usando muito nessa linha da construo da hegemonia socialista de articulao dos movimentos sociais, de construir pontes de diálogos e etc., na linha do que foi colocado aqui, hoje de manhã, pelo Ronaldo, que está sendo discutida, aqui, nesse seminário. Era isso, eu peço desculpas se eu me alonguei, mas, exatamente, nessa linha... está aí no final, constituir sujeitos políticos, estabelecer pontes com os movimentos sociais e construir formas de organizao inovadoras. E não tem nada de mais inovador, no campo da saúde, em termos de organizao criativa, do que o Cebes. A leitura da história do Cebes feita, recentemente, no livro da Sophia, tambem  venda, para quem não conhece a história do Cebes, vale a pena ler o livro da Sophia. Comprei no congresso da Abrasco. Mostra uma coisa que o Mário Testa defende no livro dele em 1995. Nós temos de criar novas formas de organizao, porque não  suficiente trabalharmos nas organizaes existentes, nos partidos existentes, nos sindicatos existentes. E o Cebes  um exemplo de uma organizao criativa, de uma organizao que não se vincula, ou seja, que não reproduz nenhum tipo dessas organizaes mais tradicionais, embora dialogue e converse e dispute espaços com todas elas. Era isso. Muito obrigada.

Eu quero deixar o Link do observatório www.analisepoliticaemsaude.org.br Está no site do Cebes, quem entrar no site do Cebes pode dar um click e entrar no Observatório. O Jairnilson  o coordenador geral. Isso  um projeto financiado pelo Cnpq, edital de 2013, e o objetivo desse observatório , exatamente, chegar ao grande público da internet e não esperar a gente publicar uma dissertao uma tese. São 11 eixos temáticos. Nós estamos trabalhando com saúde da criança, com judicializao, acompanhamento do poder legislativo, que  um projeto coordenado, inclusive, pela professora Ana Costa. A Ligia Vianna coordena um grupo de estudos da Medicina Social em seus primórdios. O Aluisio Eugnio  o coordenador do grupo de aes judiciais. Eu estou coordenando o de análise da reforma sanitária e conjuntura com o Jairnilson. Tem grupo sobre vigilância sanitária e medicamentos, enfim, todas as pesquisas que o nosso instituto vem fazendo a gente conseguiu através desse projeto, uma coisa extraordinária, que foi juntar mais de 80 pesquisadores, num projeto nico. Até isso,  interessante, porque na Saúde Coletiva, uma tendência que tem acontecido , exatamente, o contrário,  cada grupo se fechando no seu pedacinho, disputando, inclusive, às vezes, os editais, e a gente fez um esforço muito grande, de 2013, para cá, para reunir essas pessoas todas, agregar pessoas de outros estados. A Ligia Bahia participa. O Carvalheiro participa. O Noronha participa tambem, não foi esse ano, mas foi no ano passado no nosso seminário. Tem gente de Santa Catarina, gente de Pernambuco, gente do Ceará, ou seja, que a gente tem projetos envolvendo essas pessoas.  um trabalho muito interessante e não vai ficar conosco. Quando o recurso do Cnpq acabar, a gente vai ter que ver qual  a organizao da nossa área que vai assumir o Observatório. Então, o nosso trabalho  montar. E a ideia de Observatório, inclusive,  essa. Observatório de análise política, não de políticas. Só para concluir. A gente faz uma distino sobre o que  um acompanhamento de política, enquanto produto. Política de

Saúde Mental, política de Saúde da Mulher, política de Saúde da Criança e análise política, ou seja, do processo político em Saúde, com mapeamento de atores, mapeamento de propostas e análises das disputas e, nisso, a gente está completamente na linha do pensamento estratégico do Mário Testa e do Gramsci, claro, com a grande referência do Jairnilson, nos estudos de políticas de saúde. Então, quem tiver interesse. Todo mundo, eu convido todo mundo, realmente, a entrar. Eu até escrevi um texto. Tem uma sessão chamada pensamento livre. Que pode usar teatro, dança, cinema e não sei o que e eu escrevi um textozinho, vou só fazer a minha propaganda, sobre a autobiografia do Oliver Sacks. Eu li, recentemente, a autobiografia do Oliver Sacks, *Sempre em Movimento*, ai eu me inspirei nesse texto do Oliver Sacks, *Sempre em Movimento*, para falar do Movimento da Reforma Sanitária.

Lenaura

Obrigada Carmem. Nelson. **(combina tempo para a palestra) (mudança de clipe) 23**

Nelson

Eu fiquei frustrado com a não participação do Moroni e, no caso aqui, conjunturalmente, principalmente da Ellen, da questão da reforma tributária, que é um peso pesado nos nossos desafios. Eu vou tentar cumprir os 15 minutos e vou fazer um comentário, bem breve, que me foi incumbido, tema que eu achei muito feliz e muito pedagógico do engendramento neoliberal, que se inicia no século passado, no nosso país, e como vai articulando a chamada democracia, que formas as democracias vão se sucedendo cada vez mais comandadas, não só as democracias, mas os estados comandados pelo capitalismo, principalmente, depois da hegemonia do capitalismo chamado financeiro, que vai assumindo a verdadeira coordenação, vai influenciando, cada vez mais, nos estados e na finalidade dos estados. Gostei também que ele, desde o começo, fez o contraponto, e isso aí é a pura história dialética de que não estamos sós, ou seja, que o outro lado também vem crescendo, vem se qualificando, mesmo na contra hegemonia e, historicamente, se deixou a perspectiva de a luta pela hegemonia ser uma luta válida até chegar na própria hegemonia. Então, essa síntese eu achei que foi muito bem feita com todas as questões. Eu vou me deter um pouco mais na colocação da Carmem, sabendo toda a produção do Cebes baiano, do grupo de companheiros baianos, comandados pelo Jairnilson e pela Carmen e vários outros, apenas no resgate histórico, porque é importante para entender os dias de hoje e militarmos criativamente nos nossos dias, alguma coisa eu queria colocar o meu modo de ver, que eu acho que é o pensamento da Carmen também, mas para não ficar dando margens a outras interpretações. O ponto alto da questão, que eu peguei aqui da Carmen, é que o ajuste já começou nos anos 90, o Consenso de Washington já estava se estabelecendo nos anos 80 e houve uma coincidência cronológica da promulgação da nossa Constituição com a plenitude da aplicação do Consenso de Washington do neoliberalismo, em escala planetária, incluindo a maior parte dos países da América Latina e o Brasil marchando contra a correnteza, aprovando uma Constituição social-democrata, tipicamente social-democrata. E na eleição, e não foi à toa que houve todo um esforço da produção do candidato que acabou ganhando, que foi o Fernando Collor, e já no início da gestão do Ministério da

Saúde, as patas pesaram da marca neoliberal iniciaram. Começou o desmantelamento do SUS, que nem estava sendo implementado ainda, já começou no início dos anos 90, mas, nessa questão, eu queria lembrar a questão do jargão da municipalização. Eu atuava, eu sou testemunha pessoal com todos os companheiros e companheiras, que militamos naquela época, a perspectiva da reforma sanitária, dos preceitos da reforma sanitária e da militância da reforma sanitária, que passava diretamente nos anos 70 e nos anos 80 e, já iniciou os anos 90, passando todos os preceitos e conceitos da reforma sanitária para a gestão descentralizada, pelos municípios e estados, não foi bandeira da reforma sanitária e nem também dos municípios organizados no Conasems e no Consems, a pulverização municipal. Isso foi uma estratégia neoliberal. A proposta que se desenhou na própria configuração da comissão intergestora tripartite, entre parênteses, a coisa era tão pesada nos anos 90, que as primeiras reuniões tripartites foram feitas escondidas dos gestores do Ministério da Saúde. Tinha uma sala no Ministério da Saúde, onde escondidos, representantes do Conass, Conasems e dirigentes do segundo escalão do Ministério da Saúde reuniam para combinar os papéis das três esferas, por uma meia dúzia de reuniões, durante vários meses. Era um peso pesado já em cima dessa articulação, que era constitucional, articulação interfederativa, o Pacto Interfederativo, e na tabela do Pacto Interfederativo, o próprio Pacto Social, do direito à cidadania. Esse era o paradigma dos debates e definições das esferas federadas, no início, e o Conasems e Conass, e o Conasems articulado com todos os Cosems do estado, já estavam levantando a bandeira da regionalização, que era a estratégia que cosubstanciava o novo pacto que nascia interfederativo. Não tinha nada que ter pulverização. A pulverização foi imposta de cima para baixo, já pelo subfinanciamento do Ministério da Saúde, pondo os municípios de joelho, os estados de joelho, também, e daí para frente, até os dias de hoje, os repasses federais é aquela paródia da vara com a cenoura na frente do cavalo. Cada secretário estadual, cada secretário municipal correndo atrás da cenoura e a vara vai indo na frente com a cenoura pendurada, e aí o Conass e Conasems vão cedendo, para não dizer, se vendendo, nas estratégias básicas do SUS, se vendendo a gastar o dinheiro do Ministério da Saúde, conforme o Ministério da Saúde deseja. Dai nasce a prevalência do financiamento para média e alta complexidade assistencial. O preço é o setor privado. Nasce já uma atenção básica reduzida, bastante reduzida, e dentro da Atenção Básica, nasce um PAB, um piso de Atenção Básica, fixo e o variável, e o variável dá várias vezes o volume do fixo. O fixo era para fazer a regionalização, para atender as realidades, as necessidades, os direitos da população de cada região, e de cada local, e o PAB variável, a normatividade centralizada, autoritária ministerial. Então, eu estou lembrando esse pequenos detalhes são só para exemplificar que essa estratégia, como é que foi na realidade, desde o começo. Então, a pulverização municipal não é que a municipalizou era um engodo, um engano e uma distorção. A municipalização com a estadualização, gerando a regionalização, era cumprir o novo sistema da saúde, a implementação. E a pulverização veio de cima para baixo. Daí para frente, já foi todas as questões que acontecem. E em relação ao conselho de saúde, outro ponto, também pegando um gancho no último ponto que a Carmen colocou, os conselhos de saúde já nos anos 90, todinhos, e prossegue até os dias de hoje, com pequenas variações, mas o desenvolvimento da rede de conselhos municipais, estaduais e o próprio conselho nacional é um desenvolvimento que vai acompanhando essa lógica do neoliberalismo implementando o SUS, porque o SUS hegemônico não é o SUS. Nós temos hoje outro sistema de saúde na prática acontecendo que não é um SUS constitucional. Então, a hegemonia, hoje, já está organizando,

em alguns setores já está consolidando outro sistema de saúde que não é o constitucional. E como é que vão se comportando os conselhos de saúde? Para começar a chamada vanguarda da sociedade e alguns jargões que até hoje parecem que subsistem, a classe operária organizada, sindicalizada que é a vanguarda das mudanças progressistas, em qualquer sociedade, a classe trabalhadora vai em peso para os planos privados de saúde nos anos 90. É outra estratégia. Todas as centrais sindicais, com exceção da Contag dos agricultores, toda a rede sindical vai para os planos privados e pleiteia, anualmente, subsídios, desde os anos 90 até os dias de hoje, os planos privados e subsidiados pelos recursos públicos. Planos privados, subsidiados por recursos públicos, com o pleito maior de toda a classe trabalhadora organizada. Então, se retira da luta social já... entre aspas... a sua própria vanguarda na luta por um SUS com direito universal de saúde, incluindo os trabalhadores públicos. A totalidade dos servidores públicos federais, a grande maioria dos servidores públicos estaduais e uma grande parte dos municipais têm planos privados de saúde. Então, pondo do lado de cá do balcão, quem vai atender os direitos da população é quem não depende do SUS, não depende entre aspas. Então, essas contradições já começam a acontecer e rebatem dentro dos conselhos de saúde. Então, dentro dos conselhos de saúde, já com essa primeira distorção da (inaudível) representação trabalhadora, pública e privada, e atrás vem as demais entidades, a Cobap dos aposentados, que briga pelos planos privados também, pelos seus direitos à saúde dos aposentados, e vem uma atrás da outra, criou, desde o início dos anos 90, isso não foi também por acaso, foi uma estratégia. Parece até paranoia, mas foi uma estratégia pensada, inteligente e que deu certo. Criar um vetor de pleitos de pressão social das entidades para o interior dos conselhos e vetor zero, praticamente, vetor inexistente dos conselhos para a sociedade. E, supostamente, cada conselheiro ao ser eleito pela sua entidade, tem que trazer os pleitos da sua entidade que deveriam estar sendo horizontalizados, como direito de cidadania e não direito corporativos, no interior dos conselhos, como grandes locais de debate. Horizontalizar todos os direitos e pleitos corporativos para transformar em deliberações de direitos de toda a sociedade. Então, o vetor das pressões dos conselhos, para votarem mais recursos, para cada grupo representado nos conselhos, até os próprios portadores de patologias... todos os fragmentos da sociedade nos conselhos, fragmentos são os pleitos, para ter mais recursos, para serem atendidos lá fora, sem dar conta se vão ser atendidos lá fora, pelo setor privado, subsidiado de mercado ou pelo setor privado contratado pelo poder público. Essa verdadeira alienação é crescente nos conselhos. A rede de conselhos no nosso país, então, vira um palco de pleitos que se adensa nos conselhos, mas nenhum conselheiro e nem o coletivo do conselho formula, amadurece ou estabelece a regra do jogo das responsabilidades do coletivo e do conselho, de cada conselheiro, pessoalmente, que ele é o representante da sua entidade, e dele retornar para a sua entidade e, no mínimo, socializar as informações, que ele se apropriou delas dentro do conselho. Informações de quantos recursos públicos existem e qual o critério de gastos desses recursos públicos. As entidades que representam a sociedade estão alienadas e a sociedade fica alienada, sem poder se apropriar de informações, que lhes diz respeito a uma necessidade básica, que é saúde. Isso acontece até os dias de hoje, em regra. Tem exceções, mas, em regra, é o que acontece. Eu só queria aproveitar esse gancho da Carmen para lembrar que a própria vontade nossa, que já foi expressa várias vezes, aqui, do papel da 15ª Conferência, eu estou vendo como desafio. Eu quero ver se cada delegado, dos milhares de delegados, vai sair com a faca nos dentes da Conferência para informar, democratizar a informação e ser um verdadeiro agitador dentro da

sua entidade e ajudar a politização e a mobilização da sua entidade a favor dos direitos da cidadania na saúde. Eu gostaria de ver esse desafio. E aproveito e faço uma sugestão, a partir de agora, da minha parte, que foi feita, aqui, hoje pela manhã. Esses dois caderninhos que o Eduardo Fagnani distribuiu... tá um desafio para as entidades da reforma sanitária, Depois o Cebes poderia puxar, quer dizer, pegar uma comissão, uma comissão preparada, e temos intelectuais muito preparados e preparados, inclusive, em traduzir, pedagogicamente, essas informações. Fazer um resumo desses dois caderninhos, bem pedagógico, bem agitado, no bom sentido da agitação, e distribuir milhares deles para os delegados, que vão para a Conferência. Pelo menos uns 15 dias antes da Conferência. Se for possível isso, seria até muito interessante ver como esses delegados poderiam, também, se apropriar de uma politização, que todos nós aqui já temos, mas que eu acredito que a grande maioria dos delegados ainda não tem ainda, que a luta só intrassetorial é vã. E esse caderninho, resumido, que o (?) trouxe coloca o conjunto dos setores na área social, o conjunto do desafio para uma política de desenvolvimento real de cujo conjunto depende o SUS dar certo ou o SUS não dar certo. Aí eu vou acreditar muito no sucesso da 15ª Conferência. E para terminar o comentário também, eu quero... eu rapidamente eu quero fazer um lembrete aqui. Eu não vou gastar tempo, porque acho que todos têm as informações necessárias. Dos 25 anos de SUS, de 90 até os dias de hoje, os anos que foram até 2002 e os anos que tiveram de 2003 para cá são carbonos. O projeto neoliberal dançou e rolou em cima da proposta constitucional, igualmente, em todos esses anos. Isso, não quer dizer que houve subserviência do Ministério da Saúde, nem do Conass nem do Conasems, mas, na correlação de força, ele colocou todas as estratégias básicas, que conduziram os rumos do SUS de 90 até agora, todas as estratégias básicas foram desenhadas, no Ministério da Fazenda, no Ministério da Casa Civil. (Mudança de clipe) 24 Nenhuma delas foi desenhada nos gabinetes do Ministério da Saúde, muito menos na tripartite. Esse é um dado que está aí. Então, o neoliberalismo chegou com tudo em 90, está com tudo, até agora, e piorando, porque vários componentes da construção do outro modelo, que não é o SUS, vários componentes, chegaram até a piorar, na última década, principalmente, componente de renúncia fiscal, para empresas de planos privados e financiamento pesado, para hospitais privados de grande porte, do BNDES e do BIRD. Nem esse desplante tiveram nos anos 90. Nos anos 90, eles só fizeram desmontar o SUS. Depois do SUS desmontado foi fácil deitar e rolar nesse século. E nessa linha eu queria também lembrar rapidamente, colocar, assim na minha visão, meia dúzia, que eu vou colocar, rapidamente, o que eu chamo de intocabilidades. Os governos, de 90 até agora, os governos só foram eleitos e só puderam desempenhar a sua gestão não tocando em algumas coisas sagradas. Primeira intocabilidade, a maior regressividade tributária do planeta. O sistema tributário mais injusto, onde a pobreza financia a riqueza. Segunda intocabilidade, o ajuste fiscal rentista, um ajuste fiscal rentista, tem outro ajuste fiscal para o nosso lado, mas o ajuste fiscal rentista, que minimiza ou neutraliza todas as políticas públicas, não só neutraliza todas as políticas públicas, transformando-as em compensatórias e focais, mas, estrategicamente, em relação ao desenvolvimento, ele desindustrializa, ele desindustrializa, no caso do Brasil, pela política de câmbio e jogando todo o lucro das indústrias, principalmente das indústrias pesadas, na aplicação no mercado de capitais, e não no reinvestimento da própria indústria. Isso não foi ao acaso. Foi uma estratégia. Então, esse ajuste fiscal rentista, de cabo a rabo, de 90, tem uns 25 anos. Terceira intocabilidade, exportação de capitais, incluindo os paraísos fiscais. Um trilhão de reais. Um trilhão de reais. Intocabilidade. Intensificação dos ganhos dos mais ricos. A sonegação de

impostos, está aí os jornais dando dados do Ministério da Fazenda, mais de 500 bilhões sonegados. Mais de 500 bilhões sonegados. Renúncia fiscal intocável. Renúncia fiscal. Renúncia fiscal, nos últimos cinco anos, outros 500 bilhões. Renúncia fiscal, que no papel foi para estimular, estrategicamente, ramos industriais para o desenvolvimento e que, na prática, não conseguiu estimular. Já foi debatido, hoje, aqui, e não vamos debater. Somente a sonegação e a renúncia fiscal estão dando um trilhão e meio mais um trilhão em paraíso fiscal. Sobra para se governar, agora, sobre pressão do estado tomado pelo neoliberalismo, brigar para vender as hidroelétricas por 11 bilhões. É ridículo. Ou brigar para fazer o orçamento do ano que vem não depender de menos 50 bilhões. Isso é gorjeta, comparado com que o neoliberalismo fez do estado brasileiro e dos ricos brasileiros. Então, essas intocabilidades estão dadas. Outra intocabilidade também, que é muito importante reconhecer e identificar, é o chamado presidencialismo de coalizão, que foi criado na ditadura e foi negociado para permanecer depois da ditadura. O que é um presidencialismo de coalizão? A ditadura pelo poder Executivo e um Militar pôs o Legislativo de joelhos. Nos anos 90, por negociação de transição, todos nós sabemos, está cheio de textos colocando isso, uma das negociações foi manter a capacidade legislativa para o Executivo. A Lucia vivenciou isso daí. As medidas provisórias, os projetos de reforma institucional (**inaudível**) nos aspectos de 90, colocado para o poder Executivo legislar no lugar do Legislativo, e submeteu o Legislativo a essa humilhação, comprando a dinheiro, comprando na corrupção, comprando no fisiologismo. Então, esse presidencialismo de coalizão, onde o Legislativo indica a maior parte do segundo, terceiro, quarto escalão, em toda a rede de ministérios, se vendendo, e deixa o Executivo continuar a legislar, vem até os dias de hoje. Passou pelos tucanos e passou pela coligação do PT. Então, os frutos nós estamos colhendo hoje. Mais sobrou, a última coisa que é intocabilidade, mas, estão tocando agora. É a última, mas, que estão começando a tocar agora, os espaços concedidos para o neoliberalismo. Que espaços concedidos foram esses? Incluir, mas só no padrão de consumo. Elevar o padrão de consumo para algumas dezenas de milhões pelo salário mínimo, acima da inflação e pelo Bolsa Família. Essa inclusão, obrigatoriamente, pelo mercado, pelo consumo, até certo ponto. Que ponto é esse? Com régua milimétrica medir os ricos ganhando exponencialmente, cada vez, muito mais, muito mais dos que os recém- incluídos, que apenas passaram a consumir. A maior parte era sequer consumidor. E o segundo espaço concedido, atenuar a crise, a crise agora 0.8, a última crise do capitalismo mundial, 0.8, com bancos públicos, o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica colocando recursos públicos, pelos bancos públicos, em certos ramos empresariais, para atenuar o desemprego e atenuar a crise brasileira, foi concedido. Esses dois espaços concedidos foram brecados, quer dizer, a concessão já (**inaudível**) e agora para com os dois e estão parando com os dois e estão parando com as duas. No caso da inclusão pelo consumo até com ameaças de regressão. Então, dentro dessa penúltima, que é o presidencialismo de coalizão, estava embutida toda uma discussão que já foi colocada, aqui, também, e eu não vou mais gastar... mas eu quero levantar essa questão. Foi colocado várias vezes o tal projeto de Nação e o tal projeto de poder, quer dizer, nós engolimos só projeto...nós engolimos não, a sociedade brasileira engoliu projeto de poder nos 25 anos. Primeiro foi o poder pelos tucanos, porque o projeto de Nação já estava dado, internacionalmente pela globalização neoliberal. E a partir de 2003, a sociedade brasileira engoliu e delegou confiança a um projeto de poder também, da nova coligação que assumiu o poder em 2003, para fazer essa inclusão pelo mercado, e segurar um pouco a crise, sem transformar nada da estrutura neoliberal. Então, nós vivemos 25 anos de regime centro-direita

e não de centro-esquerda. Essa é a maior verdade. Isso não quer dizer que foram iguais em tudo. De 2003 para cá, no bojo do centro-direita de 2003 para cá, teve uma ala centro-esquerda, que nunca morreu, e que nós não estamos sós, e que está crescente hoje. A esquerda dentro do PT, os projetos de centro-esquerda estão se multiplicando por aí. Isso que o Eduardo Fagnani trouxe, hoje, aqui, está sendo gestado um projeto, esse, sim, de centro-esquerda. E por último, é só um alerta para os jovens que estão aqui dos núcleos, eu acho que não podemos fugir da discussão, e a Carmen colocou isso aqui também, precisamos discutir diante de fatos concretos da nossa militância diária o que é ser de esquerda hoje? E o que é ser de centro-esquerda? Nós temos mais de um século, desde o começo do século passado. De uma evolução de centro-esquerda, passando pelo Keynes, pelo Keynesianismo, pela social democracia, depois veio a crise de 29, que acelerou o projeto de centro-esquerda, o Keynesianismo. Veio o **Bretton Woods** depois da Segunda Guerra Mundial, onde os EUA puseram o dólar para ser a moeda padrão no mundo, criando o FMI, criando a Organização Mundial do Comércio, criando o Bird, o Banco Mundial, depois veio a crise de (?) e agora... essa marcha de resistência, e, hoje, começou a ceder o projeto social-democrata, que é um projeto que se fortaleceu muito, principalmente, na Europa, mas em outros países também, instituições sociais fortes, com opinião pública e mobilização social muito grande, que estão sendo comidas pelas beiradas, mas não destruíram a estrutura central do projeto social-democrata ainda... o que isso quer dizer para nós? Está dando algum recado para nós? O que é montar um projeto de centro-esquerda no nosso país ou só um projeto de esquerda? E ao montar um projeto de centro-esquerda para valer, o que é abdicar da esquerda querer ir para o poder no prazo que ela quer ir? Ela não perder a sua legitimidade, a sua autenticidade e a sua imprescindibilidade dentro do setor esquerda, mas as esquerdas concordarem e brigarem, ombro a ombro, com outras forças, que são as forças que, inclusive, majoritárias na sociedade, que não são de esquerda, mas em um projeto antineoliberal e anticentro-esquerda. Como trabalhar isso?

Lenaura

Meu líder. Vamos passar imediatamente as perguntas. É melhor abrir as perguntas para o Silvio que vai embora, não é gente? Ele tem que sair às 17 horas. Vou abrir para três perguntas ou quatro de dois minutos, perguntas para o Silvio (**conversa paralela para definir a ordem**)

Thiago

Sobre essa caracterização Silvio. Eu acho que a caracterização da ofensiva ideológica, eu acho importante a gente colocar. Eu queria que você explorasse mais até do lugar de onde você vem na discussão do Le Monde, porque, ultimamente, eu estava tentando fazer uma pesquisa sobre aquele ranking dos 10 livros mais vendidos nas livrarias e é um indicador interessante, porque tem quem use esse indicador como um indicador da ofensiva ideológica, inclusive. E boa parte do livro do Rodrigo Constantino, do Olavo de Carvalho e aquele grande filósofo norte-americano não saem da lista. Da lista dos livros mais vendidos. É uma coisa que está forjando muito a gente, está forjando muito ideologia e, assim, eu queria juntar isso com a

caracterização que o Andre Singer coloca, que foi abordado, inclusive, hoje, pela manhã, da coisa do nosso povo, do povão brasileiro não querer o conflito. O Singer, ele diz isso que o subproletariado nega um pouco o conflito, o conflito, do ponto de vista, não quero projeto de polaridade. Ele quer melhorar de vida, mas não quer conflito aberto com a sociedade. Isso, para mim, coloca a gente para remeter o tipo de caracterização que a gente vai fazer de qualquer governo que assuma. Se a gente lembrar o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, o PNH3. A reação que teve o PNH3. Teve reação do ponto de vista dos militares, teve reação da mídia, porque o PNH3 propunha a democratização da mídia. Não era controle econômico da mídia, era democratização da mídia. Ele trazia no seu bojo a reforma agrária, tanto é que teve gente que disse “olha esse PNH3 é a pauta do comunismo no Brasil, disfarçada em Plano Nacional de Direitos Humanos”. Quem lembra da polêmica do PNH3, sabe, que foi exatamente isso, que vários ministérios tiveram, porque, assim, isso, para mim, remete, mais do que a gente dizer isso aqui é de direita, isso aqui é de direita isso é de centro-esquerda ...como é que a luta de classe se concreta no Brasil, colocou o Governo, vamos colocar da seguinte forma, mais progressista do que o povo brasileiro conseguiu eleger, desde a época da democratização, porque isso remete como o povo brasileiro enxerga a política. Porque o Andre Singer, quando ele faz aquela análise do perfil esquerda direita coloca que o perfil do eleitorado brasileiro está migrando nessa escala para a direita, de uma forma geral, que tem a ver com a ofensiva ideológica. Eu gostaria que você comentasse um pouco sobre isso.

Renato/núcleo RJ (politécnica)

Meu nome é Renato. Eu sou do núcleo Rio de Janeiro. Eu (?) na Politécnica. Eu quero perguntar um pouco na... hoje, a gente percebe que a mídia... hoje, de manhã, alguém falou, por exemplo, “na década de 50 ainda tinha um jornal que a gente conseguia fazer isso e tal”... hoje, existe a internet, as mídias, na internet as redes sociais e tal... e um pouco desse impacto, como é que se faz essa disputa ideológica dentro desse campo, trazendo uma coisa das lutas de classe, conceito que Mojica fez questão de falar, quando esteve, aqui, no Rio de Janeiro, e da forma como se apresenta. Eu acho que o último dado que a gente pode ver é a repercussão que foi, por exemplo, a prova do Enem. Trazer um tema que para alguns aquilo foi um tema que ficou pauta da esquerda, que não é uma pauta da esquerda, é uma pauta civilizatória. Eu queria um pouco que você pudesse falar sobre isso e também trazer um panorama como na América Latina, como é que se dá essa disputa midiática, pensando que a América Latina, recentemente, tem tido vários episódios de fortes enfrentamentos todos com uma articulação muito bem feita, principalmente, com a associação do grande capital, com apoio do governo norte-americano, das instituições mundiais, como o Euro, o Banco Mundial. É só lembrar um pouco de como foi colocado, na época, a questão do Síriza estar ganhando na Grécia. Como o plebiscito foi anunciado. Eu quero que você possa aprofundar um pouco mais isso.

Lenaura

Mais alguém? Eu tenho uma pergunta então. Silvio, se você puder falar, rapidamente, assim, eu não acompanho esse processo e não sei se outras pessoas, aqui, no Cebes, acompanham, mas como é que está esse processo de democratização de meios? Como você avaliaria isso no

Brasil, hoje. A gente sabe dessa coisa de que nunca foi regulamentado o artigo constitucional. Havia uma discussão, o governo recuou bastante, disse que não vai mexer nisso. Eu queria que você pudesse dar uma ideia sobre isso. E a outra questão era se você também pudesse falar dessa coisa bem importante que você fala que é da construção das narrativas e você cita o Chico Oliveira falando que “quem põe na agenda, delimita o campo”, mas, na verdade, tem uma limitação para esse campo delimitado. Eu me lembrei muito de um exemplo que eu dou muito para os alunos. Aqui, no Rio de Janeiro, houve um caso, que virou notícia nacional, não sei se as pessoas lembram. O menino que foi arrastado no carro. João Hélio, que foi arrastado no carro que fechou a porta e bababa. Aquilo, gerou uma comoção nacional e aquela discussão que tinha os assaltantes tinham 10 anos, 12 anos alguma coisa...logo se discutiu a redução da maioridade penal, que não é uma discussão como está agora, ou seja, imediatamente, o Lula se manifestou, em algum momento, recusando essa ideia da redução da maioridade penal e colocando a questão clara dos direitos dos jovens e tal. Quer dizer a Lei de Proteção aos Jovens e Adolescentes é uma Lei Progressista. Quem colocou na agenda isso delimitou essa impossibilidade de discussão, de entrada nesse campo da maioridade penal, mas, hoje em dia, não. Hoje em dia já mudou. O campo foi aumentado, digamos assim, transbordou. Agora, já se discute a redução a maioridade e já tem, está sendo discutido ainda não foi aprovado, totalmente, mas existe o risco real de ser, embora ela tenha sido colocada em um outro campo narrativo, vamos dizer assim.

Silvio Caccia Bava

Eu quero agradecer as perguntas. Estou gostando muito do debate. Eu acho que enriquece todos nós. Vou tentar fazer o caminho contrário, do fim para o começo. Eu acho que nós temos que avaliar. Eu ainda não encontrei um trabalho suficientemente esclarecedor, qual é o impacto da atitude da mídia, que nós estamos tendo, hoje, no Brasil, por exemplo, fazendo a cobertura dos crimes, das mortes, das tragédias. Estatisticamente, os menores de idade incorrem em menos de cinco por cento dos crimes que existem. Não daria nenhuma margem para discutir que você vai resolver a criminalidade com redução da maioridade penal. Não faz sentido. Não tem. Mas é aquela máquina de comunicação funcionando toda hora. O governo nem foi muito contra porque parece que 87% da população é a favor da redução da maioridade penal. Imagina onde é que nós chegamos com essa história. Então, eu vejo que tem uma agenda, que está se impondo, voltamos para o tema da agenda, que é da família que tem que ser homem, mulher e criança, que é o combate as discriminações, à homossexualidade que é a reafirmação, vamos dizer assim, da discriminação de cor, gênero. Então, é uma agenda medieval, vamos dizer assim, que nós estamos voltando para trás, mas que está lá por causa de uma bancada evangélica, fundamentalista, está lá por causa das escolhas que foram feitas a partir do financiamento empresarial de campanhas. A democratização dos meios, de fato, eu não vejo. Eu acho que o que nós tivemos foi algum tipo de democratização em função de saltos tecnológicos: a internet, as redes sociais, Não é que a democracia permitiu o surgimento da rede social. Rede social aconteceu independente disso. E eu acho que tem um espaço de contestação, tem o espaço de reflexão, tem o espaço de crítica. O nosso site do jornal tem 200 mil acessos por mês. Sete mil, oito mil por dia. É um bom acesso. A gente está satisfeito com esse tipo de coisa. Vai além do jornal impresso. Então, é uma forma de saber

aproveitar, saber utilizar isso. Em termos de regulação não tem. Nada. Nem o Governo foi capaz de cortar a propaganda para os jornais que batem sistematicamente nele. Ele não é obrigado a pagar propaganda para eles. Com relação ... o que vende mais é autoajuda, é como ficar rico, é o empresário de sucesso, quer dizer, o empreendedorismo. Isso chama-se ideologia do individualismo, da competição, do consumismo, de tirar vantagem. Outro dia eu fui ao supermercado. Isso já faz uns dois anos, mas eu gosto de falar. Eu estava na fila do caixa, entra um fulano, na minha frente, e diz o seguinte: “desculpa, eu saquei primeiro”. Parecia um cowboy. Entrou na minha frente e pronto. Não tem solidariedade. Está faltando. Uma vez eu estava em Montreal. Subi uma escada e fui dar em uma praça. Imediatamente, uma mulher que estava com um carrinho na minha frente, ela olhou para mim, assim, olhou para mim, cumprimentou e sorriu. Eu olhei para trás para ver se tinha alguém que ela conhecia. Eu não estou acostumado com esse padrão de sociabilidade. É muito diferente. Eu acho que a gente não percebe nisso. Outro exemplo, perto de Recife tem umas cidadezinhas, que são no litoral, e eu observava que todos os terraços das casas estavam gradeados. Então eu cheguei para alguém e falei “mas tem muito ladrão aqui?” “Não, mas a televisão fala que tem a gente se previne” (resposta). Eles inventaram gaiolas para morar dentro por causa dessa pressão midiática. Entende. Isso influi muito, vamos dizer, no comportamento. Eu queria falar uma última coisa, que eu acho que, enfim, está nas minhas preocupações. Eu disse para vocês que eu acho que tem muita organização de base no Brasil. E eu acho que tem mesmo. Mas elas são referidas as questões mais imediatas, mais do seu território, mais particulares, se você quiser, corporativas, coisas assim. Fazer com que essas pessoas reconheçam que o seu problema é o mesmo problema como o de outras comunidades e, portanto, precisa de uma solução coletiva, portanto, precisa de uma solução de política pública, é essa passagem, vamos dizer, assim, que nós temos que nos esforçar para fazer, porque as demandas estão estourando, mas como é que vão se traduzir em política. E eu volto para o Rancière, que a Carmen citou. A política só acontece no momento em que os que não têm demandam parte do que existe. Antes disso não tem política. Então, por exemplo, se o nosso sistema democrático não processa as demandas daqueles que não têm, ele não está funcionando politicamente. Não tem política. Foi sequestrada a política. E se nós queremos fazer política, nós temos que formular as demandas dos que não têm. O último comentário, eu me lembrei, inclusive, um documentário da Andre Singer, a respeito do subproletariado conservador que não quer se arriscar à mudanças. É o pessoal mais frágil. Subproletariado é lá embaixo no nível de renda, no nível de qualidade de vida e tudo mais. Eu me lembrei de um fulano mais antigo. Chama-se Étienne de La Boétie. É um jovem, que aos 28 anos, mais ou menos, em 1546, escreveu o seguinte: “eu observo que todo mundo obedece o soberano. Todo mundo teme o soberano, mas aqueles que temem o soberano são infinitamente muitos mais do que o próprio soberano e mesmo o seu exército. Se esses que temem, que adquiriram uma atitude de servidão voluntária, retirarem essa condição de servidão, perante o seu soberano, ele cai, não precisa nem ter guerra, ele cai.” Quer dizer, o que nós estamos assistindo, de uma certa maneira, a partir da guerra da água de Cochabamba, desses processos eleitorais, que retiraram as elites dos governos na América Latina, é essa descoberta de que você pode retirar a condição de servidão voluntária e mudar a sua atitude, que a gente chama de cidadania ativa. Essa descoberta tem muito a ver com a troca das experiências de vitórias, porque você acredita que você pode ganhar a parada. Então, o que eu queria concluir é eu acho que a nossa aposta tem que ser nas articulações regionais, tem que ser nos fóruns, tem que ser nas redes que vão

politizar as demandas, quer dizer, você politiza o social, como o próprio Nelson falou “veja só como as centrais sindicais estão neoliberais. Elas estão indo para o setor privado para buscar o seguro saúde”. Isso é politizar o cotidiano, quer dizer, ele observa um comportamento cotidiano e transforma em uma questão política. E a outra coisa é socializar a política. A política não é para os políticos. A política é para nós e para que a gente faça política, nós precisamos ter manifestações coletivas, porque o neoliberalismo trata o indivíduo em relação ao Estado. E o que o pobre do indivíduo pode frente ao Estado todo poderoso? Que tem alguma coisa que ver como são selecionados os quadros das conferências, os representantes. É muito importante ter um Cebes, ter associações, ter espaços que possam discutir a política e se propor a defender no espaço público, falar com aqueles com quem a gente, normalmente, não fala. Era isso. Eu quero agradecer o convite do Cebes, da Ana. Para mim é sempre um prazer estar com vocês, aqui, da área da saúde. Eu tenho a maior admiração pelo trabalho. Só peço desculpas porque tenho que ir embora mesmo, senão eu fico, aqui, sábado e domingo. Muito obrigado.

(mudança de clipe) 25

Lenaura

Continuando as inscrições gerais: Ana, Paulo, Nilton, Eduardo, Cristiano.

Ana Costa

Eu quis me inscrever primeiro porque eu queria um pouco convocar para o desafio, que a gente tem, aqui, até o final do dia, que é construir esse conjunto de estratégias, a partir dessa mesa, de estratégias de luta. Para mim, o que está posto, não só sobre a perspectiva da 15ª, mas daqui para frente, inclusive, como compromisso que a gente assume frente ao coletivo do Brasil Justo e Democrático de construir um documento específico da saúde, para compor esse projeto político, o que está posto é um conjunto de desafios, que eu vou começar a comentar e colocar em debate com vocês, que eu acho que é importantíssimo. Primeiro, o nosso grande debate, hoje, o nosso grande desafio, na verdade, é romper o discurso fragmentado e na perspectiva de trazer para nós um compromisso de desenvolver uma estratégia de politização, de politização efetiva, para o campo dos nossos projetos políticos. E, nesse contexto, nós precisamos recolocar qual é o modelo de Estado, que garante o nosso projeto de saúde. Mas qual é o projeto de saúde? Acho que isso nós precisamos discutir, fortemente. Qual é o projeto que nos unifica aqui? E esse projeto inspirado muito no nosso debate sobre conjuntura setorial e o que a Carmen traz aqui, eu acho que não pode mais o discurso da defesa do SUS vazio e sem adjetivo... (conversa e fala fora do microfone)... Então, a retomada de um debate sobre a saúde envolve a defesa de um SUS constitucional, e não esse abstrato, mas um SUS concreto, que nós desenhamos no passado, e que já foi corroído pela reforma da reforma, que já vem sendo corroído pela ausência do orçamento, pela retirada de parte do orçamento da Seguridade Social, pelo esvaziamento de todo um projeto de mudança de modelo e tudo isso. Então, é essencial retomarmos todas as pautas de um SUS público, universal, integral com

participação popular. Essencial. É importante também analisar o em torno. Esse em torno que, por exemplo, nos engabela da gente apoiar o Mais Médicos, indistintamente, sem lembrar que nós estamos há 28 anos de atraso de resolver a questão da força de trabalho de saúde. (mudança de clipe) 26 ... de um financiamento crônico que está posta e que é um tema. E, principalmente, o Thiago falou aqui de manhã, discutir a questão da presença do setor privado, no Brasil, que vem adquirindo real, financeira e politicamente, cada vez, um poder maior. E não basta a gente levantar as fortes bandeiras necessárias de ser contra subsídios, contra renúncia fiscal e contra toda essa presença desregulada, mas, essencialmente, qual é o tamanho desse setor privado? Nós já somos 25, mais de 25%, quase 30 milhões. É isso? Se vamos perder esses 500 milhões, agora, vamos regular para 20? Como é que é isso? Como é que nós vamos trabalhar com estratégia de realmente definir o sistema constitucional, que deveria ter sido único e com a soberania absoluta sobre o setor privado, inclusive. Então, nessa perspectiva, eu queria lembrar um documento, que foi feito no tempo em que Sonia dirigiu o Cebes, que deve ser sempre lembrado, e que eu acho que deve estar sempre na pauta do Cebes, que é um clima de celebrar o conquistado, mas não colocar o conquistado no altar e endeusar esse conquistado e perder o senso crítico da análise crítica sobre o que nós temos, enquanto SUS. Nós temos que repudiar o inaceitável. Então, esse documento que chama, exatamente, assim, *Celebrar o Conquistado e Repudiar o Inaceitável* exige que a gente reconheça o SUS que nós não queremos. Exige que a gente recupere a indignação sobre o que nós não queremos que envolve desde a questão do trabalho precário, da corrupção, do subfinanciamento, da discriminação, do tratamento mau que não resolve, da cobrança por fora, da dupla porta, a inexistência de redes integrais, que só se restringe a Atenção Básica. Nós estamos equivocados de fazer um discurso simplista em defesa da Atenção Básica, sem defender rede integral, porque isso não garante integralidade. Nós precisamos repudiar a inaceitável longa fila de espera, desesperadora fila de espera, o difícil acesso. A questão do não atendimento do aborto, agora, inclusive, agravado por essa nova legislação que está aí colocando mais restrição ao atendimento em caso de aborto legal. A questão da maternidade. O parto que não se resolve. A mulher que tem porta fechada e que pare no meio da rua. Então, todas essas questões nós não podemos deixar de politizar nesse projeto, porque, isso, inclusive, vai ser uma estratégia, vai ser o nosso caminho de conversar com o povo, porque é isso que o povo, o povo que eu estou dizendo usuário, trabalhador e gestor, que são os atores da saúde, vivem no cotidiano. Então, nessa perspectiva, é claro que nós não podemos deixar de lembrar das condições que estão postas para que isso aconteça; discutir os aspectos das políticas de Ciência e Tecnologia, de mais dinheiro, de mais gestão, de mais controle, de mais participação; mas sempre tendo como foco esse conjunto de demandas para que a gente possa, de fato, politizar e buscar mais da opinião pública e tentar fazer com que essa conferência fale ao povo brasileiro sobre o que deve ser o projeto de saúde. Então, acho que por aí.

? (conversa informal combinando o tempo para discussão)

O ideal seria a gente manter dois minutos... ainda vai passar da hora prevista para acabar. Então, eu vou manter dois minutos e dou uma guarita de uns 10 segundos mais ou menos.

Tem uma lista enorme. Tem 10 pessoas para falar. Entendeu. Depois a gente discute e abre de novo se a gente desejar continuar.

Nilton

Sou professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. Estou, atualmente, na diretoria da Abrasco, junto com a Marília, que acabou de sair, e tentando articular lá, junto com as companheiras que vieram aqui também, a Natália e a Ingrid, o Cebes Uberlândia. Vou tentar ser bem breve assim. Vou reduzir o que eu queria comentar, também um pouco sobre as duas falas, e dialogar um pouco com a professora e com o que o Nelson disse. Eu acho que, talvez, um dos nossos grandes entraves na construção da democracia e da garantia do acesso universal à saúde seja o que já foi bem tratado, de manhã e à tarde, a questão do nosso modelo político, partidário ou não, mas o nosso sistema político. E pensando do ponto de vista, e sendo bem focado agora por conta do tempo, como que o sistema político interfere, hoje, no nosso modelo de gestão, no nosso modelo de atenção à saúde no Brasil. Eu queria ouvir um pouco dos dois com relação a isso que a professora apresenta de uma das partes do modelo político, do modelo de gestão, que é a participação popular, que é a gestão participativa, que tem todas essas dificuldades, dilemas e desafios, que foram apresentados, mas que, por um lado, o sistema político geral é um dos causadores disso. Quem define hoje os gestores da saúde, não é de longe movimento social, não é de longe competência técnica, a militância do sujeito ou o envolvimento do sujeito na pauta da saúde. O que define, hoje, é o interesse político, partidário e, principalmente, poder econômico. Hoje ainda o poder econômico é que define o gestor do sistema de saúde. A maior parte, eu estou fazendo um estudo recente na região de Uberlândia, Triângulo Mineiro, a maior parte dos secretários de saúde tem o pé, para não falar os dois pés e o corpo todo, no sistema privado de saúde. Esse é um dos elementos que o poder econômico entra de forma radical no nosso sistema político e na nossa gestão do SUS. Isso é um fator. O outro fator, e aí o secretário lá da Bahia, também vem daí. Vem do sistema privado, vem da lógica de planos de saúde, vem do financiamento empresarial de campanha dos planos de saúde. Então, o poder econômico, ele entra de várias formas, na escolha, na definição do nosso sistema de gestão, da nossa gestão do SUS. Por outro lado, e aí alguns estudos já mostraram isso, mais de 70% dos secretários municipais de saúde não têm sequer experiência, não têm sequer formação, não têm sequer militância na área da saúde. Do outro lado, nós sanitaristas, nós defensores do SUS também deixamos, a partir da Constituição, professor Nelson fala muito isso, **(inaudível)** do SUS, então, vou tentar finalizar, nós abandonamos, e acho que é reflexo um pouco, os fóruns do Cebes, os fóruns da Abrasco, os fóruns da reforma sanitária, nós abandonamos o movimento social. Nós gestores, nós militantes do SUS, acreditando na potência que a instituição tem, instituição poder institucional, secretarias, ministérios da saúde, na potência que esse espaço tem na consolidação do direito à saúde, nós esvaziamos os movimentos sociais e fomos para dentro da instituição e, agora, eu queria fazer um pouco mais de análise, mas não vai ser possível, agora, nós estamos fazendo o processo inverso. Nós estamos sendo expulsos da instituição, da instituição que a nós ocupamos, porque a gente acreditava que era ali a luta, e não é só ali a luta, a luta se dá em outras arenas, e não só na arena institucional, mas nós estamos sendo expulsos. O Ministério da Saúde é só um exemplo. Agora, nós temos, pela primeira vez, desde

muito tempo, o primeiro ministro que não tem nenhuma discussão, nenhuma origem, nenhuma história de militância no SUS. Mas não é só isso. As secretarias, em geral, todas, foram esvaziadas dos militantes do SUS. Eu queria que vocês comentassem um pouco isso, porque o controle social sofre, exatamente, essa questão. Queria depois até fazer uma outra fala. Mas como nós, militando na área da saúde, como que a gente dá potência, dá força para o movimento social e agora como a gente pode interferir na gestão institucional, na gestão do estado brasileiro, na gestão da política pública de saúde, de uma forma muito mais orgânica, muito mais no conceito do Gramsci, do intelectual orgânico, que vai estar no movimento social e não só na instituição. Obrigado.

Eduardo Vasconcellos

Boa tarde a todos, eu sou Eduardo Vasconcellos. Eu sou ativista do Movimento Antimanicomial e nós estamos, agora, com uma questão de urgência. Há dois dias, nós recebemos a notícia de que a Associação Brasileira de Psiquiatria e o deputado Osmar Terra têm uma audiência marcada com o novo ministro, que é, exatamente, esse ministro que a gente tem aí, e o receio que a gente tem é que se a gente perde a coordenação de Saúde Mental, nesse momento, vai ser um retrocesso imenso no campo da Saúde Mental. Então, o que nós estamos fazendo? Nós estamos mobilizando nossos companheiros para pedir uma audiência e ao mesmo tempo manifestar a nossa expectativa e dizer “olha, estamos aqui e estamos atentos ao que está acontecendo lá”. Nós conseguimos redigir uma carta de pedido de audiência e estamos querendo o apoio dos companheiros das entidades, que estejam aqui presentes, no sentido ... eu não vou ler a carta e vou deixar aqui disponível, e as entidades que queiram participar conosco poderiam assinar e nós vamos estar encaminhando para o ministério, na quarta-feira, antes, inclusive, da audiência dos nossos amigos, entre aspas, da Associação Brasileira de Psiquiatria e o deputado Osmar Terra, que vocês conhecem bem que está defendendo um retrocesso na política de drogas nesse país. Obrigado. Eu vou deixar a carta, aqui, e já correndo eu vou deixar vários exemplares, e vou estar aqui à disposição para quem quiser apoiar. Nesse momento, estamos abertos, principalmente a assinaturas institucionais, mas também quem quiser assinar como profissional... nós vamos fazer, como é coleta nacional, nós vamos colocar os nomes. Nesse momento, então, os nomes das entidades e os nomes dos profissionais.

Ana Costa

Olha só, gente, eu vou ter que falar sobre isso, porque é uma posição da instituição, e eu tinha conversado com o Eduardo, ontem, uma posição do Cebes tem sido manter um distanciamento crítico em relação a defesa de nomes, vocês viram, inclusive, nós temos tido o maior cuidado em defender projetos políticos e não entrar nesse metiê de defender nomes. Nós temos a maior preocupação e comungamos com a Abrasme e com todas as entidades da luta antimanicomial em relação ao risco de retrocesso. É verdade. Setores do PMDB são vigorosamente articulados com a psiquiatria convencional e é um grande risco, aliás, nós temos celebrado muito a aproximação da luta antimanicomial da defesa do direito á saúde, que realizava-se um certo apartheid. Então, é muito importante essa nossa aliança. Entretanto,

eu acho que nós temos que fincar pé na defesa da política, na defesa da reforma psiquiátrica, na defesa de todos os princípios e tirar essa carga da questão de nome da coordenação. Na verdade, defender, intransigentemente, que o Ministério se compromete com a manutenção e a radicalização, e, não só a coordenação, toda a SAS, porque é uma rede, que tem que se integrar, inclusive, com os demais serviços, envolve a Atenção Primária, envolve todo o conjunto da rede de saúde. Então, eu acho que, nessa perspectiva, é que eu queria dizer que a posição da instituição tem sido essa e a gente vai encaminhar sim, e isso que eu queria dar como notícia, aqui, para vocês.

Eduardo Vasconcellos

Eu só queira colocar para vocês que a carta só solicita audiência com o ministro da saúde para apresentar suas propostas e preocupação sobre a política de Saúde Mental, no Brasil, e expressar suas preocupação sobre a continuidade do processo de reforma psiquiátrica. Nós não estamos discutindo nomes.

? não se identificou

Então, pessoal, a gente faz um texto de um tamanho e tem dois minutos para falar. Primeiro, parabenizar esse espaço, porque como bem colocou os palestrantes, discutir política e saúde não é em qualquer espaço e, talvez, se mais espaços tivessem abertos para isso a gente estaria avançando mais. Então, estar aqui, nesse dia, já é um grande avanço. E vamos lá. Mas aí eu queria lançar um questionamento frente a essas problematizações de se criar consensos e frentes, que eu acho que foi mais ou menos o recado, aqui, hoje consenso, frente, uma tese, cabe uma questão central, para mim, que tem um pouco a ver com o que já foi discutido ontem. Há possibilidade de consenso entre o projeto neoliberal e o ideário sócio-democrata ou socialista? É uma pergunta que eu acho que reverbera. Às vezes eu penso isso, porque se a gente está discutindo como esse projeto neoliberal está se estruturando em espaços dos governos, desde o governo Collor, até hoje, e, hoje, mais escancarado. Parece que nunca esteve tão escancarado. Então, a pergunta, e eu estou com esse problema, é de como vai fazer esse consenso, porque parece que é uma história que tem que dar **nome**. Então, é importante esse seu questionamento quando você fala “o que é direita e o que é esquerda?” Eu penso que isso é outra problematização importante, porque, ainda como eu disse, na Saúde Coletiva, que é onde eu vivencio isso, meus projetos estão lá dentro, está mais claro. Tem gente que se diz de esquerda e que, eu já disse, defende OS, que para mim é um braço claro do neoliberalismo. Para mim, isso é muito claro que no neoliberalismo, uma das ferramentas utilizadas foi privatização, precarização do trabalhador, deixar o trabalhador instável, e dobrado de joelhos frente às pressões do mercado. Para mim, essa foi a posição principal. Então, só pontuando aqui, vai ser rápido, eu prometo, só para situar... aí alguém falou de politização do cotidiano. Eu acho que, talvez, é uma tese importante, quando eu sou de um núcleo lá de Goiás, porque até então, eu via as coisas, entendia a teoria, a importância, vim aqui para o Cebes, atraída por essas questões do SUS constitucional, dessa luta, isso me atraiu, mas lá no meu cotidiano eu vejo, claramente, pessoas que eram...que, antigamente, foi da luta

desse SUS constitucional, dizer que, agora, por uma questão de amadurecimento, mudou e já acredita, por exemplo, que a terceirização e a precarização é um possibilidade dentro do SUS. Isso me incomoda, quando eu percebo lá dentro da universidade , por exemplo, o Cebes lutou contra a a EBCE lá em Goiás, e quem é a favor da EBCE? São as pessoas claramente voltadas para o mercado. Há muito dinheiro envolvido com isso. Então eu começo a ficar “opa! Aquela pessoa que me orientava é desse SUS que é a favor da EBCE e, lá no local, há uma coisa, e é isso que eu acho interessante, eu não tenho jeito de ir em Brasília e ficar lutando toda hora, mas, lá no local, eu tenho como lutar. Interessante que a luta nos educa. A partir do momento que a gente começou a lutar contra a EBCE e via que quem era a favor eram os mesmos...eram as pessoas a favor do mercado, da mercantilização da saúde, a gente também se fortaleceu e a gente, até hoje, está muito unido. Então, isso é interessante. Como que a gente vai fazer essa politização do cotidiano via nossos núcleos. É uma questão importantíssima que eu acho que a gente deve problematizar aqui. É isso.

Ronaldo Gomes,

Bom pessoal, como vocês já sabem, meu nome é Ronaldo Gomes, e eu estou correndo o risco de me tornar um chato, eu sei disso, mas eu quero, na verdade, registrar uma proposta de ação. Uma proposta de ação. E, uma proposta que eu acho que o Cebes deve, na minha opinião, encampar, porque se nós estamos aqui preocupados com a defesa do SUS constitucional, nós estamos preocupados com a defesa do SUS universal, equânime, integral, integrado, de qualidade, em todo o território nacional, público e, prioritariamente, estatal, porque senão o estado não consegue dirigir o SUS. Óbvio. E essa é uma questão, para mim, absolutamente fundamental, e é uma questão política, eminentemente, política e, não, administrativa e nem organizacional. E que questão é essa? É a necessidade, isso já foi falado e escrito por vários autores importantes, a começar até pela própria professora Carmen com o Jairnilson, em um artigo de 2007, onde discute a institucionalidade do SUS, e depois o Gastão etc. etc. para a professora Rosana Kuschmir, e o Gastão, mesmo agora, o Gastão Wagner, tem uma proposta do SUS Brasil e até a Lenir Santos, que também reforça essa proposta, embora em um artigo com o Gastão, agora recente, aonde eles demonstram uma certa dificuldade de formalizar a proposta. Mas, qual é a proposta? É superar, definitivamente, se tomar medidas, analisar e tomar essas medidas, que, na minha opinião, é uma nova Reforma Sanitária, para que se supere, definitivamente, a hegemonia político-administrativa dos entes federativos, inclusive, da União Federal, e dos estados membros e, é claro, também, dos municípios no interior da gestão e da organização das redes do SUS, n na sua governança, mas no interior da gestão e da organização, construção e etc. das redes do SUS, porque, na minha opinião, esse é o principal problema que está na origem de todos os males que afligem o SUS e as suas redes, mais esses que foram descritos aqui, inclusive os problemas relativos aos próprios conselhos e o próprio domínio dos conselhos, toda a politização, toda a subordinação do SUS e das suas redes à política partidária e eleitoral. Então, eu estou registrando como uma proposta de ação, que, na minha opinião, o Cebes deve encampar. Depois podemos discutir o como fazer isso, claro. Tem mil hipóteses. E acho que deve constar da proposta do Cebes para... da proposta política do Cebes, que se pretende construir. É isso aí por enquanto.

Lívia

Boa tarde. Eu sou Lívia do núcleo do Cebes de Recife. Juntando o debate de hoje de manhã, que acabou que não deu para eu me inscrever mais, mas eu me identifiquei muito com a fala final do Rossi. Como era o nome dele? Pedro Rossi. Porque, no momento em que ela fala de uma geração, a geração dele, que é a minha geração, e eu acho que quando a gente fala disso, a gente se reconhece. Eu vim daquele período, fiz movimento estudantil na UFPE, em um momento em que a gente vivia a plena crise do Mensalão. Então, a busca por organizar-se, a busca ... quando a gente se despertou para a luta social, a gente teve uma decepção e ficamos vagando por muito tempo. E acho, que essa geração que ele se remeteu, que é a geração dos anos 80, 90, eu acho que ela se estendeu um pouco, até agora, e eu acho que isso se expressou em 2013, quando a população foi às ruas e a gente vê bandeiras, extremamente, difusas, algumas muito legítimas, mas bastante difusas, e a gente chega, nesse momento, agora, com um desafio imenso de recompor, de construir essa unidade e de resgatar essa juventude para se organizar. E eu acho que o Cebes se coloca como instrumento importante. Eu considero isso porque eu acho que a luta pelo direito à saúde é um mote fortíssimo. Ele tem uma memória histórica e um processo que vai muito para além do acesso à saúde, como foi colocado aqui, e foi isso que nos encantou e nos fez fazer luta até hoje. Da minha geração, muitos sanitaristas, foram forjados, inclusive por política pública induzida por esse governo que esta aí hoje, como é o Ver SUS. Tem uma jovem que fez uma fala, aqui, hoje, e eu acho que a gente precisa muito apostar nessa juventude, para não perder mais uma geração. A gente precisa contar com essa força, que por mais que ainda não esteja todo preparado, mas eu acho que a gente tem um acúmulo histórico e o Cebes ajudou muito nisso. A gente tem formulações, extremamente, densas de que sistema político, de que sistema econômico é necessário para que o SUS seja viável. O Cebes já aponta isso há muito tempo e contribuiu na década de 80, por dentro da academia, fortalecendo os movimentos populares de base, o MOPS, que bebia nessa fonte, fazendo articulação político-parlamentar para viabilizar o SUS, e depois na Constituição, contribuiu e contribui com o campo sindical fazendo ponto a essa luta que o sindicato faz por plano de saúde. E eu acho que os movimentos da reforma sanitária foram, e são, extremamente, importantes para sustentar o que a gente tem, hoje, mas a gente precisa, urgentemente, ter caminhos para que essa juventude chegue, e se some ao Cebes, e aí eu queria que a gente pudesse pensar, assim como foi o Ver SUS, que, infelizmente, formou e formou muita gente em uma perspectiva muito pós-moderna, que não tem projeto de Nação. E, hoje, de manhã falou-se de projeto de Nação, e esse projeto de Nação precisa estar sendo disputado. A gente precisa construir instrumentos de formação política e trabalho de base, com todo esse acúmulo histórico que o Cebes tem, para disputar essa juventude, para não perder mais uma geração e eu acho que o Cebes tem muita capacidade para isso, compondo com a juventude, com nós dessa geração intermediária, para fazer trabalho de base com a nossa tese, embaixo aqui, nos sindicatos, no meio popular, no meio estudantil e eu espero que a gente consiga realmente sair, de hoje para amanhã, com isso. Eu acho que tem muita coisa, e que essa discussão de esquerda e direita, não é tão simples assim. Tem as esquerdas, as direitas e o desafio é justamente essa unidade. É isso. Obrigada.

Mario

Obrigado. Eu vou tentar ser o mais rápido possível e economizar aí uns dois minutos. Vamos ver se eu consigo. Eu queria fazer, rapidamente, uma exposição aqui. Um depoimento. Segunda-feira passada...eu sou do conselho do INESC em Brasília. E o INESC se reuniu, na segunda-feira passada. Chamou os conselheiros, justamente, para a gente discutir o que fazer, nesse momento, nessa conjuntura, nessa visão difusa do que está acontecendo. Eu confesso que foi uma pergunta que me fizeram, como conselheiro, e eu fiquei um pouco atônito, sem saber o que fazer, e a vinda aqui, nesses dois dias de conversa, aqui, foram dois dias muito gratificantes, para mim, e eu tenho certeza que a resposta começa a se abrir na perspectiva de que tem outras pessoas, outros grupos, outros segmentos da sociedade, que estão tentando fazer essa mesma pergunta, e eu acho que pode ser o começo de uma organização muito interessante. Aqui eu paro e vou fazer uma pergunta para a professora Carmen, de quem é completamente neófito no assunto. A senhora fez, em um determinado momento, uma contraposição entre Mais Médicos e SUS. Eu gostaria de ouvir um pouco mais sobre isso, porque nós neófitos, que não somos da área da saúde, achamos o programa Mais Médicos é uma coisa positiva, etc., inclusive a gente fala isso para os alunos. Se pudesse falar um pouco sobre isso. Tentei economizar. Obrigado.

Cornellius

Bom, eu não posso deixar de dar alguns comentários sobre participação. Primeiro, eu acho que existe um grande perigo, aliás, já é **existente**, que nós agora estamos construindo os primeiros discursos muito otimistas sobre participação. Muito otimista, porque na realidade, quando foram feitas as propostas de participação, a gente tem que reconhecer que não foi discutido muito as dificuldades, de como fazer, como a descentralização virou municipalização, porque também muitas propostas não teve nem tempo de fazer uma grande discussão. Algumas propostas avançaram e outras a gente deixou de discutir. Agora, nós temos um discurso muito pessimista. Agora nós temos um discurso muito pessimista sobre participação, o que facilita muito aos nossos gestores. **(inaudível)** que também dificultou a participação, porém em grande parte os gestores, porque a **administração** pública continua muito autoritária e os gestores se identificaram com isso. Eu conheço vários, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que compartilharam o discurso de participação social, viraram gestor e deixaram de discutir participação. Então, nós temos que ficar abertos de como construir a participação. E eu acho que uma forma ainda são os recursos de formação. Eu tenho trabalhado naquele projeto que existia, no início do ano 2000, e, depois, infelizmente, pôs gente jovem, do Rio Grande do Sul, e parou, porque falaram que foi projeto do Fernando Henrique. O projeto surgiu no governo do Fernando Henrique, mas não era um projeto Fernando Henrique. Um terceiro aspecto importante, muitas das propostas são ambíguas. O neoliberalista também defende uma participação. Eles não têm nada contra conselhos. E exatamente, nós não conseguimos pensar formas de superar conselhos, porque nós temos as conferências estaduais e nacionais, mas o funcionamento dos conselhos é muito fragmentados. As pessoas, hoje, olham dentro dos seus municípios e não veem mais nada. Isso, os neoliberais acham ótimo. Participação local. Nós temos que superar isso também. Então, eu acho que é um

grande desafio trabalhar com uma participação social, mas é importante e, por isso, nós temos que ter muito cuidado com o discurso, porque, realmente, tudo o que Carmen falou, eu concordo que tem uma série de problemas, mas que na realidade existia, desde o início, mas nós estávamos tão otimistas, que estávamos mudando a realidade, que não foram lembradas, mas existiam, desde o início, essas dificuldades. Mais ainda pelo fato que criamos conselhos no momento em que teve declínio de muitos movimentos sociais. O que o Nelsão falou acontece também, nos conselhos, as pessoas não estão representando tantas entidades. Isso é um problema. Então, muitas vezes, estão defendendo interesses muito pequenos, porque não estão vinculados, às vezes estão vinculados à entidades, formalmente, mas não... essas entidades, às vezes, mal sabem quem está representando, e, assim, os debates nos conselhos são determinados pelos gestores, que coloca a pauta e pronto.

Carlos Leonardo Cunha

Boa tarde, meu nome é Carlos Leonardo Cunha, eu participo, aqui, de alguns debates, no núcleo Cebes Rio, e eu venho trazer um pouco de contribuição de alguns achados lá da minha tese. A gente problematizou, aqui, a questão da dificuldade de se estudar Saúde Suplementar. Antes da minha entrada no doutorado, eu tinha uma visão muito otimista e lúdica da concretização do Sistema Único de Saúde, mas é importante a gente voltar a identificar esses atores, porque por incrível que pareça, a gente se aprofunda no estudo do Sistema Único de Saúde e não conhece o próprio Plano de Saúde que muitos da gente a gente usa. Não sabem quem são os dirigentes, suas origens. Em cima disso, a gente tem o grupo, que é o GP10, Grupo de Pesquisa do Empresariamento da Saúde, coordenado pela professora Ligia Bahia, lá no IESC/UFRJ. Na tentativa de quebrar esse tabu acadêmico, eu estou estudando um assunto muito polêmico, que é a assistência suplementar para servidores públicos, civis e militares, no Brasil, que, de certa forma, é um contrassenso nacional. Em cima disso, a primeira grande dificuldade foi conceituar quem é o servidor público porque o militar não é mais um servidor público. Desde 99, ele é um servidor à parte, dentro do sistema, e que o sistema militar é um mundo, comparando com países europeus, com o próprio EUA, é uma colcha de retalho esse sistema assistencial. Para se ter uma ideia, a gente pesquisa as 10 maiores empresas de grupos de planos de saúde, agora, a gente está entrando nos grupos hospitalares. A gente ainda está discutindo essa questão do grupo hospitalar, porque, no Brasil, se concentra em São Paulo, e são grandes hospitais, não são grupos hospitalares, como acontece nos EUA, e o meu foco de pesquisa é mais na GEAP, que é uma entidade privada, financiada por patrocinadoras ligadas a ministérios, associações públicas, e na identificação desses atores. Então, o que a gente observa é que há uma predileção dos próprios funcionários públicos ao não modelo de autogestão, que já é mais agravante, e, sim, aos planos privados. E que a arena de debates sai de dentro, apesar da gente observar que o governo, como foi falado, nunca se investiu tanto, se beneficiou tanto planos de saúde, como no atual governo, a emissão de decretos, portarias e normas, apesar da emissão do estado, o grande poder de decisão, hoje, está na corporação nas associações, nos sindicatos. A gente vê a entrada. Eu fiz um levantamento nos sites das secretarias de administração e planejamento dos estados e capitais brasileiras. O que a gente observa: a presença da Qualicorp fechando convênio com prefeituras, associações, conselhos de classe. Cidades, capitais brasileiras, criando os seus planos de saúde para servidores, como

exemplo lá de Salvador, que o ACM Neto criou plano de saúde para servidor, não teve condições de administrar e fechou um convênio com a Hapvida, que é uma empresa, que é a quinta maior seguradora de saúde do Brasil, do Nordeste, que está, de certa forma, fechando vários convênios. Além disso, o governo militar, além de ter uma rede de serviços histórica, tem um convênio de cooperação entre as três Forças Armadas, está se tornando cada vez mais híbrido, porque está fechando convênio com empresas de planos de saúde. A Aeronáutica fechou convênio, agora, com a própria Hapvida. Então, você vê, que é um modelo híbrido, que está convergindo capital privado, está entrando... e dentro dos achados de relatório de gestão, o próprio servidor militar, ele não se vê em uma certa categoria que tem um benefício em relação aos demais cidadãos. Ele acha que o serviço militar, de certa forma, ajuda no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, por meio de cooperação, então, ele não acha de certa forma. E assim, para finalizar, foi agora fechado um convênio entre a Caixa Seguradora com o Judiciário brasileiro, com Senado e com a Câmara Federal. Então, assim, tem que identificar quem são esses atores envolvidos, quais são os interesses, porque, assim, são espaços de discussões e de decisão dentro do Sistema Único de Saúde. Então, assim, é uma arena, que a gente quer alertar a importância de estudar quem são esses atores, que são uma forma de decisão. A gente tem que observar mesmo, de certa forma, como se dá essa relação entre o público e o privado no Brasil.

Liu

Eu sou Liu. Acho que já falei algumas vezes. Enfim, eu queria problematizar um pouquinho, porque eu acho que esse momento final, por mais que esteja tomando um pouco de tempo, é fundamental, porque eu acho que é a base, que vai nos guiar nos próximos processos de disputas políticas que a entidade vai fazer. Então, eu queria entender um pouco, quando a gente coloca lá no esboço da mesa, nessa atividade que a gente está aqui participando, como é que a gente atua a partir da contra-hegemonia? O que a gente está chamando de contra-hegemonia mesmo? E aí eu queria chamar atenção para alguns cuidados. Eu acho que a contra-hegemonia e a construção de um processo, que seja ou de defesa hegemônica do direito à saúde ou da contra-hegemonia na luta por outro processo de saúde como, por exemplo, eu acho...a gente tem que começar a discutir, a estudar a superação do modelo e do saber biométrico dentro da produção da prática do cuidado. Eu acho que a gente pouco debate sobre isso e está na hora da gente começar a olhar e reconhecer que existem outras práticas, outros saberes, que interferem e que cuidam bem, e que o SUS precisa reconhecer isso também, porque senão a gente continua afirmando uma única forma de fazer, centraliza, isso, na hegemonia médica, na hegemonia dos outros profissionais, que também é com a hegemonia do saber biométrico, do hospital e tudo. E aí eu queria chamar atenção de um cuidado, assim, voltando para a Carmen, a Lenaura e a própria Ana, em relação ao que a gente chama de cuidado. Essa entidade tem como matriz principal, do seu processo de luta política, essas grandes bandeiras: a democracia, a participação, o direito, mas é preciso, é fundamental, a gente está vivendo um momento que o SUS é isso, também, mas é também o desenvolvimento disso no concreto, que é o cuidado, a atenção, a assistência, a relação, a vigilância. Tem várias outras coisas. É o processo educativo. A gente precisa sinalizar, inclusive, e começar a atuar, porque está difícil essas agendas do ponto de vista das defesas, que tem

paradigmas e concepções do que a gente acredita. E aí nisso, eu queria pedir cuidado mesmo, por exemplo, a análise sobre a Atenção Básica ou sobre o Saúde da Família ou sobre o programa Mais Médico, precisa ter mais cuidado, quando a gente vai fazer esse tipo de discussão, porque tem várias outras coisas, além de ser um problema que se relaciona com a força de trabalho, e que tem sim, a gente precisava discutir a força de trabalho nesse país, precisava discutir como se faz vínculo direto, vínculo protegido para o trabalho, porque isso não é só da saúde. Isso está no cerne da nossa discussão capital trabalho, mas a gente precisa discutir o que aconteceu no nosso país, nesse processo, e qual é a perspectiva desse programa para outros imaginários de defesa do SUS. Que a gente não disse que quer disputar o SUS no imaginário? Então, esse, o programa Mais Médico é um, e não estou dizendo que não tenha análise crítica dele não, e que não tenho discordância de várias coisas dele não, mas vamos ter cuidado, porque, na disputa do imaginário, a gente precisa fazer a via de discussão mais próxima mesmo e quando você pergunta o que é isso? Vamos conversar melhor, então, para a gente não fazer uma fala que não caiba em uma perspectiva do diálogo. Acho que esse é o grande desafio do Cebes. Esse é o grande desafio da nova geração, dentro da condução e da diretoria, que a gente vai tirar, até amanhã, que é: Qual é o diálogo? A entidade vai precisar...tem uma tarefa histórica nossa aqui... que ela vai precisar ser um lugar de aglutinação das forças políticas. Não é por acaso que a nossa geração está aqui não, porque a gente poderia estar em várias nações, em vários lugares, mas a gente também está no Cebes, porque o Cebes é para a gente, dentro do setor saúde, um lugar, uma instituição, que carrega uma defesa radical da democracia, que é o que está no cerne, hoje, do debate. Hoje, o nosso problema é o problema da democracia e os outros estão vindo juntos, que, na verdade, a gente não consolidou a reforma que a gente estava dizendo para esse país. A gente não consolidou a democracia nesse país, por isso a gente está passando por esses grandes problemas de (inaudível). Então, é aqui, eu espero muito, de verdade, que a gente consiga sair, até amanhã, com alguns alinhamentos, não estou dizendo com isso que a gente não tenha contradição. Somos sujeito de contradição e a gente, inclusive, precisa assumir isso para poder dialogar com o outro, porque senão soa arrogante, quando a gente para o outro e diz que sabe tudo. O outro também tem contradição e a gente precisa dialogar e criar estratégia de unidade. Essa unidade. Seja no conteúdo programático, na bandeira, na Frente, na agenda. Seja na ação política que é na rua que a gente se encontra ou nas redes ou em qualquer outro lugar, onde se aglutina a força política nesse país. Vamos para frente. Estou pedindo toda hora. Vamos para frente, mas vamos ter juízo com esse tipo de discussão, porque eu acho a gente tem total capacidade. Se tem uma entidade, hoje, que tem total capacidade, não é a Abrasco, desculpe o povo da Abrasco ou de qualquer outra entidade na saúde, que tem condição, hoje, de aglutinar a luta política à esquerda, em defesa da saúde, em defesa de uma saúde de verdade, não é só de um sistema, de uma saúde que cuide, verdadeiramente, do povo brasileiro, esse lugar é o Cebes, e eu espero que a gente consiga botar em nossa ação política, essa potência que essa entidade tem.

Nádia

Boa tarde. Eu sou Nádia. Sou estudante de mestrado em Saúde Pública, na ENSP, e um pouco lembrando a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi a que deu como resultado o SUS. Eu

estudei nas minhas aulas. Eu me lembro que nas minhas aulas, nós falamos muito da preparação dessa tal conferência. Agora vai vir a 15ª, não? E me lembro que, nessa preparação, participou muito a população. Fizemos grupos direcionados à saúde da mulher, dos povos indígenas, e, agora, eu estou lembrando que o início dessa conferência, e do seminário, de ontem, falaram que essa era uma preparação para essa 15ª Conferência, mas onde está o povo? É minha pergunta. É minha pergunta também quando estou nas aulas e estamos falando o tempo todo da pobreza, dessa população, que no caso da ENSP, temos de um lado e de outro. Realmente, não está, gente. Hoje, essa mesa tem a ver com essa participação social e o que acontece para que essa participação não seja real, porque não há pessoas das organizações sociais ou da população, que estão sofrendo todas essas questões, porque, aqui, a maioria tem plano privado de saúde, mas tem gente que depende do SUS e essas pessoas é que vão estar mais atingidas por todos esses problemas de recortes, não? Então, isso, e outra questão que também me questiona, é o tema da intersetorialidade. Talvez, pudéssemos contar com a presença das pessoas da Educação, porque eles também estão sofrendo esses embates, não, e de outras questões que fazem toda a política social. Então, essa é a minha provocação.

Maria Lucia

Boa tarde. Está todo mundo meio cansado. Eu acho que estamos chegando ao final das duas mesas do Simpósio e eu acho que o Simpósio cumpriu com seu papel, que é fazer a gente refletir, pensar e sair daqui com algumas diretrizes. (mudança de clipe 27)Espero que a gente tenha conseguido juntar tudo ali o que é mais importante é amanhã de manhã conseguir apresentar uma síntese do que foi esses projetos, propostas, enfim, de ação. (mudança de clipe 28).....longo do dia inteiro. Mas como é que a gente vai fazer isso? Nós do núcleo Cebes que estamos nas diversas cidades, municípios e etc., eu acho que a gente vai ter que fazer é aprender. Não vai ter um como. Nós não vamos sair daqui com um como amanhã. Vamos sair daqui com esse desafio de construir o como fazer. Um como fazer importante foi colocado pelo professor, por várias pessoas, pelo professor Nelsão, a questão da municipalização e a questão da fragmentação do sistema. Acho que compreender o que está acontecendo nos nossos estados e nos nossos municípios é fundamental, gente. Hoje de manhã eu estava tentando lembrar quem é que falou do Banco Mundial. Onde é que está o Banco Mundial? Dá a impressão que o Banco Mundial desapareceu. Ele não desapareceu, gente. Ele está em 24 de 27 estados dessa federação, nos governos estaduais, fazendo reforma no campo da saúde, gente. Ele está em Minas. Ele está no estado do Paraná. O Paraná criou uma fundação para gerir a Secretaria Estadual de Saúde. Criou a Funes, há dois anos, e nós não fizemos nada. A gente não denunciou. E isso está sendo feito em Pernambuco, está sendo feito no Rio, em São Paulo, quer dizer, as reformas que podem estar desfigurando ainda mais o Sistema Único de Saúde estão lá nos nossos estados. Então, eu acho que o nosso desafio, como núcleo, é olhar o que está acontecendo também lá, porque dá a impressão às vezes que a gente fica esperando a ação política só se dá em nível nacional? Não, gente. O Movimento da Reforma Sanitária mostrou que a construção do SUS não foi do nacional para... foi dos movimentos sociais. Então, se nós queremos recuperar o que é o SUS constitucional, nos temos que começar a

olhar e denunciar o que está acontecendo lá onde a gente está. Eu acho que isso é um como de que nós podemos levar para lá aquilo que nós tiramos aqui como diretriz geral. Era isso.

Lucia Souto

Eu até vou continuar um pouco essa colocação da Maria Lucia e vim até conversando um pouco com a Ana Costa também. Eu acho que, nesse momento, a gente tem que ter um foco muito grande. Eu acho que a Ana colocou umas coisas importantes, o Nelsão também, de que agenda o Cebes tem que se debruçar nesse momento. Essa questão do SUS constitucional, como retomar essa ideia do SUS constitucional e, ao mesmo tempo, que Estado é esse que vai ser adequado à implantação desse SUS... que estado é esse que a gente vai precisar fazer para que, realmente, esse SUS constitucional possa ser praticado. Com relação a outra questão que eu gostaria... e aí eu acho que a gente deve, por exemplo, algumas coalizões que já são é... Conselho de Secretários Nacionais, Conselho de Secretários Estaduais, que estão em torno dessa questão do subfinanciamento. Eu acho que, nesse momento, a gente não deve deslocar, eu acho que o Cebes deve ter cuidado, de não deslocar a discussão para, por exemplo, novas institucionalidades na área da saúde. Eu acho que esse não é um tema e uma agenda pertinente para esse momento que a gente está vivendo. Então, isso é uma questão que eu acho que a gente deveria pontuar. Outra questão, que eu gostaria de levantar aqui, é nessa ideia, que eu acho que está importante, nesse momento, aqui, da gente retomar essa coisa, que até na Fiocruz, quando houve a reunião semana passada, a gente começou a conversar sobre isso, retomar, falar sobre o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que é o que você colocou, não é nem trabalho, nem nada, sumiu. Essa palavra sofreu um verdadeiro epistemicídio. Ela sumiu do vocabulário e é isso que a gente tem que recuperar esses valores do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que colocaram nessa agenda. Outra questão que eu acho que a gente deve começar a ter um olhar para nessa coisa do SUS público, do SUS constitucional é abrir um diálogo para valer com as centrais sindicais nesse País, seja centrais sindicais do servidor público, Fiocruz, de universidades públicas, seja centrais sindicais CUT, centrais sindicais, para que eles sejam parceiros da construção do SUS público, universal, integral, que nós queremos, porque eu acho que essa discussão pode ser complexa, difícil, mas o diálogo tem que haver, esse diálogo tem que haver. Por exemplo, nós temos um movimento... essa coisa do sistema Beveridgeano, que é o nosso orçamento fiscal, mas, na Alemanha, você tem um sistema que é corporativo, sindical, governo, trabalhadores e empresários, quer dizer, a gente pode também estar fazendo uma mistura dessas duas coisas. Não sei, estou colocando aqui. O importante é abrir o diálogo com as centrais sindicais, para que a gente possa não se conformar que eles já estão em outra arena. Mas como é que a gente trás eles também para essa batalha do SUS constitucional. Eu acho que é uma coisa que a gente não pode perder de vista. Principalmente, é isso.

(Mudança de clipe) 29

Marluce/ANS

Boa Tarde, eu sou Marluce. Sou sanitarista de formação. Eu atuava em Saúde Pública e, atualmente, eu atuo em um dos grandes vilões, entre aspas, eu, hoje, sou servidora da ANS, Agência Nacional de Saúde Suplementar, sou associada do Cebes e sou também da diretoria da nossa associação dos servidores lá da agência, e, como boa sanitarista, não posso deixar de participar de todos os movimentos e momentos, que a gente tem oportunidade de discutir e trazer as questões do SUS, porque acompanhava em municípios, eu atuava em secretarias de Saúde, aqui, do estado do Rio, desde 1986. Então, a gente fez na região Médio Paraíba, quem não conhece a região tem Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, etc. e eu queria pontuar algumas questões para ajudar nesse debate. Eu acho que a primeira questão que a gente precisa colocar, talvez eu seja repetitiva, em função de algumas falas, tanto de pessoas da mesa, quanto de pessoas que me antecederam. Eu quero destacar a fala do Pedro, de manhã, e das colegas que me antecederam, aqui, que, de fato, a geração que veio depois da nossa já recebeu pronto um sistema pelo qual ela não teve que brigar. Ela não teve que passar o que a gente passou e nem antes da nossa geração. Nós construímos um SUS que, quando essa geração começou a atuar, estava funcionando ou não. E uma coisa que a gente não pode cair no erro, e eu gostaria de lembrar, aqui, talvez um pouco da fala da Lucia Souto, também, o que eu acho pior, hoje, é a tentativa de apagar a nossa memória. A gente só sabe ouvir ou só ouve que o SUS não dá certo, que é ruim, é público, é ruim, e, isso, encontra eco em uma sociedade cada vez mais consumista. Uma sociedade individualista e consumista não quer um sistema solidário. Ela não quer participar de conferência. Ela não quer participar de conselho, não quer nada disso. Ela quer um plano de saúde onde ela tenha um médico que atenda, quando ela queira ir lá, no horário de atendimento. A gente não resolveu no SUS, por exemplo, as unidades funcionando no terceiro horário. O trabalhador do SUS ia para as nossas unidades, o trabalhador em geral ia para nossas unidades de emergência, de 5 às 7 da manhã e das 6 da tarde às 8 da noite, porque as nossas unidades funcionavam de 7 às 17 horas. Então, a gente não deu conta de algumas questões. Agora, dizer que não deu certo, eu acho que a gente... **um desafio**, e eu acho que o Cebes é uma instituição importante para isso, é resgatar a memória, os bons exemplos. Eu me lembro das publicações do próprio Conasems, das experiências exitosas dos municípios, e tem muita coisa boa por aí. E isso sumiu. Então, se a gente não consegue resgatar para olhar e dizer que é possível e onde o SUS foi trabalhado, como deveria ser, ele deu certo, caso contrário, a gente não estaria aqui, é um grande desafio que a gente tem. As pessoas não conhecem. As pessoas mais jovens não conhecem o SUS. E o município do Rio de Janeiro não é exemplo. Discutir, hoje, SUS dentro da ANS é um absurdo. As pessoas não conhecem nada e o tempo todo a defesa é de plano de saúde. Não é defesa de um sistema único de saúde. É defesa do modelo americano e quase consolidado. Todos falam que o SUS não funciona e quando você pergunta, mas que experiência, o que você já usou do SUS? Você usa a unidade de saúde do seu bairro? Você sabe que tem? Não. Então, um desafio é a gente não deixar a nossa memória ser apagada. E uma última coisa... sim aí que eu queria fechar. Nós somos servidores públicos, e nós não nos vemos como tal, e eu acho que a gente tem um desafio das entidades, que é resgatar a memória para poder garantir esse sistema. Eu acho que a gente tem uma questão muito séria que é mudar o conceito de sociedade consumidora, que está se consolidando. Sociedade consumidora não quer SUS, quer plano de saúde, se a gente partir por aí. Se aproximar da realidade. Nós nos afastamos de fato. Se a gente não voltar para os movimentos, não voltar para os municípios, resgatar o Conass, Conasems, não tem como, para a questão da própria Conferência, e criar sujeito. Isso o SUS nos permite, que a

gente seja o sujeito da nossa história. E é isso que assusta. É isso que faz com que a gente tenha uma ofensiva contra, porque no setor privado não tem um controle social. Não existe um controle social, não tem participação. Então, eu acho que esse é o grande desafio, era isso que eu queria alertar e trazer, aqui, hoje, para gente. Só lembrar: defender dinheiro, mas para onde ele vai. Não para mais subsídios para os planos de saúde.

Poliana/ núcleo Bahia

Boa tarde. Eu sou Poliana, do núcleo da Bahia, e minha fala vem muito no sentido que como a conjuntura está pedindo respostas e como é que a gente vai trazer e pode mudar isso que está colocado, essa crise, que a gente vem debatendo tanto, e o quanto foi falado do papel da juventude, nesses momentos, e a responsabilidade que a gente, enquanto juventude, tem de despertar mesmo nas pessoas esse sentimento que dá para se fazer alguma coisa, que dá para mudar. Minha formação dentro da militância vem muito de um tripé que é organização, formação e luta. O quanto isso, que a gente está aqui, juntos, dentro do Cebes, organizado, informando e debatendo o que está acontecendo, precisa desaguar em algum lugar. A gente precisa pensar nessas respostas para serem colocadas. E a gente, enquanto juventude, tem o papel de pensar o novo, de renovar a forma, que a política está colocada, os mecanismos, que são utilizados, e o quanto, a gente, não pode perder esse horizonte de fazer o trabalho de base, de saber dialogar com a população. E isso tem sido feito. Esse desafio tem sido colocado para a gente. A gente, enquanto juventude, no Brasil, tem acontecido uma grande mobilização nos atos públicos, se a gente observar. Quem está? Quem está protagonizando? Quem está à frente? Quem está tentando pensar novas formas e se utilizar de elementos, que a gente acredita também de propaganda de música, de intervenções visuais, para disputar a consciência das pessoas mesmo, de fazer com que se questione, porque a gente, às vezes, fica tão habituada de ficar nos espaços institucionais ou nos espaços, que sejam mesmo das organizações, mas começar entre a gente. A gente tem as divergências, mas a gente até consegue se entender entre a gente. Quando a gente faz o desafio de ir para fora, o quando isso é difícil. Lá em Salvador a gente fez o teste. A gente construiu a Frente Estudantil pela Saúde e fomos para a rua no aniversário do SUS, para defender o SUS. Vamos começar e fomos para a Praça da Piedade. É muito difícil. A gente tem esse desafio de pensar uma nova forma de colocar política. Uma nova forma que seja atrativa e que a gente consiga que as pessoas queiram estar debatendo. Que elas queiram estar discutindo, o que está acontecendo, e que seja interessante estar pensando isso, porque a gente só consegue avançar, até onde eu entendo, a gente só muda correlação de forças com força social, que é o povo na rua. Então, a gente pensar na Conferência, pensar que vai estar na Conferência. Como é que a gente vai dar visibilidade para isso? Como é que a gente vai trazer. Tem que ser atrativo, para que a gente consiga debater o que está acontecendo, porque a coisas não está boa, e que a gente precisa estar discutindo isso junto com a população.

Thais Coutinho/ núcleo DF

Boa Tarde. Meu nome é Thais Coutinho. Sou nutricionista e sanitarista, aqui, no Rio, mas, atualmente, morando em Brasília, trabalhando no Ministério, no Departamento de Atenção Básica, recentemente, agregada ao núcleo DF. Eu tenho feito um papel muito de observação dos espaços, até porque eu já participei de vários espaços coletivos de organização, e eu acho que a gente tem que ter muito cuidado, tanto com a história que a gente tem, quanto com o futuro que a gente quer construir. Não sei se ainda sou juventude ou não, mas nessa observação, que eu tenho tido de vários espaços, ultimamente, me preocupa uma certa polarização entre o que já está instituído e construído pelo que nos antecede...eu acho que a gente tem que valorizar muito o que foi construído e o que está nas nossas bases de ação. Portanto, eu acho que a gente tem que lutar, sim, pelo SUS, conforme a gente conseguiu, e eu digo a gente, porque eu me incluo nos ideais da reforma, mas o SUS que a gente conseguiu construir. Isso é muito pertinente, mas a minha maior preocupação é com o presente e com o futuro. O presente se transforma, se apresenta de uma forma completamente diferente do que é o SUS constitucional. E é esse presente que tem determinado o futuro, muitas vezes em jogo, como falou o Leonardo, como falou aqui diversas pessoas. A gente trabalha em uma base teórica, e aí eu queria tentar, para esse momento ou para os próximos, aqui, do seminário, resgatar as nossas discussões de ontem, entre o papel do Estado, o papel do capital financeiro e o que se apresenta no presente está inserido nessa arena de debate. E as nossas teses e os nossos projetos para o futuro, e aí eu tenho esperança que o Cebes, nesse momento, consiga congrega pessoas, para que a gente defina, claramente, qual é o projeto de futuro que a gente deseja, hoje, para o SUS, que leve isso para a Conferência, que vai ser um espaço importante. Essas arenas de debate não se colocam, não se permeiam, com o que está posto pela realidade. Esse é o meu grau de desconforto, quando a gente está em uma arena de debate, quando a gente está em uma arena de construção e a gente se apega ao que foi construído, sem conseguir olhar para o que está na realidade dos municípios. A gente está lá construindo políticas, construindo diretrizes na Atenção Básica, que ainda é um espaço de muita importância, que ainda é um espaço de muita construção e que ao mesmo tempo é um espaço de ataque pelo capital, de ataque por ideais da sociedade, que não se conjugam com os nossos, com o que a gente construiu, e a gente não consegue, minimamente, dialogar e, muito menos, entrar em disputa. Eu acho que a gente precisa fazer desse momento, desse simpósio, dessa arena, um momento de efetivamente um debate, claro e objetivo, pautado na realidade sobre como nós vamos dialogar com a sociedade em busca do SUS e dos direitos sociais que a gente incutiu no sistema de saúde. A gente incutiu no sistema de saúde brasileiro. E o sistema de saúde brasileiro é feito por essa correlação de forças. Não é feito só pelo público. Nem só pelo privado. Ele é feito pela conjugação dessas forças e a gente tem que saber como é que a gente vai ganhar corações e mentes da sociedade, que não trabalham na nossa perspectiva, que não trabalham com direitos, mas, sim, querendo privilégios sociais, e como a gente consegue observar e chegar a essa discussão. Essa é a minha expectativa e eu não sei se vou conseguir contribuir, mas seguimos.

Carmen

Eu acho que está todo mundo um pouco cansado, mas as falas, eu estou anotando todas essas falas e, exatamente, elas trazem um conjunto de inquietações de problemas de coisas que às

vezes a gente levaria aqui o dia todo discutindo. Eu estou tentando organizar um pouco só para a gente sair daqui pelo menos com uma visão mais organizada de que problemas e que questões a gente levantou. Eu não vou seguir a ordem das falas, porque eu acho interessante começar pela fala da Liu. Cadê a Liu, que colocou “afinal de contas, o que a gente está chamando de hegemonia e de contra-hegemonia?”, porque é o título da mesa. O título da mesa é, exatamente, *Por uma outra hegemonia, articulação e ação política por reformas, direitos sociais e saúde*. Olha essa discussão de hegemonia, o Silvio até comentou, antigamente a gente falava de hegemonia, hoje, a gente está falando de narrativas. Hegemonia é um termo que vem de Gramsci e quer dizer direção intelectual e moral, Então, quando a gente fala de construção de uma hegemonia no campo da saúde, a gente está admitindo que existe um projeto hegemônico, não é o nosso, um projeto hegemônico contra o qual a gente se enfrenta desde os anos 70. É o projeto de privatização da saúde. É o projeto de mercantilização da saúde. É o projeto que, na época, ninguém chamava de neoliberal. A gente chamava de projeto de capitalização da saúde. Está nos textos das análises feitas nos anos 70 e que, hoje, a gente chama de neoliberal, mas no fundo é a capitalização da saúde. É a subordinação do sistema de saúde, da produção dos serviços da saúde à lógica do capital. É o entendimento da saúde como ausência de doença e, portanto, a organização do sistema de saúde para tratar doentes. Nossa perspectiva é contra-hegemônica, ou seja, desde o início do Movimento da Reforma Sanitária está nos textos da Cecília Donnangelo. É importante resgatar a memória sim. Os textos da Cecília Donnangelo, os textos do Ricardo Bruno, os textos do Arouca, a primeira coisa que a gente problematizou é o que a gente entende por saúde. Está na nossa Constituição de 88. É bom todo mundo reler o capítulo saúde. Saúde não é ausência de doença. Saúde tem a ver com condições de vida, portanto, tem a ver com emprego, educação, trabalho, lazer. Todas essas questões que a gente está discutindo, agenda social, para nós são determinantes da saúde. Por isso a gente trabalha hoje, não com a visão clínica da saúde, que é a visão da medicina científica do século XIX, que é o paradigma, vamos dizer assim, o modelo epistemológico, que fundamenta a ação dos médicos do setor privado e dos próprios médicos, que atuam no sistema público. A gente trabalha com um modelo é um paradigma da promoção da saúde, da vigilância da saúde. Para nós, a construção de uma política de saúde diferente, contra-hegemônica, não é, simplesmente, organizar um sistema de saúde, mesmo que ele seja um sistema hierarquizado com a atenção básica, de média e alta complexidade. É atuar na promoção da saúde, na vigilância sanitária, na vigilância epidemiológica, na vigilância ambiental, na vigilância à saúde do trabalhador. Enfim, trabalhar com uma série de ações como saúde nas escolas, saúde nas academias, ou seja, a ideia de promoção da saúde, que a gente nem discutiu, aqui, nesse simpósio, ela extrapola, completamente, ela quebra com uma ideia, que passou muito aqui, de quem usa o SUS e quem não usa o SUS. Todos usam o SUS, nesse país, gente, mesmo quem pensa que não usa, porque todo mundo que está consumindo algum medicamento, está consumindo algum alimento, que vai em um restaurante, que vai em um hotel, que vai...isso aí a gente discute com os nossos alunos de graduação, para quebrar com essa visão equivocada de que o SUS é só assistência, que o SUS é só atenção à saúde individual. O SUS é também saúde coletiva e uma série de coisas que são feitas pelo Sistema Único de Saúde não são percebidas pela população, como sendo ações de saúde. Então, nossa luta é contra-hegemônica, porque é contra uma forma de pensar a saúde, ou seja, não é à toa que Mario Testa tem um livro *Pensar em Saúde*, porque era pensar em saúde de uma forma diferente e organizar, definir uma

política de saúde diferente, que seria uma política transectorial, que ultrapassa o setor saúde, e organizar um sistema de saúde que é muito mais do que um sistema de assistência médica hospitalar e ambulatorial. Então, isso está nos textos do Paulo Amarante. Isso está nos textos do Antônio Sergio Arouca. Isso está nos textos da Sonia Fleury. Isto está nos textos, enfim, eu posso citar, aqui, Gastão, quando a gente vai recolher o patrimônio que nós acumulamos, durante esses últimos 35 anos, para pensar a nossa reforma sanitária, isso tudo está posto lá, mas você tem razão. A geração mais nova, talvez, não tenha essa herança, porque é uma herança que a nossa geração está legando para vocês, talvez não tenha se apropriado completamente dessa herança. Isso não é problema, Nós estamos, aqui, exatamente, para isso. Enquanto a gente não morrer, eu espero ainda viver uns 10 ou 15 anos, se tiver saúde, a gente vai continuar trabalhando para passar esse legado. E não quer dizer que vocês vão, simplesmente, reproduzir o que a gente pensou. Vocês têm todo o direito, tem toda a capacidade de pensar o novo, porque as circunstâncias em que a gente pensou a reforma sanitária não são as mesmas que vocês vivem hoje. Eu diria que nós enfrentamos uma ditadura militar, então, para nós a questão central era democratização da saúde. Não era nem a cidadania. A cidadania foi como a gente traduziu a questão da democracia na saúde, na Constituição de 88, foi o que foi viável, mas o início do Movimento da Reforma Sanitária pensava em uma democratização radical. A gente estava pensando sobre uma perspectiva de socialismo democrático. Era um projeto socialista, desde o princípio, e pensamos na socialização da saúde, na democratização da saúde como transição para o socialismo. Isso está nos textos do ...colega de Sonia Fleury, que escreveu com ela, naquela época, Jaime Oliveira. Ninguém lê mais o texto do Jaime e está lá no texto de Jaime, dos anos 70. Um texto belíssimo, todo influenciado pelo debate que partido comunista italiano fazia na época do eurocomunismo na Europa. Hoje, não é isso que a gente tem, mas é importante para a gente resgatar de que democracia a gente está falando? De que socialismo a gente está falando? De que esquerda a gente está falando? O que é ser de esquerda e o que é ser a favor do capital ou ser a favor da vida, da defesa da vida, como traduziu o Gastão, da defesa das condições...de que sociedade a gente está falando? Que tipo de sociedade a gente sonha para o Brasil para o futuro? Uma sociedade que copie o hiperconsumismo de uma sociedade como a americana? Que polui o planeta do jeito que polui o planeta? O Jairnilson, outro dia, citou um dado, em um debate nosso, dizendo o seguinte: o que os EUA , a população norte-americana produz de lixo, se todos os países do mundo passassem a produzir a quantidade de lixo que a sociedade americana produz, o planeta estaria destruído. E vocês assistiram o Wall.E ? Quem assistiu o Wall.E O Wall.E é um desenho animado que mostra o planeta sendo, totalmente, tomado pelo lixo industrial. Todos os mares poluídos. Toda a água destruída. Então, se a gente entrar no padrão de consumo americano, a gente está mal. A gente tem que pensar, inclusive, em que tipo de sociedade a gente quer viver. Enfim, o nosso projeto é contra-hegemônico, eu estou repetindo essa coisa, é contra-hegemônico, porque pensa a saúde, a sociedade, a vida, o Estado, de uma outra maneira. Foi possível a gente implementar essa utopia, o Arouca chamava isso de utopia concreta, não, porque nós estávamos, como foi dito aqui em várias mesas, no ponto fora da curva, ou seja, enquanto o mundo estava vivendo um projeto neoliberal, já com a queda do socialismo real, que aconteceu em 89, a queda do muro e tal, a gente estava aqui sonhando com a construção de um estado de bem-estar social, que contribuísse com a democratização da saúde, para politização da saúde e para ampliação de um debate sobre a possibilidade de um socialismo democrático nesse país. Um socialismo não

como o cubano, mas mais parecido com o que o Chile tentou em 73 e acabou em banho de sangue. A história é importante sim, porque foi o que se pensou, uma transição democrática pacífica, para o socialismo no Chile, no governo de Pinochet, no governo de Allende, não à toa a gente homenageou Salvador Allende lá na Bahia. Um centro de saúde do trabalhador, no nosso estado, chama-se Centro de Saúde do Trabalhador Salvador Allende, que pouca gente lembra que era médico, da área de Saúde do Trabalhador. Então, nossos sonhos eram muito grandes. O sonho da minha geração, ultrapassava o sistema de saúde. Pensávamos o Brasil inteiro. Eu acabei de publicar um livro, ano passado, que eu posso mandar para vocês, que chama *Reinventar o Brasil*, porque era isso que a gente pensava. Reinventar o Brasil com uma sociedade justa, democrática. Uma sociedade em que as pessoas pudessem viver em paz e que não vivesse com o nível de violência que a gente vive hoje. Que a gente pudesse ter acesso universal à saúde, educação, qualidade de vida e bem-estar. Não foi possível fazer isso. Não é que eu esteja criticando o que a gente fez. Fizemos muita coisa. Fizemos até mais do que podíamos fazer. Fizemos até o impossível se a gente for avaliar certas coisas que foram feitas ao longo desses 30 e tantos anos, que a gente lutou para institucionalizar, ou seja, transformar uma proposta em um projeto político, incorporado pelo governo, mesmo por esses governos que estavam aí, e contribuir para que esses governos, por isso é que nós fomos também trabalhar consultoria no Ministério da Saúde, secretaria de estado e tal, nós utilizamos estratégia de guerra de posição, não só de guerra de movimento. O movimento foi nos anos 70, mas nos anos 80 e 90 a gente atua como guerra de posição. Fomos ocupar espaços no Legislativo, no Executivo, nas secretarias de estado, município tentando operacionalizar aquilo que a gente sonhou. Conseguimos? Não. Quer dizer, se a gente fizer um balanço, a maior parte que a gente tentou fazer tem sido desconstruída. Desculpa eu ter que dizer isso. Eu gostaria de estar aqui dizendo “Que bom! Que maravilha que a gente avançou.” Avançamos em muita coisa, mas não avançamos em muitas outras que a gente queria fazer. Então, chego a você com a questão do Mais Médico. Chego a você com a questão da gestão. O que está no documento do Cebes, de 1979, em relação à gestão do SUS: a gestão participativa, os conselhos de saúde, as conferências. Nós acreditávamos na possibilidade de articular instrumentos de democracia direta com a administração pública, significaria democratizar a administração pública no Brasil. Com esse Estado patrimonialista? Esse foi o problema. O Estado não mudou, ontem, disseram, aqui, “é preciso discutir qual é o Estado”, pelo contrário, o Estado incorporou antropofagicamente as forças de esquerda ou centro-esquerda que entraram lá e subverteu até a ética do partido como o Partido dos Trabalhadores, e contaminou o partido, que agora é o partido do Lava Jato. Reparem que situação incrível, porque é uma estrutura que contamina as pessoas. As pessoas se encantaram pelo poder e começaram a fazer o jogo do poder. É incrível isso. É lamentável a gente assistir isso. Isso a gente chama de transformismo. Pega o Gramsci para nos ajudar e chama de transformismo. Mas o fato é que essas pessoas não mudaram o Estado. O Estado mudou as pessoas. Então, o Estado é realmente muito forte. O estado patrimonialista se constituía, nesse país, desde o Brasil colônia, então, certas coisas que tem... eu sugiro que todo mundo leia o livro *Brasil: uma biografia*. Acabou de ser lançado há dois ou três meses atrás, da Lilia e Starling. Tem que ler. Eu estou lendo a biografia de Getúlio. Eu estou querendo entender esse País. Entender esse País que deturpa os nossos sonhos, que violenta os nossos ideais, que destrói as nossas utopias, mas isso não quer dizer que eu desisti não, eu estou estudando, exatamente, para continuar lutando. Então, o livro da Lilia me ajudou. Por que? Porque é um livro de 600 e

tantas páginas, que reconta a história do Brasil, a partir das lutas populares e mostra como o solo desse país foi irrigado com sangue de milhões de pessoas, que morreram pela revolta, pelos escravos, os índios que foram mortos na Sabinada, Revolução Farroupilha, na Guerra do Paraguai. É bom vocês lerem isso. É incrível. Eu li. Em alguns momentos eu chegava a não ter fôlego, quando eu li sobre a Inconfidência Mineira, sobre a Insurreição Pernambucana, que a gente estudou nos nossos livros de história, como fatos isolados, assim, entendeu. Não gente, foi muita luta. Esse povo nunca foi cordial. Esse povo sempre se revoltou, mas as forças que esmagaram a vontade política desse povo sempre foram maiores. Os mecanismos institucionalizados de violência contra a população estão aí. A gente está vendo todo o dia na televisão. O Silvio comentou isso. Precisamos identificar o que significa esse espetáculo da polícia o tempo todo. Esses programas todos baseados no que a polícia está fazendo nos bairros populares. A Sonia Fleury deu uma palestra, em um congresso da Abrasco, falando da militarização social nesse país. O tratamento das demandas sociais através da polícia, através da repressão. É o que está acontecendo no Rio de Janeiro. A gente estava na Abrasco, outro dia, e o pessoal disse “com as Olimpíadas estão criando um apartheid no Rio de Janeiro” e o exemplo que eu vi nos jornais, a questão do ônibus, me mostra isso. Eu estava lá em Salvador, vi a questão do ônibus e disse “é exatamente o que o pessoal estava comentando lá na Abrasco”, que estão criando um cordão sanitário, entre a Zona Norte e a Zona Sul, para preparar essa cidade para as Olimpíadas. Eu me lembrei de Sonia. no congresso da Abrasco, falando da militarização social. Eu graças a Deus tenho uma memória muito boa. Estou tentando não entrar na fase do Alzheimer. Enfim, seguindo, é isso que eu estou dizendo para vocês, é que a luta é longa e eu acho ótimo que vocês estejam tratando de recuperar essa história e fazer uma análise crítica, ou seja, ultrapassar o senso comum, ultrapassar a retórica apologética do governo, que chega falando uma maravilha do Mais Médicos, aí eu vou chegar no Mais Médico. Qual o problema do Mais Médicos? O problema do Mais Médicos é que reforça o modelo médico hegemônico. Então, ele não é contra-hegemônico. Repare, há 30 anos havia uma geração de médico a favor da reforma sanitária, que era um movimento de renovação médica. Foi falado aqui também, o REME. Hoje, eu acho que vocês leram no editorial do jornal do Conselho Federal de Medicina. Fizeram campanha contra a Dilma, contra o PT, o tempo todo, gente. Eu recebo esses jornais em casa. Os médicos, hoje, são uma categoria mais retrógrada do campo da saúde. É, então, não podemos pensar nos médicos como a gente pensava o pessoal da Renovação Médica, com Herval Pina Ribeiro, aquele povo do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, naquela época. De jeito nenhum. Com Gastão, estudando Movimento de Renovação Médica, tese de Gastão era estudar o REME. É outra coisa hoje. Os médicos estão, totalmente, rendidos. Deve ter exceções. Esse projeto mercantilista, liberalizante dos planos de saúde, que estão inclusive brigando com os bancos, porque querem mais, fazendo greve e tudo. Estudar o movimento médico, hoje, no Brasil, é fundamental, para entender o recuo conservador da categoria médica. Ela nunca foi muito progressista, mas, hoje, está completamente reacionária. E os outros profissionais, coitados, ficam aí batalhando, porque, até hoje, são considerados como paramédicos, ganham menos, são subordinados pelo poder médico, quer dizer, é contra essa hegemonia que nós estamos lutando, o que não quer dizer que a gente vai poder viver sem os médicos. Veja que contradição. Tem que lembrar Cecília Donnangelo. Em um congresso, de 1970 e tantos, Cecília dizia “ou a gente trabalha com os médicos ou não vamos conseguir fazer a nossa reforma sanitária”, porque também a população está **medicalizada** e a gente também não pode,

simplesmente, oferecer agente comunitário. Se a gente não oferecer médico, a gente não se legitima. Olha que pepino! Em que situação a gente se envolveu, mas esse é o processo de reforma. Uma reforma estrutural exige um enfrentamento de questões estruturais. Então, questões estruturais como financiamento, como a questão da gestão, como a questão da organização dos civis, da participação social. Agora, nessa conjuntura, para finalizar, são tantos problemas que o Cebes, e eu estou, aqui, com a tese do Cebes, para a 15ª Conferência, o Cebes resolveu, e eu concordo inteiramente, focar em alguns pontos-chaves, por exemplo, defender o SUS constitucional. Parece uma frase simples, não é, porque, como foi dito, aqui, por várias pessoas, o SUS que está na Constituição não é o SUS que está na prática. Então, para a gente é estratégico, nesse momento, defender o SUS constitucional, ser contra o subfinanciamento, ou seja, amanhã, a gente vai aprofundar essa discussão, mas não se pode colocar uma agenda de 20, 30, 40, 50 pontos. Na minha modesta opinião, a gente vai ter que focar em determinadas questões, em dois planos, que estão aqui também, algumas coisas, que nos articulam com o movimento mais geral, como a democratização da mídia, reforma tributária, reforma política e não sei das quantas e algumas coisas específicas do setor saúde, que é para a gente garantir o espaço nosso de problematização e de continuação da construção da contra-hegemonia. Eu não acredito que a gente vai fazer isso em pouco tempo. Eu estava muito tranquila lá dando... (mudança de clipe) 30..... a novíssima geração de 17, 18 anos que está entrando, na universidade, através da política de cotas. Quarenta por cento dos meus alunos são cotistas. Eu dou aulas à noite e eu estava imaginando preparar essa nova geração do futuro, a geração que vai lutar quando eu não...e que não viveram o SUS. Para eles, eu escrevi o *Reinventando Brasil*. porque quando eu falava, assim, porque o Antônio Sergio Arouca, porque Cecília Donnangelo, ninguém sabe quem são essas pessoas. E eu não queria que eles esquecessem. Eu não quero que eles passem a vida deles no campo da saúde, esquecendo quem foram essas pessoas. Aí eu escrevi o livro *Andorinhas*, vou mandar para vocês do núcleo do Cebes. *Andorinhas*, porque uma só não faz verão, lembrando de todos esses nossos amigos, que morreram já, David Capistrano, Ricardo Bruno, Cecília Donnangelo, Antônio Sergio Arouca, Carlos Matus. Cada capítulo é sobre um deles. Porque eu tive o privilégio de conhecer Guilherme Rodrigues da Silva. Tive o privilégio de conhecer cada um deles, como nós, os mais antigos, conhecemos. Então, eu escrevi a minha memória dessas pessoas, para os meus alunos não esquecerem e, depois, eu escrevi o *Reinventando o Brasil*, contando as histórias do SUS: a municipalização, a reforma do Estado, o debate sobre participação popular, as coisas que eu participei com o Conass, com o Conasems, porque eu não podia esquecer, então, eu não queria que ninguém esquecesse também. Agora, isso não é suficiente. Você tem razão. O futuro é o mais importante. E o futuro é o que vocês estão começando, já estão construindo e vão continuar construindo. Eu espero continuar com vocês mais um tempinho. Agora, exatamente, os núcleos, vocês vão dizer o que estão fazendo em cada um dos núcleos do Cebes, em cada estado, em cada município, o que você está fazendo lá no seu cantinho para lembrar que a via institucional foi insuficiente, que precisamos da via sócio-comunitária, que precisamos recompor a relação com o movimento popular, que precisamos reaprender a conversar com o povo. O povo somos nós também. Nós somos povo. Mas a gente precisa aprender a... é muito mais difícil, hoje, a gente conversar com a população, que já está muito mais medicalizada do que naquela época. É muito mais difícil. A tarefa de vocês, nossa a tarefa, hoje, é muito mais complicada nessa rearticulação com o movimento popular do que era há 30, 40 anos atrás.

Lenaura

Quem vai assumir a mesa?.A Ligia está assumindo a mesa com a Isabela.

(combinam um intervalo e como vão arrumar o ambiente para a próxima etapa) (mudança de clipe 31

Ana Costa

É princípio de assembleia, é regra de assembleia que só participa associado em dia com a associação. Eu passei uma vista de olhos, apesar de a gente ter pedido que todo mundo atualizasse a anuidade, tem gente que ainda não atualizou, mesmo estando aqui representando o núcleo, tendo recebido passagem do Cebes e tal. Então, eu queria que todo mundo que estivesse nessa condição, o Fred lá fora sabe quem é que está nessa condição, por favor, fizesse, para que a gente, amanhã, comece, sem transtorno, a nossa assembleia geral. Está bom? Acho que era só isso.

=====
=====